



Assembleia Geral Ordinária

31.03.2026

Proposta da Administração

ÍNDICE

1. Mensagem da Administração	3
2. Manual de Participação	4
3. Proposta da Administração	10
4. Anexos	13-231
I Edital de Convocação	13
II Boletim de Voto a Distância	16
III Relatório Anual da Administração	21
IV Demonstrações Financeiras Padronizadas e Notas Explicativas	24
V Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras da Companhia	132
VI Parecer do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia	133
VII Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia	134
VIII Declarações da Diretoria Estatutária sobre as demonstrações financeiras e sobre o Relatório dos Auditores Independentes	140
IX Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência	142
X Proposta de destinação do lucro líquido, nos termos do Anexo A da RCVM 81/22	165
XI Proposta de Remuneração Anual dos Administradores	178
XII Informações contidas no item 8 do Formulário de Referência	179
XIII Composição e experiência profissional dos candidatos a membro do Conselho de Administração e Conselho Fiscal apoiados pela administração, nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência	215

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da Odontoprev S.A. vem, com muita satisfação, convidá-los para participar da Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Odontoprev S.A. a ser realizada, em primeira convocação, no dia 31 de março de 2026, às 14 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting, nos termos do Edital de Convocação divulgado nesta data.

O presente documento consolida o (i) manual contendo instruções para participação dos acionistas, e (ii) a proposta da administração que serão submetidos para exame e deliberação na AGO (em conjunto, "Proposta da Administração").

Todos os documentos relativos à AGO estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.odontoprev.com.br>), bem como nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

* * * * *

2. MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Edital de Convocação

O Edital de Convocação da AGO, que consta como **Anexo I** ao presente Manual, será publicado nos dias 28 de fevereiro, 03 e 04 de março de 2026 no jornal Valor Econômico, bem como disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (www.odontoprev.com.br/ri) e nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

2.2. Quórum de Instalação

As matérias constantes da Ordem do Dia poderão ser deliberadas, em primeira convocação, se presentes acionistas representando, no mínimo, um quarto do capital social votante da Companhia, nos termos do art. 125, caput, da Lei das S.A.

Caso não se atinja o referido quórum de instalação acima, proceder-se-á à nova convocação para deliberação das respectivas matérias. Eventual segunda convocação anunciando a nova data para realização da assembleia em segunda convocação, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, sendo a assembleia instalada mediante a presença de qualquer número de acionistas.

2.3. Quórum de Deliberação

Nos termos do art. 129 da Lei das S.A., para aprovação das matérias da Ordem do Dia da AGO será necessário o voto favorável da maioria absoluta dos acionistas presentes, não se computando abstenções.

2.4. Participação e Representação

Participação Virtual (acionista Presente)

Os acionistas ou procuradores que desejarem participar por meio da Plataforma deverão realizar o pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 29 de março de 2026, preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o *upload* dos documentos que comprovem a sua qualificação e/ou respectivos poderes de representação, conforme descritos no item "Representação", abaixo, através do seguinte link:

<https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxUUT6osjiAidnEnB9mf7kjsfdbKNOFXaEPmFYxjcdiWp>

Após o cadastro, a Companhia fará a validação das informações e os acionistas ou procuradores receberão, em até 24 (vinte e quatro) horas da conclusão de seu cadastro, um e-mail informando sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro. Será permitido ao acionista ou seu procurador que tenha realizado seu pré-cadastro até o dia 29 de março de 2026 regularizar as pendências dos documentos apresentados até as 14 horas do dia 30 de março de 2026.

A Companhia enviará aos acionistas ou procuradores habilitados, até as 18 horas do dia 30 de março de 2026, após a confirmação do deferimento de seu cadastro, um e-mail contendo o link, login e senha de acesso para a Plataforma e demais instruções necessárias para o acesso e a participação na AGO. A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso para a AGO são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do acionista.

Ainda, a Companhia informa que não será admitido o acesso à Plataforma dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.

Abaixo segue a tabela com as recomendações de uso da Plataforma, por meio de computador pessoal:

Recurso	Crhome	Firefox	Safari	Edge
Vídeo 1080p (recebido)	✓	X	X	✓
Vídeo 1080p (enviar) (1)	✓	X	X	✓
Vídeo 720p (recebido)	✓	✓	✓	✓
Vídeo 720p (enviar) (2)	✓	✓	✓	✓
Áudio (receber)	✓	✓	✓	✓
Áudio (enviar)	✓	✓	✓	✓
Supressão de ruído de fundo (3)	✓	✓	✓	✓
Chamada (PSTN)	✓	✓	✓	✓
Bater papo	✓	✓	✓	✓
Bate-papo - enviar arquivo	✓	✓	✓	✓
Legendas ocultas	✓	✓	✓	✓
Gravação na nuvem	✓	✓	✓	✓
Canal de comando	✓	✓	✓	✓
Criptografia (4)	✓	✓	✓	✓

Recurso	Chrome	Firefox	Safari	Edge
Criptografia de ponta a ponta (E2EE) (5)	X	X	X	X
Transcrição ao vivo	✓	✓	✓	✓
Tradução ao vivo	✓	✓	✓	✓
Renderizar vários vídeos	✓	✓	✓	✓
Transmissão ao vivo RTMP	✓	✓	✓	✓
Compartilhamento de tela (receber)	✓	✓	✓	✓ (6)
Compartilhar tela (enviar)	✓	✓	✓	✓
Compartilhar a segunda câmera	✓	✓	✓	✓
Áudio da guia Compartilhar	✓	X	X	✓
Vídeo (receber)	✓	✓	✓	✓ (6)
Vídeo (enviar)	✓	✓	✓	✓
fundo virtual	✓ (7)	✓ (7)	✓ (7)	✓
Vídeo WebRTC (8)	✓	X	✓	✓

Ressaltamos **que o uso da Plataforma não é compatível com tablets e smartphones.**

A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o acionista ou procurador venha a enfrentar que dificulte ou impossibilite sua participação na AGO.

Recomendamos, ainda, o uso de fones de ouvido para melhor qualidade de áudio.

A Companhia informa, ainda, que a AGO será integralmente gravada, nos termos da regulamentação vigente.

O acionista que participar por meio da Plataforma será considerado presente na AGO e assinante da respectiva ata, nos termos do art. 47, §1º, da Resolução CVM nº 81/22.

Participação via Boletim de Voto de Distância

Além de participar da AGO virtualmente, por meio da Plataforma, os acionistas ainda poderão participar por meio do envio do boletim de voto a distância ("Boletim").

Os acionistas que enviarem seu Boletim ainda poderão requerer acesso à Plataforma, nos termos do art. 28, §2º, da Resolução CVM nº 81/22, sendo que, aqueles que desejarem votar nas deliberações da AGO através da Plataforma deverão comunicar tal fato à mesa ao início dos trabalhos, de modo que as instruções de voto constantes no Boletim serão desconsideradas.

O voto a distância por meio do Boletim poderá ser exercido pelos acionistas das seguintes formas:

- a) Por instruções de voto enviadas para os seus agentes de custódia;
- b) Por instruções de voto enviadas para instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, que encaminhará, dentro dos prazos regulamentares, o mapa consolidado de votação para a Companhia; ou
- c) Por instruções de voto enviadas diretamente à Companhia, ao endereço de correspondência localizado na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, CEP 06455-000, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Caso o acionista opte por enviar o Boletim diretamente à Companhia, esse poderá encaminhar os seguintes documentos ao endereço indicado acima:

(i) via física original do Boletim, conforme disponibilizado na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.odontoprev.com.br/ri), bem como no site da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), devidamente preenchido conforme instruções de preenchimento constantes do Boletim, rubricado e assinado; e

(ii) demais documentos de comprovação de poderes indicados no item "Representação", abaixo.

A Companhia exigirá o reconhecimento da(s) firma(s) da(s) assinatura(s) constante(s) no Boletim, bem como a notariação, consularização (ou apostilamento, conforme o caso) de documentos assinados no exterior.

Ainda, para ser aceito validamente, o Boletim (acompanhado da documentação referida acima) deverá ser recebido pela Companhia até 4 dias antes da AGO, isto é, **até 27/03/2026**, inclusive (art. 27 da Resolução CVM nº 81/22). Os documentos indicados acima poderão ser enviados de forma digitalizada ao e-mail do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, sendo ainda possível o envio da via original do Boletim e cópia autenticada dos documentos, dentro do prazo acima referido.

No prazo de 3 dias do recebimento do Boletim, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelos acionistas no Boletim: (i) do recebimento da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade, nos termos da Resolução CVM nº 81/22; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância. O Boletim que tenha sido enviado fora do prazo será desconsiderado e o respectivo acionista será comunicado.

O acionista poderá optar por enviar as instruções de preenchimento do Boletim para os prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim, desde que até o dia **27/03/2026**, inclusive, caso outro prazo não seja estabelecido pelos referidos prestadores de serviço.

Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio do Banco Bradesco S.A.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e com o Banco Bradesco S.A. para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

No caso de acionistas que possuam parte das ações de emissão da Companhia de sua titularidade em custódia e parte em ambiente escritural, ou que possuam ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante, as instruções de voto podem ser enviadas apenas para uma instituição, sendo que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações de titularidade do acionista.

Note-se que: (a) caso sejam identificadas instruções de voto conflitantes e o acionista não esclareça o conflito tempestivamente, a instrução de voto para a matéria considerada conflitante será desconsiderada; e (b) caso o acionista envie mais de um Boletim, para evitar que sua instrução de voto possa ser considerada conflitante, é recomendável que esse encaminhe sua eventual nova instrução para o mesmo prestador de serviço anteriormente utilizado.

Na hipótese de eventual adiamento da AGO ou caso seja necessária a sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapasse 30 dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente, conforme previsto no art. 49, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/22.

Representação

Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da AGO, os acionistas ou seus representantes legais, conforme o caso, deverão apresentar via digitalizada dos seguintes documentos:

(i) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(1) Pessoa Física: documento de identidade com foto do acionista/representante legal;

(2) Pessoa Jurídica: documento de identidade do representante com foto, Contrato/Estatuto Social consolidado e atualizado, ato societário de eleição do administrador que comparecer à AGO como seu representante ou que assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica;

(3) Fundo de Investimento: todos os indicados no item (2) com relação ao seu administrador ou gestor e regulamento consolidado e atualizado.

Caso o acionista seja representado por procurador, deverá ser apresentado o respectivo instrumento de mandato, bem como documento de identidade do procurador.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

O acionista pessoa física pode ser representado em assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado ou, ainda, por instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando nesse caso o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.

A Companhia exige o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notariação, consularização (ou apostilamento, conforme o caso) de documentos assinados no exterior. A Companhia exigirá a tradução juramentada de documentos lavrados em língua estrangeira, exceto por aqueles redigidos na língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Por fim, a Companhia não se opõe ao recebimento de procurações outorgadas por meio eletrônico, desde que devidamente comprovada idoneidade e validade do documento, nos termos da legislação específica.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para a AGO, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação para a sede da Companhia, sendo que as versões digitalizadas de tais documentos deverão ser apresentadas por meio do link acima, até 29 de março de 2026, data limite para disponibilização prévia dos documentos, ou até às 14 horas do dia 30 de março de 2026, para os casos de regularização de cadastro, conforme descrito acima.

** ** *

3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

(i) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025

Propomos que sejam aprovados, sem reservas, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"), o Relatório da Administração relativo aos negócios sociais da Companhia, o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras, bem como as contas dos administradores relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, apresentando, para tal fim, as informações constantes dos **Anexos III a VIII** à presente Proposta da Administração.

Nos termos do art. 10, III, da Resolução CVM nº 81/22 ("RCVM 81/22"), as informações dispostas no **Anexo IX** à presente Proposta da Administração refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência. Adicionalmente, foram devidamente divulgados e publicados, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, nos termos da RCVM 81/22.

(ii) Deliberação sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025

Propomos que seja aprovada a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, nos termos indicados nas Demonstrações Financeiras, considerando as distribuições já aprovadas pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 2025, dentro de sua competência estatutária, conforme informações detalhadas no **Anexo X** à presente Proposta da Administração, contendo as informações requeridas pelo Anexo A da RCVM 81/22, nos termos do art. 10, parágrafo único, II, da RCVM 81/22.

(iii) Fixação do número de membros que deverão compor o Conselho de Administração no próximo mandato

O art. 12 do Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 8 (oito), e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e até o mesmo número de suplentes.

Propomos que o número de membros que irá compor o Conselho de Administração seja fixado em 8 (oito) membros efetivos e 1 (um) membro suplente para o próximo mandato, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2027.

(iv) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, bem como indicação do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 15, Parágrafo 8º, do Estatuto Social da Companhia, a eleição dos membros do Conselho de Administração ocorre através do sistema de chapas.

Considerando a proposta de fixação da composição do Conselho de Administração em 8 (oito) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, propomos que seja eleita a chapa formada pelos seguintes candidatos ao Conselho de Administração, para ocuparem os respectivos cargos por um mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2027:

Membros Efetivos	Membro Suplente
Luiz Carlos Trabuco Cappi (Presidente)	-
Ivan Luiz Gontijo Junior (Vice-Presidente)	
Carlos Alberto Iwata Marinelli	
Maurício Machado de Minas	
Samuel Monteiro dos Santos Junior	
Thais Jorge de Oliveira e Silva	
César Suaki dos Santos (Independente)	José Mauro Depes Lorga (Independente)
Murilo César Lemos dos Santos Passos (Independente)	

Propomos, ainda, nos termos do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, a indicação dos Srs. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Ivan Luiz Gontijo Junior para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente.

Nos termos do art. 11, I, da RCM 81/22, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência relativas aos candidatos acima podem ser encontradas no **Anexo XIII** à presente Proposta da Administração.

Fica registrado que o Conselho de Administração da Companhia (i) recebeu declaração de independência fornecida pelos candidatos César Suaki dos Santos (membro efetivo), Murilo César Lemos dos Santos Passos (membro efetivo) e José Mauro Depes Lorga (membro suplente), e (ii) se manifesta pelo enquadramento dos referidos candidatos nos critérios de independência previstos no art. 6º, §§ 1º e 2º, do Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022 ("RCVM 80/22") e art. 16, §§ 1º e 2º, do Regulamento do Novo Mercado.

(v) Fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026

Propomos a aprovação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores em até R\$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), incluindo, neste montante, a remuneração proposta para o Conselho Fiscal, no montante de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), objeto de deliberação no item (viii) da ordem do dia, conforme informações detalhadas no **Anexo XI** à presente Proposta da Administração, o qual, nos termos do art. 13, I, da RCM 81/22, contém a Proposta de Remuneração dos Administradores. Adicionalmente, em observância ao disposto no art. 13, II, da RCM 81/22, as informações indicadas no item 8 do formulário de referência se encontram no **Anexo XII** à presente Proposta da Administração.

(vi) Fixação do número de membros que deverão compor o Conselho Fiscal no próximo mandato

O Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 (três), e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Propomos que o número de membros que irá compor o Conselho Fiscal seja fixado em 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes para o próximo mandato, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar, discutir e votar a respeito das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026.

(vii) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo mandato

Considerando a aprovação da proposta de fixação da composição do Conselho Fiscal em 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes para o próximo mandato, que se encerrará na Assembleia Geral

Ordinária da Companhia que examinar, discutir e votar a respeito das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026, propomos que (i) a eleição ocorra pelo sistema de chapas, e (ii) que seja eleita a chapa formada pelos seguintes candidatos:

Membros Efetivos	Membros Suplente
Ivan Maluf Júnior	Eduardo da Gama Godoy
Vanderlei Dominguez da Rosa	Paulo Roberto Franceschi
Sergio Moreno	Marcos Aparecido Galende

Nos termos do art. 11, I, da RCVM 81/22, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência relativas aos candidatos acima podem ser encontradas no **Anexo XIV** à presente Proposta da Administração.

(viii) Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato

Considerando a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o próximo mandato, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que examinar, discutir e votar a respeito das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026, propomos fixar a sua remuneração em R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), com observância ao disposto no art. 162, §3º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.").

As informações acerca da remuneração do Conselho Fiscal podem ser encontradas no **Anexo XI** à presente Proposta da Administração, nos termos do art. 13, II, da RCVM 81/22.

ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
COMPANHIA ABERTA

ANEXO I

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 31 de março de 2026

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam os senhores acionistas da **ODONTOPREV S.A. ("Companhia")** convocados para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que se realizará, em primeira convocação, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("**Plataforma**"), com início às 14 horas do dia 31 de março de 2026, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("**Assembleia**"):

- (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) deliberação sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
- (iii) fixação do número de membros que deverão compor o Conselho de Administração no próximo mandato;
- (iv) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração para o próximo mandato, bem como indicação do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (v) fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026;
- (vi) fixação do número de membros que deverão compor o Conselho Fiscal no próximo mandato;
- (vii) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo mandato; e
- (viii) fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato.

INFORMAÇÕES GERAIS:

Assembleia exclusivamente digital: Nos termos do art. 5º, §4º, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia esclarece que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, uma vez que essa é a prática costumeiramente adotada pela Companhia em suas assembleias, que contam com participação significativa dos seus acionistas.

Documentos relacionados à Assembleia: Encontra-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.odontoprev.com.br/ri), no site da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), o Manual de Participação, contendo as orientações para participação dos acionistas na Assembleia, bem como cópias dos documentos a serem discutidos na Assembleia, incluindo a Proposta da Administração e outros exigidos pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022.

Participação pela Plataforma: A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, sendo que os acionistas ou procuradores que desejarem participar da Assembleia por meio da Plataforma deverão efetuar o pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 29 de março de 2026, preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o *upload* dos documentos que comprovem a sua qualificação e/ou respectivos poderes de representação, conforme descritos abaixo e no Manual de Participação, através do seguinte link:

<https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxUUT6osjiAidnEnB9mf7kjsfdbKNOFXaEPmFYxjcdiWp>

Após o cadastro, a Companhia fará a validação das informações e os acionistas ou procuradores receberão, em até 24 (vinte e quatro) horas da conclusão de seu cadastro, um e-mail informando sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro.

Será permitido ao acionista ou seu procurador que tenha realizado seu pré-cadastro até o dia 29 de março de 2026 regularizar as pendências dos documentos apresentados até as 14 horas do dia 30 de março de 2026.

A Companhia enviará aos acionistas ou procuradores habilitados, até as 18 horas do dia 30 de março de 2026, após a confirmação do deferimento de seu cadastro, um e-mail contendo o link, login e senha de acesso para a Plataforma e demais instruções necessárias para o acesso e a participação na Assembleia. A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso para a Assembleia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do acionista.

A Companhia informa que não será admitido o acesso à Plataforma por acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que essas serão realizadas exclusivamente de modo digital.

Votação à Distância: Os acionistas ainda poderão exercer seu direito de voto na Assembleia por meio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou mediante envio diretamente à Companhia, sendo certo que o boletim de voto a distância deverá ser preenchido e entregue conforme as orientações constantes do próprio boletim e do Manual de Participação, disponibilizado, nesta data, nos endereços acima indicados.

Representação: Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., os acionistas deverão apresentar (i) documento de identidade; e (ii) se aplicável, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, bem como documento de identidade do procurador.

No caso de pessoas jurídicas ou fundos de investimento, deve também ser apresentada documentação comprobatória da sua adequada representação, como contrato social ou estatuto social consolidado e atualizado, ato societário de eleição de seus administradores e regulamento do fundo consolidado e atualizado, conforme aplicável.

Conforme detalhado no Manual de Participação, o acionista pode ser representado em assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado ou, ainda, por instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados por meio de seus representantes legais

ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando nesse caso o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.

A Companhia exige o reconhecimento de firma em procurações, bem como a notariação, consularização (ou apostilamento, conforme o caso) de documentos assinados no exterior. A Companhia exigirá a tradução juramentada de documentos lavrados em língua estrangeira, exceto por aqueles redigidos na língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Por fim, a Companhia não se opõe ao recebimento de procurações outorgadas por meio eletrônico, desde que devidamente comprovada idoneidade e validade do documento, nos termos da legislação específica.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para a Assembleia, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação para a sede da Companhia, sendo que as versões digitalizadas de tais documentos deverão ser apresentadas por meio do link acima, até 29 de março de 2026, data limite para disponibilização prévia dos documentos, ou até às 14 horas do dia 30 de março de 2026, para os casos de regularização de cadastro, conforme descrito acima.

Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que o percentual mínimo para adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é 5%, conforme estabelecido pelo art. 3º da Resolução CVM nº 70/22.

Barueri/SP, 27 de fevereiro de 2026

ODONTOPREV S.A.

Luiz Carlos Trabuço Cappi
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO II**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA****AGO - ODONTOPREV S.A. de 31/03/2026**

Nome do Acionista:
CNPJ ou CPF do acionista:
E-mail:
Orientações de preenchimento O acionista poderá exercer seu direito de voto à distância na assembleia geral ordinária da Odontoprev S.A. ("Companhia") a ser realizada no dia 31 de março de 2026, às 14 horas ("AGO"), conforme Resolução CVM nº 81/22 e suas alterações ("RCVM 81/22"), através do preenchimento do presente Boletim de Voto a Distância ("<u>Boletim</u>"). Para que o Boletim seja considerado válido, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos manualmente e com letra de forma legível, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do acionista e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) rubricar todas as páginas do Boletim; (iii) a assinatura ao final do Boletim do acionista ou seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente. Os documentos relativos à AGO, incluindo o "Edital de Convocação", o "Manual para Participação" e a "Proposta da Administração", encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site de relações com investidores da Companhia (ri.odontoprev.com.br), bem como nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm).
Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante O acionista que optar por exercer direito de voto à distância por meio deste Boletim poderá preenchê-lo observadas as orientações acima e enviá-lo à Companhia, ou transmitir instruções de preenchimento a seus respectivos custodiantes ou ao escriturador das ações da Companhia, conforme abaixo: (a) se enviar diretamente à Companhia, encaminhar os seguintes documentos ao endereço indicado abaixo: (i) via física original do Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos: (1) Pessoa Física: documento de Identidade com foto do acionista/representante legal; (2) Pessoa Jurídica: documento de identidade do representante com foto, Contrato/Estatuto Social consolidado e atualizado, ato societário de eleição do administrador que comparecer à AGO como seu representante ou que assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica; (3) Fundo de Investimento: todos os indicados no item (2) com relação ao seu administrador ou gestor, conforme aplicável, e regulamento consolidado e atualizado. A Companhia exigirá o reconhecimento da(s) firma(s) da(s) assinatura(s) constante(s) no Boletim, bem como notariação, consularização (ou apostilamento, conforme o caso) de documentos assinados no exterior. A Companhia exigirá a tradução juramentada de

documentos lavrados em língua estrangeira, exceto por aqueles redigidos na língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

O acionista deverá protocolar o Boletim e a documentação na Companhia até 4 dias antes da AGO, isto é, **até 27/03/2026**, inclusive (art. 27 da RCM 81/22). Os documentos indicados acima poderão ser enviados de forma digitalizada ao e-mail do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, sendo ainda possível o envio da via original do Boletim e cópia autenticada dos documentos, dentro do prazo acima referido.

No prazo de 3 dias do recebimento do Boletim, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico de correspondência informado no Boletim: (i) do recebimento da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade, nos termos da RCM 81/22; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância. Os Boletins que tenham sido enviados fora do prazo serão desconsiderados e o respectivo acionista será comunicado.

(b) por prestadores de serviços: O acionista poderá optar por enviar as instruções de preenchimento do Boletim para os prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim, desde que **até o dia 27/03/2026**, inclusive, caso outro prazo não seja estabelecido pelos referidos prestadores de serviço.

Assim, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio do Banco Bradesco S.A.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e com o Banco Bradesco S.A. para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

Note-se que: (a) caso sejam identificadas instruções de voto conflitantes e o acionista não esclareça o conflito tempestivamente, a instrução de voto para a matéria considerada conflitante será desconsiderada; e (b) caso o acionista envie mais de um Boletim, para evitar que sua instrução de voto possa ser considerada conflitante, é recomendável que esse encaminhe sua eventual nova instrução para o mesmo prestador de serviço anteriormente utilizado.

Endereço postal e eletrônico para envio do Boletim, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à Companhia

Odontoprev S.A. | Departamento de Relações com Investidores
Alameda Araguaia 2104, 21º andar, Alphaville, CEP: 06455-000
E-mail: ri@odontoprev.com.br

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

BANCO BRADESCO S.A.

Aproveitando, seguem informações para incluir no Boletim de Voto.

BANCO BRADESCO S.A.

Bradesco Custódia e Serviços Financeiros

Escrituração de Ativos

Núcleo Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara Osasco, SP, CEP 06029-900

Atendimento a acionistas:

Telefone: 0800-7011616

O horário de atendimento em dias úteis das 9h às 18h.

Email: bcsf.escrituracao@bradesco.com.br

Deliberações / Questões relacionadas à AGO

Deliberação Simples

1. Apreciar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

Deliberação Simples

2. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, nos termos da Proposta da Administração.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

Deliberação Simples

3. Fixar o limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026, nos termos da Proposta da Administração.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

Deliberação Simples

4. Fixar o número de membros que deverão compor o Conselho de Administração no próximo mandato, nos termos da Proposta da Administração.

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

Deliberação Simples

5. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do conselho de administração, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976? (Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se", suas ações não serão computadas para fins de requerimento do voto múltiplo).

[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se

Requisição de eleição em separado de membro do conselho de administração por acionistas minoritários detentores de ações com direito a voto:

6. Deseja solicitar a eleição em separado de membro do conselho de administração, nos termos do art. 141, § 4º, I, da Lei nº 6.404, de 1976? (Caso o acionista opte por “não” ou “abster-se”, suas ações não serão computadas para fins de requerimento da eleição em separado de membro do conselho de administração.)

☐ Sim ☐ Não ☐ Abster-se

Eleição do conselho de administração por chapa única

Chapa da Administração

Luiz Carlos Trabuço Cappi (Presidente)
 Ivan Luiz Gontijo Junior (Vice-Presidente)
 Maurício Machado de Minas (membro efetivo)
 Samuel Monteiro dos Santos Junior (membro efetivo)
 Thais Jorge de Oliveira e Silva (membro efetivo)
 Carlos Alberto Iwata Marinelli (membro efetivo)
 César Suaki dos Santos (membro efetivo independente) / José Mauro Depes Lorga (membro suplente independente)
 Murilo César Lemos dos Santos Passos (membro efetivo independente)

7. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa (Os votos indicados neste campo serão desconsiderados caso o acionista detentor de ações com direito a voto também preencha os campos presentes na eleição em separado de membro do conselho de administração e a eleição em separado de que tratam esses campos ocorra) – Chapa da Administração

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

8. Caso um dos candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?

☐ Sim ☐ Não ☐ Abster-se

9. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos membros da chapa que você escolheu? [Caso o acionista opte por “sim” e também indique o tipo de resposta “aprovar” para candidatos específicos dentre os relacionados abaixo, seus votos serão distribuídos proporcionalmente entre estes candidatos. Caso o acionista opte por “abster-se” e a eleição ocorra pelo processo de voto múltiplo, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia.]

☐ Sim ☐ Não ☐ Abster-se

10. Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para indicação da distribuição do voto múltiplo.

Luiz Carlos Trabuço Cappi (Presidente) ☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se / ☐ %
 Ivan Luiz Gontijo Junior (Vice-Presidente) ☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se / ☐ %
 Carlos Alberto Iwata Marinelli (membro efetivo) ☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se / ☐ %
 Maurício Machado de Minas (membro efetivo) ☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se / ☐ %
 Samuel Monteiro dos Santos Junior (membro efetivo) ☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se / ☐ %

Thais Jorge de Oliveira e Silva (membro efetivo) ☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se / ☐ %
César Suaki dos Santos (membro efetivo independente) / José Mauro Depes Lorga (membro suplente independente) ☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se / ☐ %
Murilo César Lemos dos Santos Passos (membro efetivo independente) ☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se / ☐ %

Deliberação Simples

11. Fixar o número de membros efetivos que deverão compor o Conselho Fiscal no próximo mandato, nos termos da Proposta da Administração.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Eleição do Conselho Fiscal por chapa única

Chapa da Administração

Ivan Maluf Junior (membro efetivo) / Eduardo da Gama Godoy (membro suplente)
Vanderlei Dominguez da Rosa (membro efetivo) / Paulo Roberto Franceschi (membro suplente)
Sergio Moreno (membro efetivo) Marcos Aparecido Galende (membro suplente)

12. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa - Chapa da Administração

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

13. Caso um dos candidatos que compõem a chapa deixe de integrá-la para acomodar a eleição em separado de que trata os arts. 161, § 4º, e 240 da Lei nº 6.404, de 1976, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?

☐ Sim ☐ Não ☐ Abster-se

Deliberação Simples

14. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato, nos termos da Proposta da Administração.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Cidade: _____

Data: _____

Assinatura: _____

Telefone: _____

ANEXO III

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Odontoprev S.A. (Odontoprev ou Companhia) submete as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Visão Geral da Companhia e Mercado de Atuação

A Odontoprev tem por objeto social a operação de planos privados de assistência odontológica.

Fundada em 1987, a Odontoprev é líder no setor desde os anos noventa, atendendo mais de nove milhões de brasileiros, que contam com diferenciadas soluções de saúde bucal em plataforma tecnológica proprietária exclusiva, reconhecida internacionalmente. A Companhia dispõe de rede credenciada com cerca de 27 mil cirurgiões-dentistas, em aproximadamente 2.500 cidades, em todo o país.

Desempenho Financeiro

Em 2025, a receita líquida cresceu 5,3% atingindo R\$2.390 milhões (R\$2.420 milhões em IFRS17), com tíquete médio de R\$22 por beneficiário/mês, adição líquida de 339 mil novas vidas no ano. A carteira foi composta por clientes corporativos em 70%, com os restantes 30% divididos em planos para pequenas e médias empresas (PME) e individuais.

O custo de serviços representou 38,9% da receita no exercício, versus 38,4% em 2024. As despesas de comercialização e administrativas foram de 26,9% da receita, em linha com o ano anterior.

A geração de caixa operacional, medida pelo critério EBITDA ajustado, atingiu R\$741 milhões em 2025, com margem de 31,0%.

O lucro líquido recorrente foi de R\$550 milhões (R\$583 milhões em IFRS17), 4,1% acima de 2024. A Companhia encerrou 2025 com caixa líquido de R\$713 milhões, e dívida zero.

O conjunto dos resultados mostra posicionamento estratégico único da Odontoprev, com atuação especializada para cada segmento de cliente, otimizando a captura de oportunidades de expansão e geração de valor.

Distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50%, calculados sobre o lucro líquido anual passível de distribuição. Em 2025, a remuneração aos acionistas já deliberada totaliza R\$444 milhões entre juros sobre o capital próprio e dividendos que, somados aos R\$13 milhões em recompra de ações, totalizam R\$456 milhões, 83% do resultado de 2025.

Mercado de Capitais

Em 2025 a Odontoprev completou 19 anos de sua oferta pública inicial no Novo Mercado da B3, tendo atingido, ao final do exercício, valor de mercado de R\$6,1 bilhões. O retorno total aos acionistas desde o IPO acumula 15% ao ano, versus 9% ao ano do IBX-100.

A Companhia integra as carteiras do IDIVERSA e IGPTW, índices da B3 que medem o desempenho das ações das empresas listadas que se destacam no critério de diversidade e qualidade do ambiente de trabalho.

Em dezembro de 2025, a Odontoprev foi ranqueada entre as melhores companhias do mundo no “World’s Best Companies in Sustainable Growth 2026”, da revista norte-americana TIME, que visa identificar empresas, internacionalmente, que demonstrem desempenho financeiro e ambiental notável. Do total de 500 empresas listadas, a Odontoprev obteve o 19º lugar geral, melhor ranking entre as empresas brasileiras.

Governança Corporativa e Responsabilidade Social

A Companhia é participante do Novo Mercado, listagem de mais alto padrão de Governança Corporativa da B3, desde 2006.

Em adição às características do segmento, a Odontoprev apresenta práticas diferenciadas, como Presidente do Conselho de Administração distinto do Diretor Presidente, Conselho de Administração sem função executiva e 100% de direitos de tag-along.

A Companhia possui Política de Sustentabilidade, que apresenta diretrizes corporativas definidas, papéis e responsabilidades, além dos compromissos públicos na qual a Odontoprev é signatária, como a iniciativa “Movimento Elas Lideram 2030” e “ONU Mulheres”, disponível para acesso em <https://ri.odontoprev.com.br/>.

Em linha com a Lei nº 15.177/2025, reforçamos nosso compromisso com a transparência e equidade de gênero, apresentando informações detalhadas sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional e evolução dos indicadores de diversidade.

Ao final de 2025, a Companhia contava com 1.957 funcionários, sendo 72,4% mulheres. A quantidade de mulheres no Conselho de Administração e Diretoria estatutária se manteve estável de 2024 para 2025, com duas mulheres (14,3%) ocupando esses cargos.

Mulheres por nível hierárquico	31/12/2024		31/12/2025	
	Total	%	Total	%
Administração: Conselho de Administração e Diretoria estatutária	2	14,3%	2	14,3%
Diretoria adjunta, Superintendência e Gerência	33	45,2%	36	46,8%
Supervisão	74	73,3%	74	74,0%
Administrativo	400	66,8%	418	65,4%
Operacional	777	81,3%	750	82,3%

Proporção da remuneração fixa + variável feminina por nível	31/12/2024	31/12/2025
---	------------	------------

hierárquico ¹		
Administração: Conselho de Administração e Diretoria estatutária	110,7%	100,1%
Diretoria adjunta, Superintendência e Gerência	83,7%	85,9%
Supervisão	88,7%	91,0%
Administrativo	78,0%	79,0%
Operacional	84,2%	84,5%

¹Remuneração fixa: salário ou pró-labore; Remuneração variável: bônus, Participação de Resultados, Incentivo de Longo Prazo e outros. O cálculo considera a média da remuneração feminina em comparação com a média da remuneração masculina.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Odontoprev declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, autorizando a sua divulgação.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 162/22, a Odontoprev possui prática de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas as legislações e as regulamentações aplicáveis. A Companhia contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria de acordo com a políticas de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Barueri, 26 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	17
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	49
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	97
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	100
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	103
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	104
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	106

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	545.825.286
Preferenciais	0
Total	545.825.286
Em Tesouraria	
Ordinárias	732.100
Preferenciais	0
Total	732.100

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
1	Ativo Total	1.901.381	2.067.888
1.01	Ativo Circulante	362.322	409.557
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.988	15.783
1.01.02	Aplicações Financeiras	239.185	327.637
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	106.884	192.982
1.01.02.01.04	Aplicações Livres	106.884	192.982
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	132.301	134.655
1.01.02.03.01	Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	59.344	37.251
1.01.02.03.02	Aplicações Livres	72.957	97.404
1.01.03	Contas a Receber	64.809	51.202
1.01.03.01	Clientes	24.555	25.501
1.01.03.01.07	Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro	24.555	25.501
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	40.254	25.701
1.01.06	Tributos a Recuperar	31.157	7.364
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	31.157	7.364
1.01.06.01.01	Créditos Tributários e Previdenciários	31.157	7.364
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.183	7.571
1.02	Ativo Não Circulante	1.539.059	1.658.331
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	505.942	644.932
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	420.134	539.081
1.02.01.03.01	Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	89.981	139.379
1.02.01.03.03	Aplicações Livres	330.153	399.702
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	25.879
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	25.879
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	13	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	85.795	79.972
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais e Fiscais	36.602	32.104
1.02.01.10.04	Outros Créditos a Receber	12.510	13.697
1.02.01.10.06	Créditos Tributários e Previdenciários (Tributos a Recuperar)	36.683	34.171
1.02.02	Investimentos	82.183	86.656
1.02.02.01	Participações Societárias	82.183	86.656
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	77.813	82.309
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	4.369	4.346
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	1	1
1.02.03	Imobilizado	25.433	29.345
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.314	18.313
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	9.119	11.032
1.02.04	Intangível	925.501	897.398
1.02.04.01	Intangíveis	925.501	897.398

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
2	Passivo Total	1.901.381	2.067.888
2.01	Passivo Circulante	506.044	725.553
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	59.049	57.620
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	59.049	57.620
2.01.01.02.01	Salários, Férias e Honorários	59.049	57.620
2.01.02	Fornecedores	41.547	31.413
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	41.547	31.413
2.01.02.01.01	Comercialização sobre Operações	22.263	11.675
2.01.02.01.02	Fornecedores de Bens e Serviços	9.355	11.495
2.01.02.01.03	Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	799	1.071
2.01.02.01.04	Contraprestações/Prêmios a Restituir	117	45
2.01.02.01.07	Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios	9.013	7.127
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.899	39.986
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.130	37.273
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.025	15.952
2.01.03.01.02	Demais Obrigações Fiscais Federais	23.105	21.321
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.769	2.713
2.01.05	Outras Obrigações	374.533	596.534
2.01.05.02	Outros	374.533	596.534
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	128.613	261.213
2.01.05.02.04	Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	222.955	297.287
2.01.05.02.05	Passivo de Arrendamento	2.057	1.958
2.01.05.02.10	Outras Contas a Pagar	20.908	36.076
2.01.06	Provisões	4.016	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.016	0
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	4.016	0
2.02	Passivo Não Circulante	113.524	114.566
2.02.02	Outras Obrigações	42.258	47.339
2.02.02.02	Outros	42.258	47.339
2.02.02.02.03	Outras Exigibilidades	13.510	14.767
2.02.02.02.04	Honorários a Pagar	53	0
2.02.02.02.07	Passivo de Arrendamento	9.405	11.460
2.02.02.02.12	Outras contas a pagar	19.290	21.112
2.02.03	Tributos Diferidos	20.919	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.919	0
2.02.04	Provisões	50.347	67.227
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.347	67.227
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	32.094	28.882
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	943	1.304
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	17.310	37.041
2.03	Patrimônio Líquido	1.281.813	1.227.769
2.03.01	Capital Social Realizado	851.017	851.017
2.03.02	Reservas de Capital	-35.610	-35.610
2.03.02.10	Ágio/deságio em transação de capital	-35.610	-35.610
2.03.04	Reservas de Lucros	465.877	420.718

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
2.03.04.01	Reserva Legal	154.951	127.428
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	129	129
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	81.000
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-7.832	-71.572
2.03.04.10	Reserva Estatutária de Capital Regulatório	100.000	100.000
2.03.04.11	Reserva de Investimentos e Expansão	218.629	183.733
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-792	-795
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	3.163	2.755
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.842	-10.316

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.346.914	2.200.634
3.01.07	Receita de seguros (PAA)	1.821.876	1.695.907
3.01.08	Receita de seguros (BBA)	525.038	504.727
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.551.637	-1.499.840
3.02.08	Despesas de seguros	-1.551.637	-1.499.840
3.03	Resultado Bruto	795.277	700.794
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.819	-22.544
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-58.387	-48.853
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-56.115	-48.167
3.04.02.05	Resultado na Alienação ou Baixa de Bens do Ativo Não Circulante e Outros	-2.272	-686
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	46.834	40.872
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	46.498	40.406
3.04.04.02	Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	336	466
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-25.254	-34.483
3.04.05.02	Provisão para Perdas sobre Créditos	-633	-5.212
3.04.05.03	Participações no Resultado	-24.621	-29.271
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.988	19.920
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	768.458	678.250
3.06	Resultado Financeiro	55.541	74.993
3.06.01	Receitas Financeiras	119.995	128.275
3.06.02	Despesas Financeiras	-64.454	-53.282
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	823.999	753.243
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-241.429	-213.999
3.08.01	Corrente	-198.927	-221.448
3.08.02	Diferido	-42.502	7.449
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	582.570	539.244
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	582.570	539.244
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,06821	0,98626
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,06821	0,98626

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	582.570	539.244
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.885	-18.264
4.02.01	Ajuste Acumulado de Conversão	408	746
4.02.03	Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrim	132	-242
4.02.04	Outros Resultados Abrangentes	8.342	-18.773
4.02.05	Ajustes de avaliação patrimonial de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência pat	3	5
4.03	Resultado Abrangente do Período	591.455	520.980

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	581.705	527.475
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	767.292	680.502
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	582.570	539.244
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	55.022	47.526
6.01.01.03	Variações Monetárias Líquidas	726	-1.447
6.01.01.05	Provisões para Ações Judiciais	-7.711	4.937
6.01.01.06	Alienação de Ativo Não Circulante e Outros	2.272	686
6.01.01.07	Equivalência Patrimonial	-9.988	-19.920
6.01.01.08	Provisão para Perdas sobre Créditos	633	5.212
6.01.01.11	Imposto de Renda e Contribuição Social	241.429	213.999
6.01.01.15	Ajuste a Valor Presente (Arrendamento)	836	956
6.01.01.18	Rendimentos de aplicações financeiras	-98.497	-110.691
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-185.587	-153.027
6.01.02.01	Títulos Avaliados a Valor Justo Através do Resultado	129.158	28.366
6.01.02.03	Outras Contas a Receber, Tributos a Recuperar, Despesas Antecipadas	-30.662	36.221
6.01.02.05	Realizável a Longo Prazo (Não Circulante)	4.988	-3.793
6.01.02.06	Ativos e Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	-61.226	-6.668
6.01.02.09	Obrigações Fiscais (Tributos a Recolher)	7.779	-3.845
6.01.02.10	Obrigações Trabalhistas, Fornecedores e Outras Contas a Pagar	-5.600	12.810
6.01.02.11	Exigível a Longo Prazo (Passivo Não Circulante)	-25.790	-9.240
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-213.854	-209.839
6.01.02.15	Comercialização sobre Operações	10.588	4.581
6.01.02.16	Juros e Multas Pagos	-968	-1.620
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	100.733	89.734
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-4.115	-8.425
6.02.02	Aquisição de Intangível	-78.526	-81.713
6.02.07	Dividendos recebidos de Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto	11.550	14.325
6.02.08	Aumento de Capital em Investida	-5.000	0
6.02.12	Alienação de Imobilizado e Intangível	86	169
6.02.13	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	-34.994
6.02.14	Resgates de Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	176.738	200.372
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-680.233	-615.041
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-662.132	-542.612
6.03.02	Aquisição de Ações Próprias - em Tesouraria	-15.307	-69.153
6.03.05	Pagamento de Arrendamento	-2.794	-3.276
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.205	2.168
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.783	13.615
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.988	15.783

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	851.017	-107.182	492.290	0	-8.356	1.227.769
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.017	-107.182	492.290	0	-8.356	1.227.769
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	63.740	-157.627	-443.524	0	-537.411
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-12.887	0	0	0	-12.887
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-338.155	0	-338.155
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-105.369	0	-105.369
5.04.18	Dividendo adicional proposto	0	0	-81.000	0	0	-81.000
5.04.20	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	76.627	-76.627	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	32.112	550.458	8.885	591.455
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	582.570	0	582.570
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	32.112	-32.112	8.885	8.885
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	408	408
5.05.02.06	Ajustes de avaliação patrimonial de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência pat	0	0	0	0	3	3
5.05.02.07	Ajuste Lucro Líquido do Período (diferença de prática contábil)	0	0	32.112	-32.112	0	0
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.342	8.342
5.05.02.09	Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrim	0	0	0	0	132	132
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	106.934	-106.934	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	106.934	-106.934	0	0
5.07	Saldos Finais	851.017	-43.442	473.709	0	529	1.281.813

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	851.017	-35.610	561.679	0	9.908	1.386.994
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.017	-35.610	561.679	0	9.908	1.386.994
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-71.572	-161.492	-447.141	0	-680.205
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-71.572	0	0	0	-71.572
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-281.905	0	-281.905
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-84.236	0	-84.236
5.04.18	Dividendo adicional proposto	0	0	-161.492	-81.000	0	-242.492
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	5.663	533.581	-18.264	520.980
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	539.244	0	539.244
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	5.663	-5.663	-18.264	-18.264
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	746	746
5.05.02.06	Ajustes de avaliação patrimonial de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência pat	0	0	0	0	5	5
5.05.02.07	Ajuste Lucro Líquido do Período (diferença de prática contábil)	0	0	5.663	-5.663	0	0
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-18.773	-18.773
5.05.02.09	Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrim	0	0	0	0	-242	-242
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	86.440	-86.440	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	86.440	-86.440	0	0
5.07	Saldos Finais	851.017	-107.182	492.290	0	-8.356	1.227.769

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
7.01	Receitas	2.346.281	2.195.422
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.346.914	2.200.634
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-633	-5.212
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.223.196	-1.191.037
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.023.461	-979.604
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.744	-28.772
7.02.04	Outros	-177.991	-182.661
7.02.04.01	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	28.275	24.998
7.02.04.03	Despesas Administrativas	-206.266	-207.659
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.123.085	1.004.385
7.04	Retenções	-55.022	-47.526
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-55.022	-47.526
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.068.063	956.859
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	129.983	148.195
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.988	19.920
7.06.02	Receitas Financeiras	119.995	128.275
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.198.046	1.105.054
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.198.046	1.105.054
7.08.01	Pessoal	172.495	164.627
7.08.01.01	Remuneração Direta	135.563	129.990
7.08.01.02	Benefícios	29.342	27.344
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.590	7.293
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	376.774	347.434
7.08.02.01	Federais	341.407	314.053
7.08.02.02	Estaduais	63	69
7.08.02.03	Municipais	35.304	33.312
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	66.207	53.749
7.08.03.02	Aluguéis	1.753	467
7.08.03.03	Outras	64.454	53.282
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	582.570	539.244
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	105.369	84.236
7.08.04.02	Dividendos	338.155	362.905
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	139.046	92.103

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
1	Ativo Total	1.948.841	2.122.069
1.01	Ativo Circulante	437.659	490.076
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.948	16.531
1.01.02	Aplicações Financeiras	273.085	357.791
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	140.784	223.136
1.01.02.01.04	Aplicações Livres	140.784	223.136
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	132.301	134.655
1.01.02.03.01	Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	59.344	37.251
1.01.02.03.02	Aplicações Livres	72.957	97.404
1.01.03	Contas a Receber	91.100	85.065
1.01.03.01	Clientes	33.120	33.316
1.01.03.01.07	Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro	33.120	33.316
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	57.980	51.749
1.01.04	Estoques	26	56
1.01.06	Tributos a Recuperar	42.924	15.853
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	42.924	15.853
1.01.06.01.01	Créditos Tributários e Previdenciários	42.924	15.853
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.576	8.690
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	6.090
1.01.08.03	Outros	0	6.090
1.01.08.03.02	Ativos mantidos para venda	0	6.090
1.02	Ativo Não Circulante	1.511.182	1.631.993
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	514.894	653.691
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	420.134	539.081
1.02.01.03.01	Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	89.981	139.379
1.02.01.03.03	Aplicações livres	330.153	399.702
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	32.346
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	32.346
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	13	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	94.747	82.264
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	6.773	0
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais e Fiscais	37.879	33.435
1.02.01.10.04	Outros Créditos a Receber	12.982	14.268
1.02.01.10.06	Créditos Tributários e Previdenciários (Tributos a Recuperar)	37.113	34.561
1.02.02	Investimentos	4.425	6.121
1.02.02.01	Participações Societárias	4.425	6.121
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	1.719
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	4.369	4.346
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	56	56
1.02.03	Imobilizado	44.392	52.154
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.519	30.438
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	16.873	21.716
1.02.04	Intangível	947.471	920.027
1.02.04.01	Intangíveis	947.471	920.027

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
2	Passivo Total	1.948.841	2.122.069
2.01	Passivo Circulante	549.169	764.626
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	71.995	69.765
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	71.995	69.765
2.01.01.02.01	Salários, Férias e Honorários	71.995	69.765
2.01.02	Fornecedores	48.274	36.361
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	48.274	36.361
2.01.02.01.01	Comercialização sobre Operações	22.817	11.732
2.01.02.01.02	Fornecedores de Bens e Serviços	15.528	16.386
2.01.02.01.03	Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	799	1.071
2.01.02.01.04	Contraprestações/Prêmios a Restituir	117	45
2.01.02.01.07	Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios	9.013	7.127
2.01.03	Obrigações Fiscais	37.573	47.600
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.285	44.262
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.441	16.735
2.01.03.01.02	Demais Obrigações Fiscais Federais	30.844	27.527
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.288	3.338
2.01.05	Outras Obrigações	387.311	610.900
2.01.05.02	Outros	387.311	610.900
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	128.613	261.213
2.01.05.02.04	Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	223.645	299.398
2.01.05.02.05	Passivo de Arrendamento	6.561	6.775
2.01.05.02.10	Outras Contas a Pagar	28.492	43.514
2.01.06	Provisões	4.016	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.016	0
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	4.016	0
2.02	Passivo Não Circulante	117.428	129.210
2.02.02	Outras Obrigações	50.009	57.925
2.02.02.02	Outros	50.009	57.925
2.02.02.02.03	Outras Exigibilidades	13.996	15.351
2.02.02.02.04	Honorários a Pagar	53	0
2.02.02.02.07	Passivo de Arrendamento	14.261	19.010
2.02.02.02.11	Tributos e Encargos a Recolher	269	303
2.02.02.02.12	Outras Contas a Pagar	21.430	23.261
2.02.03	Tributos Diferidos	14.071	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.071	0
2.02.04	Provisões	53.348	71.285
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	53.348	71.285
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	33.427	30.185
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.606	4.045
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	17.315	37.055
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.282.244	1.228.233
2.03.01	Capital Social Realizado	851.017	851.017
2.03.02	Reservas de Capital	-35.610	-35.610
2.03.02.10	Ágio/deságio em transação de capital	-35.610	-35.610

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024
2.03.04	Reservas de Lucros	465.877	420.718
2.03.04.01	Reserva Legal	154.951	127.428
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	129	129
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	81.000
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-7.832	-71.572
2.03.04.10	Reserva Estatutária de Capital Regulatório	100.000	100.000
2.03.04.11	Reserva de Investimentos e Expansão	218.629	183.733
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-792	-795
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	3.163	2.755
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.842	-10.316
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	431	464

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.420.159	2.281.192
3.01.02	Vendas de Bens e Serviços	53.571	52.665
3.01.05	Impostos sobre Vendas de Bens e Seviços	-13.393	-14.479
3.01.07	Receita de seguros (PAA)	1.854.943	1.738.279
3.01.08	Receita de seguros (BBA)	525.038	504.727
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.549.869	-1.490.332
3.02.08	Despesas de seguros	-1.491.348	-1.436.699
3.02.09	Custos de Bens e Serviços	-58.521	-53.633
3.03	Resultado Bruto	870.290	790.860
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-97.255	-103.627
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.351	-1.431
3.04.01.01	Despesas de Comercialização	-1.351	-1.431
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-121.021	-111.011
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-118.278	-110.128
3.04.02.05	Resultado na Alienação ou Baixa de Bens do Ativo Não Circulante e Outros	-2.743	-883
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	48.588	44.805
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	48.326	44.371
3.04.04.02	Receitas de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	262	434
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-29.392	-42.327
3.04.05.02	Provisão para Perdas sobre Créditos	1.448	-6.367
3.04.05.03	Participações no Resultado	-29.306	-34.247
3.04.05.04	Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP)	-1.534	-1.713
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.921	6.337
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	773.035	687.233
3.06	Resultado Financeiro	56.615	76.144
3.06.01	Receitas Financeiras	125.023	133.465
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.408	-57.321
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	829.650	763.377
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-247.113	-224.244
3.08.01	Corrente	-204.699	-231.202
3.08.02	Diferido	-42.414	6.958
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	582.537	539.133
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	582.537	539.133
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	582.570	539.244
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-33	-111
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,06821	0,98626
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,06821	0,98626

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	582.537	539.133
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.885	-18.264
4.02.01	Ajuste Acumulado de Conversão	411	751
4.02.03	Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrim	132	-242
4.02.04	Outros Resultados Abrangentes	8.342	-18.773
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	591.422	520.869
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	591.455	520.980
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-33	-111

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	590.054	541.702
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	780.211	713.421
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	582.537	539.133
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	63.164	56.151
6.01.01.03	Variações Monetárias Líquidas	202	-1.998
6.01.01.05	Provisões para Ações Judiciais	-8.279	6.785
6.01.01.06	Alienação de Ativo não Circulante e Outros	2.743	883
6.01.01.07	Equivalência Patrimonial	-5.921	-6.337
6.01.01.08	Provisão para Perdas sobre Créditos	-1.448	6.367
6.01.01.11	Imposto de Renda e Contribuição Social	247.113	224.244
6.01.01.15	Ajuste a Valor Presente (Arrendamento)	2.100	2.321
6.01.01.18	Rendimentos de aplicações financeiras	-102.000	-114.128
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-190.157	-171.719
6.01.02.01	Títulos Avaliados a Valor Justo Através do Resultado	128.914	29.636
6.01.02.03	Outras Contas a Receber, Tributos a Recuperar e Despesas Antecipadas	-28.078	28.470
6.01.02.04	Estoques	30	1.367
6.01.02.05	Realizável a Longo Prazo (Não Circulante)	-704	-3.030
6.01.02.06	Ativos e Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	-61.316	-13.377
6.01.02.09	Obrigações Fiscais (Tributos a Recolher)	9.257	-3.982
6.01.02.10	Obrigações Trabalhistas, Fornecedores e Outras Contas a Pagar	966	19.424
6.01.02.11	Exigível a Longo Prazo (Passivo Não Circulante)	-30.875	-13.502
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-218.319	-219.584
6.01.02.15	Comercialização Sobre Operações	11.085	4.617
6.01.02.16	Juros e Multas Pagos	-1.117	-1.758
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	99.140	79.323
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-6.248	-10.552
6.02.02	Aquisição de Intangível	-78.719	-81.997
6.02.04	Baixa de Investimentos	1.231	0
6.02.07	Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas em Conjunto	6.050	6.325
6.02.12	Alienação de Imobilizado e Intangível	86	169
6.02.13	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	-34.994
6.02.14	Resgates de Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	176.740	200.372
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-685.777	-618.885
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-662.132	-542.758
6.03.02	Aquisição de Ações Próprias - em Tesouraria	-15.307	-69.153
6.03.05	Pagamento de Arrendamento	-8.338	-6.974
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.417	2.140
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.531	14.391
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.948	16.531

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	851.017	-107.182	492.290	0	-8.356	1.227.769	464	1.228.233
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.017	-107.182	492.290	0	-8.356	1.227.769	464	1.228.233
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	63.740	-157.627	-443.524	0	-537.411	0	-537.411
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-12.887	0	0	0	-12.887	0	-12.887
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-338.155	0	-338.155	0	-338.155
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-105.369	0	-105.369	0	-105.369
5.04.18	Dividendo adicional proposto	0	0	-81.000	0	0	-81.000	0	-81.000
5.04.20	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	76.627	-76.627	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	32.112	550.458	8.885	591.455	-33	591.422
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	582.570	0	582.570	-33	582.537
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	32.112	-32.112	8.885	8.885	0	8.885
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	411	411	0	411
5.05.02.07	Ajuste Lucro Líquido do Período (diferença de prática contábil)	0	0	32.112	-32.112	0	0	0	0
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.342	8.342	0	8.342
5.05.02.09	Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrim	0	0	0	0	132	132	0	132
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	106.934	-106.934	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	106.934	-106.934	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	851.017	-43.442	473.709	0	529	1.281.813	431	1.282.244

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	851.017	-35.610	561.679	0	9.908	1.386.994	680	1.387.674
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.017	-35.610	561.679	0	9.908	1.386.994	680	1.387.674
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-71.572	-161.492	-447.141	0	-680.205	-105	-680.310
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-71.572	0	0	0	-71.572	0	-71.572
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-281.905	0	-281.905	0	-281.905
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-84.236	0	-84.236	0	-84.236
5.04.18	Dividendo adicional proposto	0	0	-161.492	-81.000	0	-242.492	-105	-242.597
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	5.663	533.581	-18.264	520.980	-111	520.869
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	539.244	0	539.244	-111	539.133
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	5.663	-5.663	-18.264	-18.264	0	-18.264
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	746	746	0	746
5.05.02.06	Ganho e perdas de variação de participação acionária	0	0	0	0	5	5	0	5
5.05.02.07	Ajuste Lucro Líquido do Período (diferença de prática contábil)	0	0	5.663	-5.663	0	0	0	0
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-18.773	-18.773	0	-18.773
5.05.02.09	Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrim	0	0	0	0	-242	-242	0	-242
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	86.440	-86.440	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	86.440	-86.440	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	851.017	-107.182	492.290	0	-8.356	1.227.769	464	1.228.233

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024
7.01	Receitas	2.435.000	2.289.304
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.379.981	2.243.006
7.01.02	Outras Receitas	53.571	52.665
7.01.02.02	Vendas de Bens e Serviços	53.571	52.665
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.448	-6.367
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.187.873	-1.149.354
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.011.165	-972.979
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.210	-29.053
7.02.04	Outros	-155.498	-147.322
7.02.04.01	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	34.147	35.526
7.02.04.02	Despesas de Comercialização	-1.351	-1.431
7.02.04.03	Despesas Administrativas	-188.294	-181.417
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.247.127	1.139.950
7.04	Retenções	-63.164	-56.151
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-63.164	-56.151
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.183.963	1.083.799
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	130.944	139.802
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.921	6.337
7.06.02	Receitas Financeiras	125.023	133.465
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.314.907	1.223.601
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.314.907	1.223.601
7.08.01	Pessoal	251.639	241.976
7.08.01.01	Remuneração Direta	195.875	189.259
7.08.01.02	Benefícios	44.407	41.493
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.357	11.224
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	408.453	383.161
7.08.02.01	Federais	367.784	344.112
7.08.02.02	Estaduais	536	466
7.08.02.03	Municipais	40.133	38.583
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	72.278	59.331
7.08.03.02	Aluguéis	3.870	2.010
7.08.03.03	Outras	68.408	57.321
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	582.537	539.133
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	105.369	84.236
7.08.04.02	Dividendos	338.155	362.905
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	139.046	92.103
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-33	-111

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Senhores Acionistas,

A Administração da Odontoprev S.A. (Odontoprev ou Companhia) submete as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Visão Geral da Companhia e Mercado de Atuação

A Odontoprev tem por objeto social a operação de planos privados de assistência odontológica.

Fundada em 1987, a Odontoprev é líder no setor desde os anos noventa, atendendo mais de nove milhões de brasileiros, que contam com diferenciadas soluções de saúde bucal em plataforma tecnológica proprietária exclusiva, reconhecida internacionalmente. A Companhia dispõe de rede credenciada com cerca de 27 mil cirurgiões-dentistas, em aproximadamente 2.500 cidades, em todo o país.

Desempenho Financeiro

Em 2025, a receita líquida cresceu 5,3% atingindo R\$2.390 milhões (R\$2.420 milhões em IFRS17), com tíquete médio de R\$22 por beneficiário/mês, adição líquida de 339 mil novas vidas no ano. A carteira foi composta por clientes corporativos em 70%, com os restantes 30% divididos em planos para pequenas e médias empresas (PME) e individuais.

O custo de serviços representou 38,9% da receita no exercício, versus 38,4% em 2024. As despesas de comercialização e administrativas foram de 26,9% da receita, em linha com o ano anterior.

A geração de caixa operacional, medida pelo critério EBITDA ajustado, atingiu R\$741 milhões em 2025, com margem de 31,0%.

O lucro líquido recorrente foi de R\$550 milhões (R\$583 milhões em IFRS17), 4,1% acima de 2024. A Companhia encerrou 2025 com caixa líquido de R\$713 milhões, e dívida zero.

O conjunto dos resultados mostra posicionamento estratégico único da Odontoprev, com atuação especializada para cada segmento de cliente, otimizando a captura de oportunidades de expansão e geração de valor.

Distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50%, calculados sobre o lucro líquido anual passível de distribuição. Em 2025, a remuneração aos acionistas já deliberada totaliza R\$444 milhões entre juros sobre o capital próprio e dividendos que, somados aos R\$13 milhões em recompra de ações, totalizam R\$456 milhões, 83% do resultado de 2025.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Mercado de Capitais

Em 2025 a Odontoprev completou 19 anos de sua oferta pública inicial no Novo Mercado da B3, tendo atingido, ao final do exercício, valor de mercado de R\$6,1 bilhões. O retorno total aos acionistas desde o IPO acumula 15% ao ano, versus 9% ao ano do IBX-100.

A Companhia integra as carteiras do IDIVERSA e IGPTW, índices da B3 que medem o desempenho das ações das empresas listadas que se destacam no critério de diversidade e qualidade do ambiente de trabalho.

Em dezembro de 2025, a Odontoprev foi ranqueada entre as melhores companhias do mundo no “World’s Best Companies in Sustainable Growth 2026”, da revista norte-americana TIME, que visa identificar empresas, internacionalmente, que demonstrem desempenho financeiro e ambiental notável. Do total de 500 empresas listadas, a Odontoprev obteve o 19º lugar geral, melhor ranking entre as empresas brasileiras.

Governança Corporativa e Responsabilidade Social

A Companhia é participante do Novo Mercado, listagem de mais alto padrão de Governança Corporativa da B3, desde 2006.

Em adição às características do segmento, a Odontoprev apresenta práticas diferenciadas, como Presidente do Conselho de Administração distinto do Diretor Presidente, Conselho de Administração sem função executiva e 100% de direitos de tag-along.

A Companhia possui Política de Sustentabilidade, que apresenta diretrizes corporativas definidas, papéis e responsabilidades, além dos compromissos públicos na qual a Odontoprev é signatária, como a iniciativa “Movimento Elas Lideram 2030” e “ONU Mulheres”, disponível para acesso em <https://ri.odontoprev.com.br/>.

Em linha com a Lei nº 15.177/2025, reforçamos nosso compromisso com a transparência e equidade de gênero, apresentando informações detalhadas sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional e evolução dos indicadores de diversidade.

Ao final de 2025, a Companhia contava com 1.957 funcionários, sendo 72,4% mulheres. A quantidade de mulheres no Conselho de Administração e Diretoria estatutária se manteve estável de 2024 para 2025, com duas mulheres (14,3%) ocupando esses cargos.

Mulheres por nível hierárquico	31/12/2024		31/12/2025	
	Total	%	Total	%
Administração: Conselho de Administração e Diretoria estatutária	2	14,3%	2	14,3%
Diretoria adjunta, Superintendência e Gerência	33	45,2%	36	46,8%
Supervisão	74	73,3%	74	74,0%
Administrativo	400	66,8%	418	65,4%
Operacional	777	81,3%	750	82,3%

Proporção da remuneração fixa + variável feminina por nível hierárquico ¹	31/12/2024	31/12/2025
Administração: Conselho de Administração e Diretoria estatutária	110,7%	100,1%
Diretoria adjunta, Superintendência e Gerência	83,7%	85,9%
Supervisão	88,7%	91,0%
Administrativo	78,0%	79,0%
Operacional	84,2%	84,5%

¹Remuneração fixa: salário ou pró-labore; Remuneração variável: bônus, Participação de Resultados, Incentivo de Longo Prazo e outros. O cálculo considera a média da remuneração feminina em comparação com a média da remuneração masculina.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Declaração da Diretoria Estatutária

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Odontoprev declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, autorizando a sua divulgação.

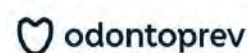
Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 162/22, a Odontoprev possui prática de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas as legislações e as regulamentações aplicáveis. A Companhia contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria de acordo com a políticas de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Barueri, 26 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

A Odontoprev (B3: ODPV3 BZ), maior operadora de planos odontológicos do Brasil, anuncia hoje os resultados consolidados do quarto trimestre de 2026 (4T25).

As informações constantes nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), divulgada para a CVM/B3, incluem as normas IFRS 17, CPC 50 – Contratos de Seguros e a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros também foram aplicadas.

Os comentários de desempenho mantêm a comparabilidade dos dados das séries históricas, desde 2006, e se baseiam nas normas aprovadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Abaixo encontram-se tabelas de conciliação dos demonstrativos financeiros (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e o Fluxo de Caixa) para o IFRS 17 e cálculo da solvência.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Balanço patrimonial

(em milhares de reais)

ATIVO	Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (ANSGAAP)	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (CPC 50/IFRS 17)
Circulante	536.501	(98.842)	437.659
Disponível (caixa e equivalentes de caixa)	19.948	-	19.948
Aplicações Financeiras	273.085	-	273.085
Contas a Receber	146.531	(55.431)	91.100
Contraprestações Pecuniárias/Prêmios a Receber	85.209	(85.209)	-
Provisão para Perdas sobre Créditos	(21.107)	21.107	-
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis	2.189	(2.189)	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	5.494	(5.494)	-
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	26.586	(26.586)	-
Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro	-	33.120	33.120
Outras Contas a Receber	48.160	9.820	57.980
Estoque	26	-	26
Tributos a Recuperar	42.924	-	42.924
Despesas Antecipadas	10.576	-	10.576
Outros Ativos Circulantes	43.411	(43.411)	-
Não circulante	1.510.656	526	1.511.182
Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	420.134	-	420.134
Despesas Antecipadas	13	-	13
Outros Ativos Não Circulantes	94.747	-	94.747
Investimentos (participações societárias pelo método de equivalência patrimonial)	3.899	526	4.425
Imobilizado	44.392	-	44.392
Intangível	947.471	-	947.471
TOTAL DO ATIVO	2.047.157	(98.316)	1.948.841

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Balanço patrimonial

(em milhares de reais)

	Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (ANSGAAP)	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (CPC 50/IFRS 17)
PASSIVO			
Circulante	621.098	(71.929)	549.169
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	298.518	(298.518)	-
Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	-	223.645	223.645
Débitos de operações de assistência à saúde	24.913	(1.180)	23.733
Tributos e encargos a recolher	37.573	-	37.573
Provisões para ações judiciais (contingências)	4.016	-	4.016
Débitos diversos	256.078	4.124	260.202
Não circulante	126.745	(9.317)	117.428
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	61	(61)	-
Provisões para ações judiciais (contingências)	53.348	-	53.348
Tributos e encargos sociais a recolher e Diferidos	23.597	(9.257)	14.340
Débitos diversos	49.739	1	49.740
Patrimônio líquido	1.299.314	(17.070)	1.282.244
Capital Social Realizado	851.017	-	851.017
Reservas de Capital	(35.610)	-	(35.610)
Reserva Legal	154.951	-	154.951
Reserva de Incentivos Fiscais	129	-	129
Ações em Tesouraria	(7.832)	-	(7.832)
Reserva Estatutária de Investimentos e Expansão	334.388	(15.759)	318.629
Ajustes de avaliação patrimonial	(792)	-	(792)
Ajustes Acumulados de Conversão	2.632	531	3.163
Outros Resultados Abrangentes	-	(1.842)	(1.842)
Participação dos Acionistas Não Controladores	431	-	431
TOTAL DO PASSIVO	2.047.157	(98.316)	1.948.841

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demonstração do resultado

(em milhares de reais)

	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (ANSGAAP)	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Consolidado Saldo em 31 de dezembro de 2025 (CPC 50/IFRS 17)
Contraprestações Líquidas	2.343.388	(2.343.388)	-
Seguros	31.759	(31.759)	-
Receita de seguros (PAA)	-	1.854.943	1.854.943
Receita de seguros (BBA)	-	525.038	525.038
RECEITAS DE SEGUROS E RESSEGUROS	2.375.147	4.834	2.379.981
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(742.032)	742.032	-
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	5.810	(5.810)	-
Sinistros	(10.910)	10.910	-
Reservas Técnicas de Sinistro	433	(433)	-
Despesas de comercialização	(271.528)	270.177	(1.351)
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(108.289)	108.289	-
Materiais Odontológicos	(17.658)	17.658	-
Demais Custos Operacionais	(77.324)	77.324	-
Despesas com seguros	-	(1.491.348)	(1.491.348)
Custos de Bens e Serviços	-	(58.521)	(58.521)
DESPESAS DE SEGUROS E RESSEGUROS	(1.221.498)	(329.722)	(1.551.220)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	1.153.649	(324.888)	828.761
Vendas de Bens e Serviços	53.571	-	53.571
Impostos sobre Vendas de Bens e Serviços	(13.393)	-	(13.393)
Provisão para Perdas sobre Créditos	(40.174)	41.622	1.448
Outras receitas (despesas) operacionais	7.717	40.871	48.588
RESULTADO BRUTO	1.161.370	(242.395)	918.975
Despesas administrativas	(433.829)	312.808	(121.021)
Programa de incentivo de longo prazo (ILP)	(22.004)	20.470	(1.534)
Participações no resultado	(29.306)	-	(29.306)
Resultado financeiro líquido	99.214	(42.599)	56.615
Receitas financeiras	125.023	-	125.023
Despesas financeiras	(25.809)	(42.599)	(68.408)
Despesas financeiras	(25.809)	(42.599)	(68.408)
Resultado de equivalência patrimonial	5.707	214	5.921
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	781.152	48.498	829.650
Imposto de renda e contribuição social	(230.727)	(16.386)	(247.113)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	550.425	32.112	582.537
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia	550.458	32.112	582.570
Participação dos não controladores	(33)	-	(33)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	550.425	32.112	582.537

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demonstração do Fluxo de Caixa

(em milhares de reais)

	Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (ANSGAAP)	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (CPC 50/IFRS 17)
Caixa Líquido Atividades Operacionais	590.054	-	590.054
Caixa Gerado nas Operações	773.222	6.989	780.211
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	550.425	32.112	582.537
Depreciações e Amortizações	63.164	-	63.164
Variações Monetárias Líquidas	202	-	202
Provisões para Ações Judiciais	(8.279)	-	(8.279)
Alienação de Ativo Não Circulante e Outros	2.743	-	2.743
Equivalência Patrimonial	(5.707)	(214)	(5.921)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	40.174	(41.622)	(1.448)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	(5.810)	5.810	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	230.727	16.386	247.113
Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG)	5.916	(5.916)	-
Variação reservas técnicas de sinistros	(433)	433	-
Ajuste a Valor Presente (Arrendamento)	2.100	-	2.100
Rendimentos de Aplicações Financeiras	(102.000)	-	(102.000)
Variações nos Ativos e Passivos	(183.168)	(6.989)	(190.157)
Títulos Avaliados a Valor Justo Através do Resultado	128.914	-	128.914
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde (Clientes)	(30.574)	30.574	-
Outras Contas a Receber, Tributos a Recuperar, Despesas Antecipadas e Outros Ativos Circulantes	(47.595)	19.517	(28.078)
Estoques	30	-	30
Realizável a Longo Prazo (Não Circulante)	(704)	-	(704)
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais (PESL)	(9.991)	9.991	-
Ativos e Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	-	(61.316)	(61.316)
Obrigações fiscais (tributos a recolher)	9.257	-	9.257
Obrigações Trabalhistas, Fornecedores, Adto. de Clientes e Outras Contas a Pagar (Débitos Diversos)	602	364	966
Exigível a Longo Prazo (Passivo Não Circulante)	(30.875)	-	(30.875)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(218.319)	-	(218.319)
Comercialização sobre Operações	11.155	(70)	11.085
Outras Provisões Técnicas (OUTRAS)	6.049	(6.049)	-
Juros e Multas Pagos	(1.117)	-	(1.117)
Caixa Líquido Atividades Investimento	99.140	-	99.140
Aquisição de Imobilizado	(6.248)	-	(6.248)
Aquisição de intangível	(78.719)	-	(78.719)
Baixa de Investimentos	1.231	-	1.231
Dividendos recebidos de Controladas e Controladas em Conjunto	6.050	-	6.050
Resgates de Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	176.740	-	176.740
Alienação de imobilizado e intangível	86	-	86
Caixa Líquido Atividades Financiamento	(685.777)	-	(685.777)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(662.132)	-	(662.132)
Aquisição de Ações Próprias - em Tesouraria	(15.307)	-	(15.307)
Pagamento de Arrendamento	(8.338)	-	(8.338)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.417	-	3.417
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.531	-	16.531
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.948	-	19.948

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN 569/2022. Desde 2023, inclusive, a apuração do capital regulatório considera o maior entre os seguintes valores: (i) o capital base; e (ii) capital baseado em riscos.

O modelo de capital regulatório baseado em riscos leva em consideração cinco categorias de riscos, sendo elas:

(a) O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.

(b) O risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

(c) O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas).

(d) O risco legal é a medida de incerteza relacionada a falta de um completo embasamento legal; é o risco de não cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

(e) O risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais preços de commodities e preços de imóveis.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A Sobra de solvência passou de R\$31 milhões em 30 de setembro para R\$5 milhões em 31 de dezembro, principalmente pela deliberação de R\$105 milhões em dividendos 3T25 e R\$28 milhões em juros sobre o capital próprio 4T25 em dezembro.

Em 2025, a remuneração total aos acionistas Odontoprev atinge R\$456 milhões, sendo R\$338 milhões em dividendos e R\$105 milhões em juros sobre capital próprio deliberados, além de R\$13 milhões em recompra de ações.

Companhia: cálculo de PMA, PLA, MS e CBR					
Descrição:	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025	31/03/2025	31/12/2024
Capital de referência	12.328	12.328	11.702	11.702	11.702
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%	3,23%	3,23%	3,23%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	398	398	378	378	378
Patrimônio líquido contábil	1.298.883	1.322.197	1.335.432	1.418.929	1.285.651
Participações societárias em entidades reguladas	(3.843)	(3.664)	(3.936)	(4.225)	(4.166)
Despesas de comercialização diferidas	(43.411)	(45.383)	(41.070)	(38.321)	(22.604)
Despesas antecipadas	(9.196)	(12.168)	(10.336)	(5.254)	(7.571)
Intangível	(925.501)	(911.384)	(902.442)	(899.598)	(897.398)
Goodwill das participações indiretas	(14.521)	(14.521)	(14.532)	(14.532)	(14.532)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	302.411	335.077	363.116	456.999	339.380
Capital baseado em risco (CBR)²	297.225	303.946	313.244	306.392	296.780
Suficiência exigida (PLA ANS - CBR)	5.186	31.131	49.872	150.607	42.600

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário e região 1 conforme anexo RN 569/2022.

²O valor do CBR considera a utilização dos fatores reduzidos, nos termos do que fora definido no art. 6º da RN 569/2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Métricas selecionadas

R\$ mil, exceto onde especificado	4T25	4T24	Δ%	3T25	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita operacional líquida (ROL)	595.306	589.642	1,0	602.274	(1,2)	2.389.891	2.269.786	5,3
Tiquete médio (R\$/vida/mês)	21,91	22,41	(2,2)	22,44	(2,4)	22,23	21,81	1,9
Número de beneficiários	9.263.729	8.924.269	3,8	9.131.897	1,4	9.263.729	8.924.269	3,8
Adições líquidas (vidas)	131.832	105.979	24,4	150.737	(12,5)	339.460	306.376	10,8
Corporativo	115.658	98.095	17,9	76.006	52,2	165.964	250.776	(33,8)
PME	44.571	8.116	449,2	68.572	(35,0)	214.560	57.238	274,9
Individual	(28.397)	(232)	-	6.159	-	(41.064)	(1.638)	-
Custo de serviços (ex PEONA)	253.706	235.891	7,6	244.479	3,8	930.284	871.436	6,8
Custo de serviços médio (R\$/vida/mês)	9,19	8,86	3,7	9,00	2,2	8,52	8,28	3,0
Índice de sinistralidade (%)	42,6	40,0	2,6 p.p.	40,6	2,0 p.p.	38,9	38,4	0,5 p.p.
Índice de despesas comerciais - DC (%)	12,4	12,1	0,3 p.p.	11,3	1,1 p.p.	11,4	11,5	(0,1 p.p.)
Índice de despesas administrativas - DA (%)	18,2	18,0	0,2 p.p.	15,0	3,2 p.p.	15,5	15,3	0,2 p.p.
Índice DC + DA (%)	30,6	30,1	0,5 p.p.	26,3	4,3 p.p.	26,9	26,8	0,1 p.p.
Índice combinado (%)	73,3	70,1	3,2 p.p.	66,9	6,3 p.p.	65,8	65,2	0,6 p.p.
PDD (%)	1,5	2,2	(0,7 p.p.)	2,0	(0,5 p.p.)	1,5	2,3	(0,8 p.p.)
EBITDA ajustado	131.912	153.309	(14,0)	178.094	(25,9)	741.158	694.395	6,7
Margem - EBITDA ajustado (%)	22,2	26,0	(3,8 p.p.)	29,6	(7,4 p.p.)	31,0	30,6	0,4 p.p.
Resultado Financeiro líquido	29.356	28.012	4,8	24.210	21,3	99.214	109.808	(9,6)
Lucro líquido	108.887	114.022	(4,5)	128.744	(15,4)	550.458	533.581	3,2
(-) Eventos não recorrentes	-	-	-	-	-	-	4.572	-
Lucro líquido recorrente	108.887	114.022	(4,5)	128.744	(15,4)	550.458	529.008	4,1
Margem líquida (%)	18,3	19,3	(1,0 p.p.)	21,4	(3,1 p.p.)	23,0	23,5	(2,0 p.p.)
Capital social (mil ações)	545.825	552.496	(1,2)	545.825	-	545.825	552.496	(1,2)
Ações em Tesouraria (mil)	732	6.189	(88,2)	732	-	732	6.189	(88,2)
Ações elegíveis (mil)	545.093	546.307	(0,2)	545.093	-	545.093	546.307	(0,2)
Lucro líquido recorrente por ação (R\$/ação)	0,200	0,209	(4,3)	0,236	(15,4)	1,010	0,968	4,3
Capex	29.656	29.303	1,2	23.820	24,5	84.967	92.549	(8,2)
Caixa líquido	713.168	913.403	(21,9)	1.042.858	(31,6)	713.168	913.403	(21,9)
Sobra de solvência	5.186	42.598	(87,8)	31.128	(83,3)	5.186	42.598	(87,8)
ROE	-	-	-	-	-	42,6	39,3	-

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Dados por segmento de negócio

Corporativo								
Principais Métricas	4T25	4T24	Δ%	3T25	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita operacional líquida (ROL)	343.397	326.966	5,0	335.459	2,4	1.341.279	1.259.658	6,5
Tíquete Médio (R\$/vida/mês)	18,36	17,95	2,3	18,23	0,7	18,04	17,52	3,0
Número de beneficiários (mil)	6.525	6.359	2,6	6.409	1,8	6.525	6.359	2,6
Adições líquidas (mil)	116	98	17,9	76	52,2	166	251	(33,8)
Custo de Serviços ex PEONA	187.763	169.138	11,0	172.685	8,7	669.673	618.421	8,3
Índice de sinistralidade (%)	54,7	51,7	3,0 p.p.	51,5	3,2 p.p.	49,9	49,1	0,8 p.p.
Custo de Serviços / membro / mês (R\$)	9,68	8,94	8,3	9,04	7,1	8,66	8,27	4,8
Lucro Bruto	155.634	157.828	(1,4)	162.774	(4,4)	671.607	641.237	4,7
Margem bruta (%)	45,3	48,3	(3,0 p.p.)	48,5	(3,2 p.p.)	50,1	50,9	(0,8 p.p.)
Despesas de Comercialização	22.590	25.445	(11,2)	20.706	9,1	87.638	92.711	(5,5)
Índice Despesas de Comercialização (%)	6,6	7,8	(1,2 p.p.)	6,2	0,4 p.p.	6,5	7,4	(0,9 p.p.)
Margem de contribuição	133.044	132.383	0,5	142.068	(6,4)	583.969	548.527	6,5
Margem de contribuição (%)	38,7	40,5	(1,8 p.p.)	42,4	(3,7 p.p.)	43,5	43,5	-

PME								
Principais Métricas	4T25	4T24	Δ%	3T25	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita operacional líquida (ROL)	139.155	124.352	11,9	133.294	4,4	519.715	468.494	10,9
Tíquete Médio (R\$/vida/mês)	27,11	27,22	(0,4)	26,82	1,1	26,59	26,06	2,0
Número de beneficiários (mil)	1.823	1.609	13,3	1.778	2,5	1.823	1.609	13,3
Adições líquidas (mil)	45	8	449,2	69	(35,0)	215	57	274,9
Custo de Serviços ex PEONA	39.819	32.613	22,1	37.624	5,8	138.684	121.683	14,0
Índice de sinistralidade (%)	28,6	26,2	2,4 p.p.	28,2	0,4 p.p.	26,7	26,0	0,7 p.p.
Custo de Serviços / membro / mês (R\$)	7,37	6,78	8,8	7,19	2,5	6,74	6,42	4,9
Lucro Bruto	99.336	91.740	8,3	95.670	3,8	381.031	346.811	9,9
Margem bruta (%)	71,4	73,8	(2,4 p.p.)	71,8	(0,4 p.p.)	73,3	74,0	(0,7 p.p.)
Despesas de Comercialização	24.577	16.867	45,7	23.129	6,3	86.015	61.459	40,0
Índice Despesas de Comercialização (%)	17,7	13,6	4,1 p.p.	17,4	0,3 p.p.	16,6	13,1	3,5 p.p.
Margem de contribuição	74.759	74.872	(0,2)	72.541	3,1	295.017	285.352	3,4
Margem de contribuição (%)	53,7	60,2	(6,5 p.p.)	54,4	(0,7 p.p.)	56,8	60,9	(4,1 p.p.)

Individual								
Principais Métricas	4T25	4T24	Δ%	3T25	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita operacional líquida (ROL)	96.551	118.700	(18,7)	114.196	(15,5)	456.219	463.263	(1,5)
Tíquete Médio (R\$/vida/mês)	36,53	43,72	(16,4)	42,83	(14,7)	43,00	42,71	0,7
Número de beneficiários (mil)	916	957	(4,3)	944	(3,0)	916	957	(4,3)
Adições líquidas (mil)	(28)	(0,2)	-	6	-	(41)	(2)	-
Custo de Serviços ex PEONA	16.907	24.734	(31,6)	24.417	(30,8)	83.693	96.580	(13,3)
Índice de sinistralidade (%)	17,5	20,8	(3,3 p.p.)	21,4	(3,9 p.p.)	18,3	20,8	(2,5 p.p.)
Custo de Serviços / membro / mês (R\$)	6,06	8,61	(29,7)	8,65	(29,9)	7,45	8,40	(11,4)
Lucro Bruto	79.644	93.966	(15,2)	89.780	(11,3)	372.526	366.684	1,6
Margem bruta (%)	82,5	79,2	3,3 p.p.	78,6	3,9 p.p.	81,7	79,2	2,5 p.p.
Despesas de Comercialização	25.538	27.932	(8,6)	23.504	8,7	93.596	101.775	(8,0)
Índice Despesas de Comercialização (%)	26,5	23,5	3,0 p.p.	20,6	5,9 p.p.	20,5	22,0	(1,5 p.p.)
Margem de contribuição	54.106	66.034	(18,1)	66.276	(18,4)	278.930	264.907	5,3
Margem de contribuição (%)	56,0	55,6	0,4 p.p.	58,0	(2,0 p.p.)	61,1	57,2	3,9 p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Métricas ESG



Em dezembro, a Odontoprev foi selecionada entre as melhores companhias do mundo pelo “World’s Best Companies in Sustainable Growth 2026”, da revista norte-americana TIME, que visa identificar empresas, internacionalmente, que demonstrem desempenho financeiro e ambiental notável. Do total de 500 empresas listadas, a Odontoprev obteve o décimo nono lugar geral, melhor ranking entre as empresas brasileiras.

Principais indicadores ambientais	4T24	2024	4T25	2025
Consumo total de energia elétrica (kWh) [GRI-302] ²	543,042	1,870,798	407,217	1,687,898
Consumo total de água (m³) [GRI-303]	490	2,389	624	2,566
Emissões de gases de efeito estufa por escopo (tCO2e) [GRI 305]	229	618	86	499
Escopo 1 - emissões diretas (tCO2e)	3	5	2	8
Escopo 2 - emissões indiretas relativas à compra de energia (tCO2e)	44	88	26	79
Escopo 3 - emissões indiretas da cadeia de valor (tCO2e)	182	525	58	413
Gestão de Resíduos [GRI 306] (Kg)	25	182	54	339
Descarte de Papel (Kg)	23	163	48	306
Descarte de Plástico (Kg)	2	13	4	23
Descarte de Alumínio (Kg)	0	4	1	6
Descarte de Vidro (Kg)	0	2	1	3

Principais indicadores de gestão de pessoas	4T24	2024	4T25	2025
Funcionários	1,914	1,914	1,957	1,957
Conselheiros (Administração e Fiscal)	11	11	11	11
Funcionários ex-Conselheiros	1,903	1,903	1,946	1,946
Funcionários Call Center	156	156	184	184

Turnover total	13.3%	32.4%	8.1%	31.2%
Turnover sem Call Center	5.7%	23.7%	7.0%	25.8%
Turnover Call Center	14.1%	57.7%	17.9%	72.8%
[GRI G4-LA12]				
Distribuição por gênero				
% Homens	26.9%	26.9%	27.6%	27.6%
% Mulheres	73.1%	73.1%	72.4%	72.4%

% Mulheres na Gestão Estratégica	44.7%	44.7%	47.1%	47.1%
----------------------------------	-------	-------	-------	-------

[GRI G4-LA12]

Distribuição funcional

Estatutário	0.4%	0.4%	0.4%	0.4%
Gerência/Superintendência	4.4%	4.4%	4.5%	4.5%
Supervisão	5.5%	5.5%	5.2%	5.2%
Administrativo	33.3%	33.3%	35.2%	35.2%
Operacional	52.4%	52.4%	50.6%	50.6%
Aprendizes/Estagiários	3.9%	3.9%	4.2%	4.2%

[GRI G4-LA12]

Distribuição etária

< 21 anos	4.5%	4.5%	7.5%	7.5%
21 - 29 anos	23.4%	23.4%	21.5%	21.5%
30 - 39 anos	35.3%	35.3%	34.1%	34.1%
40 - 49 anos	24.6%	24.6%	26.1%	26.1%
> 50 anos	12.2%	12.2%	10.8%	10.8%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

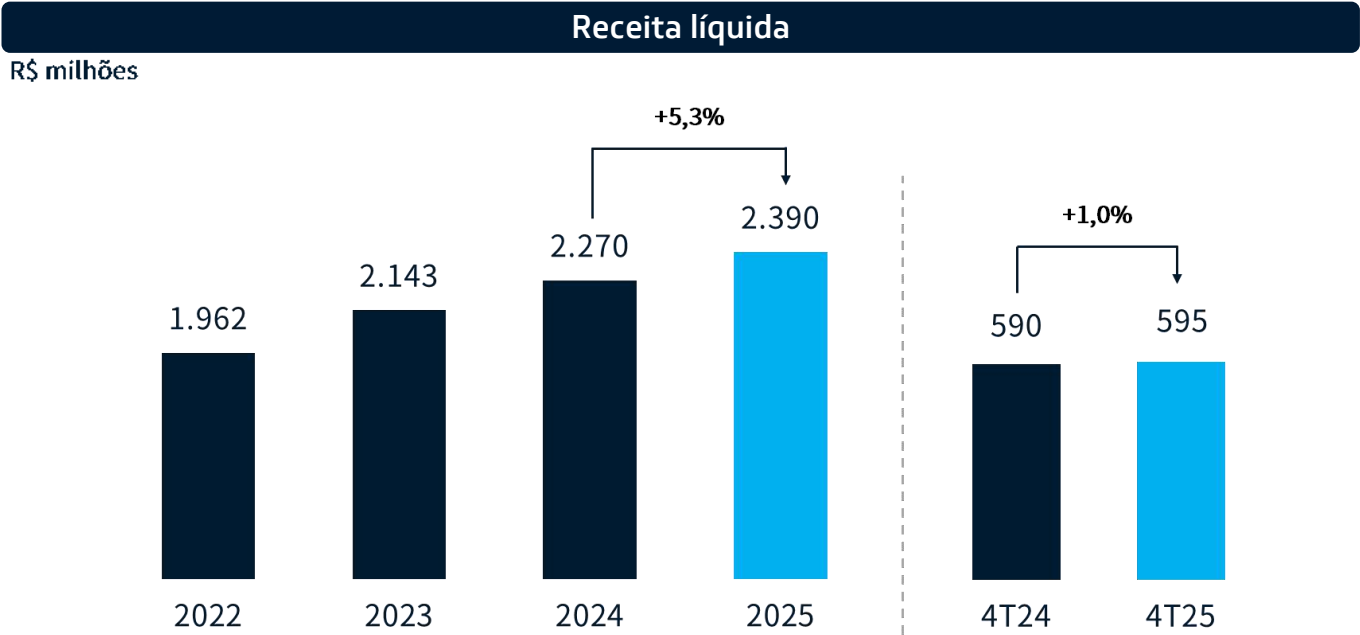


Desempenho operacional e financeiro

Receita operacional líquida (ROL)

Receita operacional líquida (ROL)										
	4T25		4T24		Δ%	2025		2024		Δ%
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
(+) Contraprestações líquidas	604.581	101,6	596.396	101,1	1,4	2.425.502	101,5	2.295.246	101,1	5,7
(+) Receita de vendas de bens e serviços	12.801	2,2	12.255	2,1	4,5	53.571	2,2	52.665	2,3	1,7
(+) Odontored (México)	6.909	1,2	10.950	1,9	(36,9)	32.501	1,4	40.185	1,8	(19,1)
Receita operacional bruta (ROB)	624.291	104,9	619.601	105,1	0,8	2.511.574	105,1	2.388.096	105,2	5,2
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	25.479	4,3	26.378	4,5	(3,4)	108.289	4,5	103.830	4,6	4,3
(-) Impostos sobre vendas de bens e serviços	3.506	0,6	3.581	0,6	(2,1)	13.393	0,6	14.479	0,6	(7,5)
Receita operacional líquida (ROL)	595.306	100,0	589.642	100,0	1,0	2.389.891	100,0	2.269.786	100,0	5,3

A receita líquida (ROL) atingiu R\$595.306 no 4T25, +1,0% A/A, com maior tíquete e adições líquidas nos clientes Pessoa Jurídica, segmentos Corporativo e PME. No ano, a ROL foi de R\$2.389.891, superior 5,3% a 2024.



Tíquete médio consolidado

O tíquete médio consolidado em 2025 foi de R\$22,23, superior aos R\$21,81 observados em 2024.

	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Contraprestações líquidas R\$ mil (A)	604.581	596.396	1,4	2.425.502	2.295.246	5,7
Número médio de beneficiários (B)	9.197.813	8.871.280	3,7	9.093.999	8.771.081	3,7
Tíquete médio R\$/vida/mês (A/B)/nº de meses	21,91	22,41	(2,2)	22,23	21,81	1,9

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

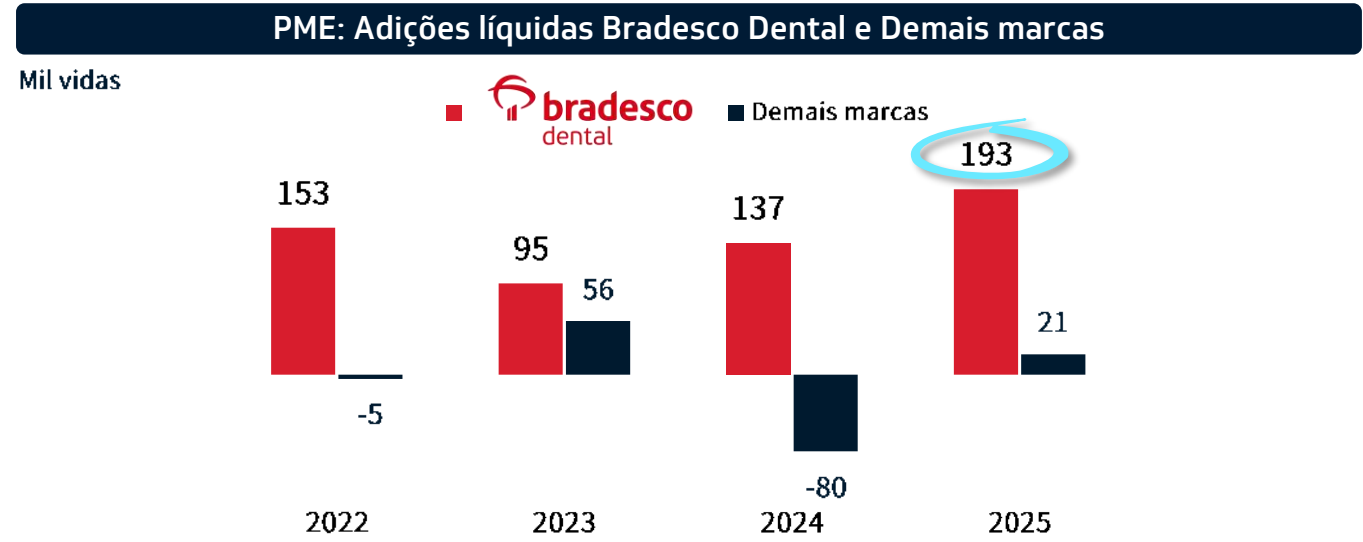


Carteira total de beneficiários

Registramos 9.263.729 beneficiários ao final de dezembro, com adição líquida de 132 mil novas vidas no 4T25 e 339 mil em 2025.

O segmento corporativo apresentou adição líquida de 116 mil vidas no trimestre, e 166 mil em 2025.

Os planos PME registraram recorde de 193 mil novos clientes em 2025 na marca Bradesco Dental.



Bradesco Dental, a marca mais vendida dos últimos anos, representa atualmente 52% da carteira consolidada. Destaque para o segmento PME, onde atingiu 81% do total de beneficiários, versus 46% de participação nos planos individuais.

	Adições líquidas				Adições líquidas			
	Portfolio 4T25	% no total	4T25	2025	Portfolio 4T24	% no total	4T24	2024
Total	9.263.729	100,0%	131.832	339.460	8.924.269	100,0%	105.979	306.376
Bradesco dental	4.837.690	52,2%	88.578	267.392	4.570.298	51,2%	120.353	283.892
Demais¹	4.426.039	47,8%	43.254	72.068	4.353.971	48,8%	(14.374)	22.484
Corporativo	6.524.584	100,0%	115.658	165.964	6.358.620	100,0%	98.095	250.776
Bradesco dental	2.929.727	44,9%	57.685	77.096	2.852.631	44,9%	98.752	153.339
Demais¹	3.594.857	55,1%	57.973	88.868	3.505.989	55,1%	(657)	97.437
PME	1.823.064	100,0%	44.571	214.560	1.608.504	100,0%	8.116	57.238
Bradesco dental	1.483.951	81,4%	38.961	193.389	1.290.562	80,2%	26.938	137.255
Demais¹	339.113	18,6%	5.610	21.171	317.942	19,8%	(18.822)	(80.017)
Planos Individuais	916.081	100,0%	(28.397)	(41.064)	957.145	100,0%	(232)	(1.638)
Bradesco dental	424.012	46,3%	(8.068)	(3.093)	427.105	44,6%	(5.337)	(6.702)
Demais¹	492.069	53,7%	(20.329)	(37.971)	530.040	55,4%	5.105	5.064

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

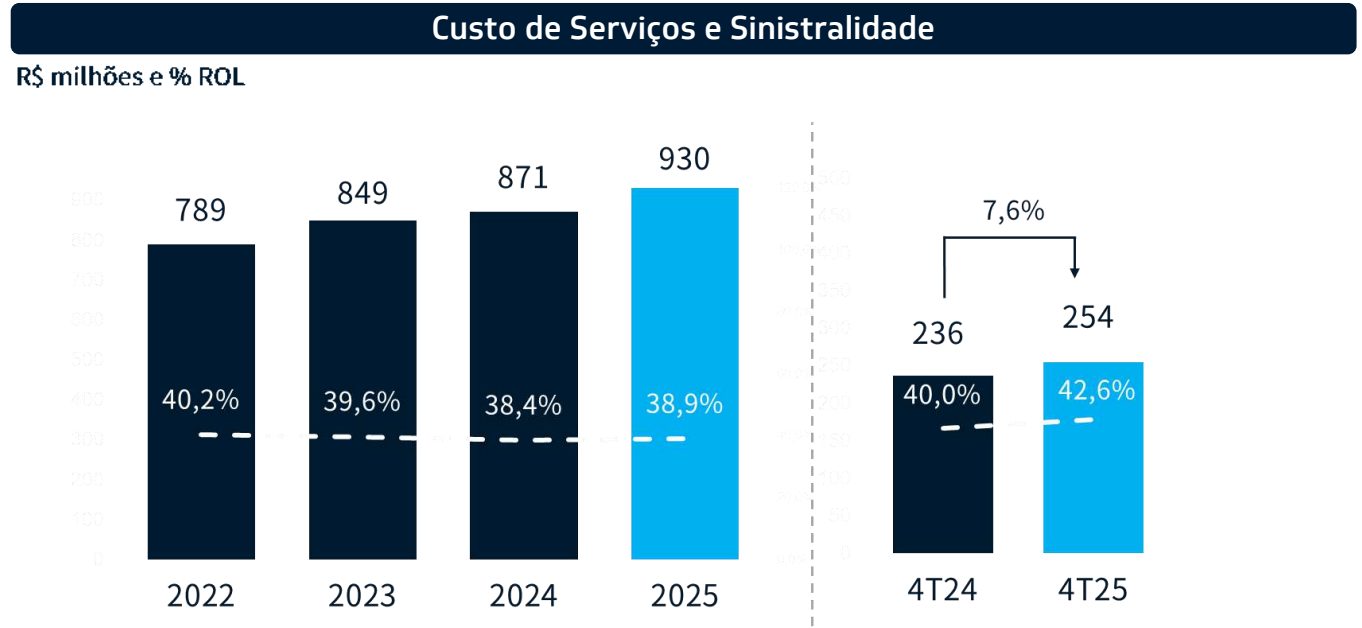


Custo de serviço e sinistralidade

Custo de serviços (ex PEONA) e índice de sinistralidade (% ROL)										
	4T25		4T24		Δ% p.p. ROL	2025		2024		Δ% p.p. ROL
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
Custo de serviços (ex PEONA)	253.706	42,6	235.891	40,0	2,6	930.284	38,9	871.436	38,4	0,5
Eventos indenizáveis líquidos	231.767	38,9	201.256	34,1	4,8	824.147	34,5	758.107	33,4	1,1
Materiais odontológicos	4.669	0,8	12.891	2,2	(1,4)	18.682	0,8	26.273	1,2	(0,4)
Odontored (México)	2.976	0,5	2.765	0,5	0,0	11.102	0,5	10.905	0,5	-
Demais custos e provisões	14.295	2,4	18.978	3,2	(0,8)	76.353	3,2	76.152	3,4	(0,2)

Para efeito de comparação e análise, a PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados) e Reservas Técnicas de Sinistro (Odontored) são excluídas do Custo de Serviços.

No ano, o custo de serviços representou 38,9% da ROL, semelhante ao recorde em eficiência de 38,4% de 2024.



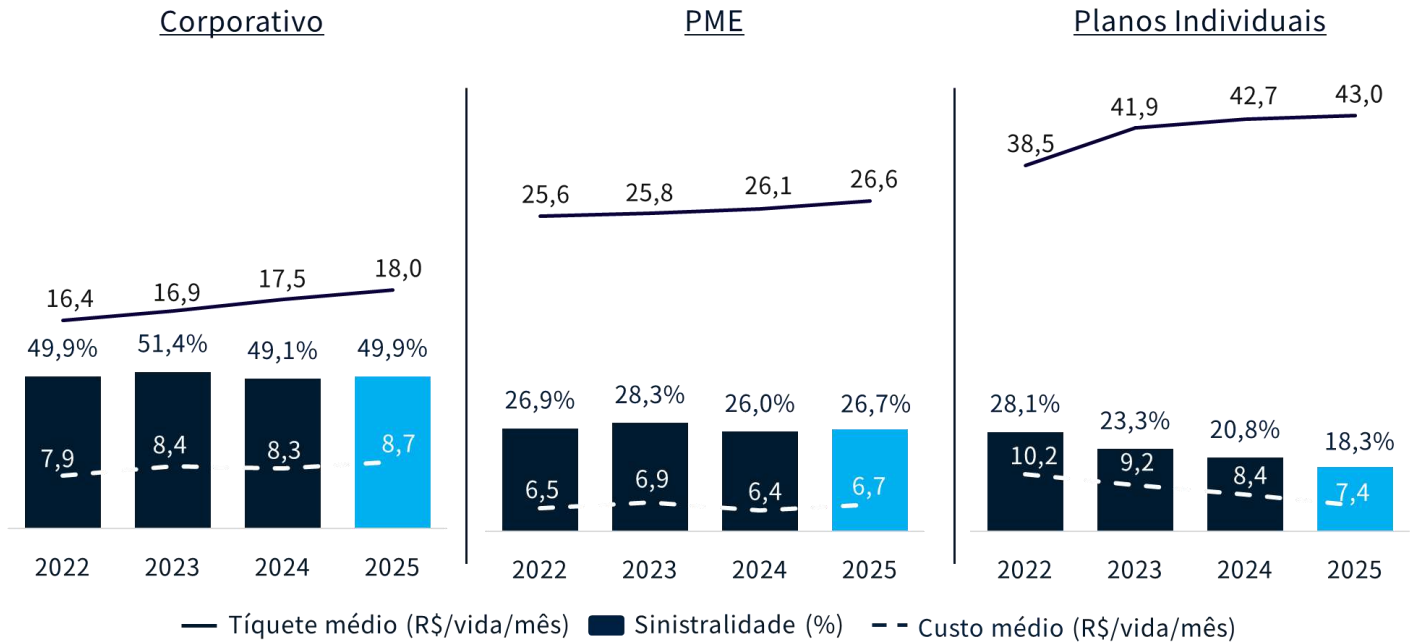
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



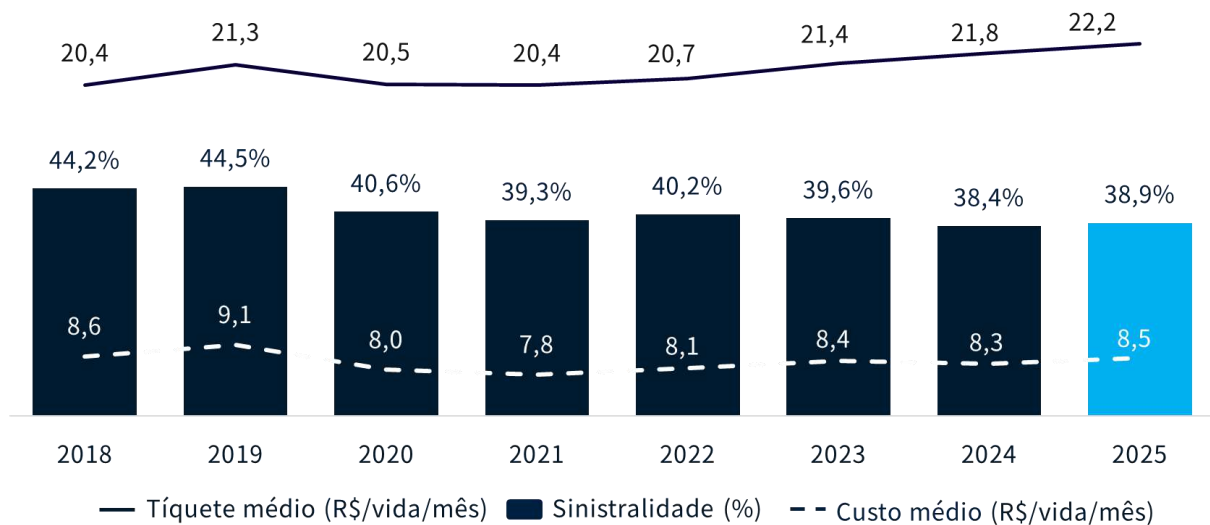
Os três segmentos de negócio apresentam custo médio de serviços semelhante. Por sua vez, a precificação dos produtos massificados, em particular dos planos Individuais, pressupõe maior risco relacionado a seleção adversa, cancelamento de contratos e inadimplência.

Tíquete médio, Custo de serviços médio e Sinistralidade por segmento de negócio

R\$ / vidas / mês



Tíquete médio, Custo de serviços médio e Sinistralidade consolidado



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Despesas de Comercialização (DC)

	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
(-) Despesas de comercialização (R\$ mil)	74.097	71.351	3,8	271.528	261.342	3,9
Desp. Comercialização (% ROL)	12,4	12,1	0,3 p.p.	11,4	11,5	(0,1 p.p.)

Despesas Administrativas (DA)

	4T25		4T24		Δ%	Δ% p.p. ROL	2025		2024		Δ%	Δ% p.p. ROL
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL			R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		
Pessoal	59.552	10,0	52.358	8,9	13,7	1,1	202.771	8,5	187.579	8,3	8,1	0,2
Serviços de terceiros	23.879	4,0	22.378	3,8	6,7	0,2	86.019	3,6	79.946	3,5	7,6	0,1
Localização e funcionamento	14.541	2,4	18.468	3,1	(21,3)	(0,7)	45.289	1,9	43.590	1,9	3,9	-
Publicidade e propaganda	11.657	2,0	12.169	2,1	(4,2)	(0,1)	25.811	1,1	25.516	1,1	1,2	-
Taxas e tributos	1.132	0,2	1.023	0,2	10,7	-	5.372	0,2	4.196	0,2	28,0	-
Outras	(2.486)	(0,4)	(253)	-	880,8	(0,4)	5.244	0,2	5.855	0,3	(10,4)	(0,1)
DA (base EBITDA ajustado)	108.276	18,2	106.142	18,0	2,0	0,2	370.506	15,5	346.682	15,3	6,9	0,2
Depreciação e amortização	14.762	2,5	13.963	2,4	5,7	0,1	57.003	2,4	49.793	2,2	14,5	0,2
Amortização de direito de uso	1.472	0,2	1.494	0,3	(1,5)	(0,1)	6.161	0,3	6.358	0,3	(3,1)	-
DA (não base EBITDA ajustado)	16.234	2,7	15.458	2,6	5,0	0,1	63.164	2,6	56.152	2,5	12,5	0,1
Despesas administrativas (DA)	124.510	20,9	121.600	20,6	2,4	0,3	433.670	18,1	402.833	17,7	7,7	0,4

Provisões para perdas sobre créditos (PDD)

	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Provisões para perdas sobre créditos (R\$ mil)	9.026	13.041	(30,8)	35.603	52.040	(31,6)
Provisões para perdas sobre créditos (% ROL)	1,5	2,2	(0,7 p.p.)	1,5	2,3	(0,8 p.p.)

A provisão para perdas sobre créditos (PDD) é constituída considerando faturas vencidas (60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos), acrescida de um percentual médio de perda histórica.

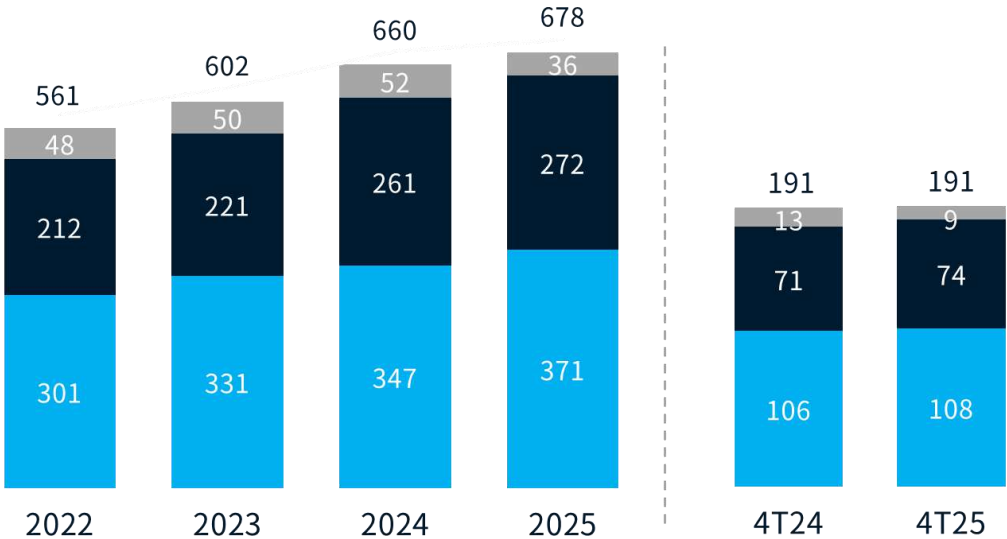
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



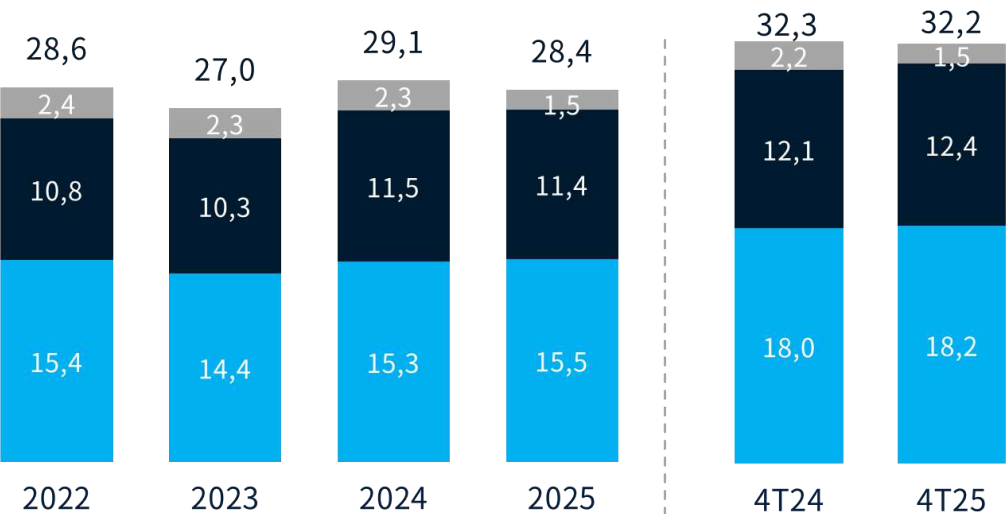
Despesas Administrativas, de Comercialização e PDD

Despesas Administrativas Despesas de Comercialização Provisões para perdas sobre créditos

R\$ milhões



% ROL



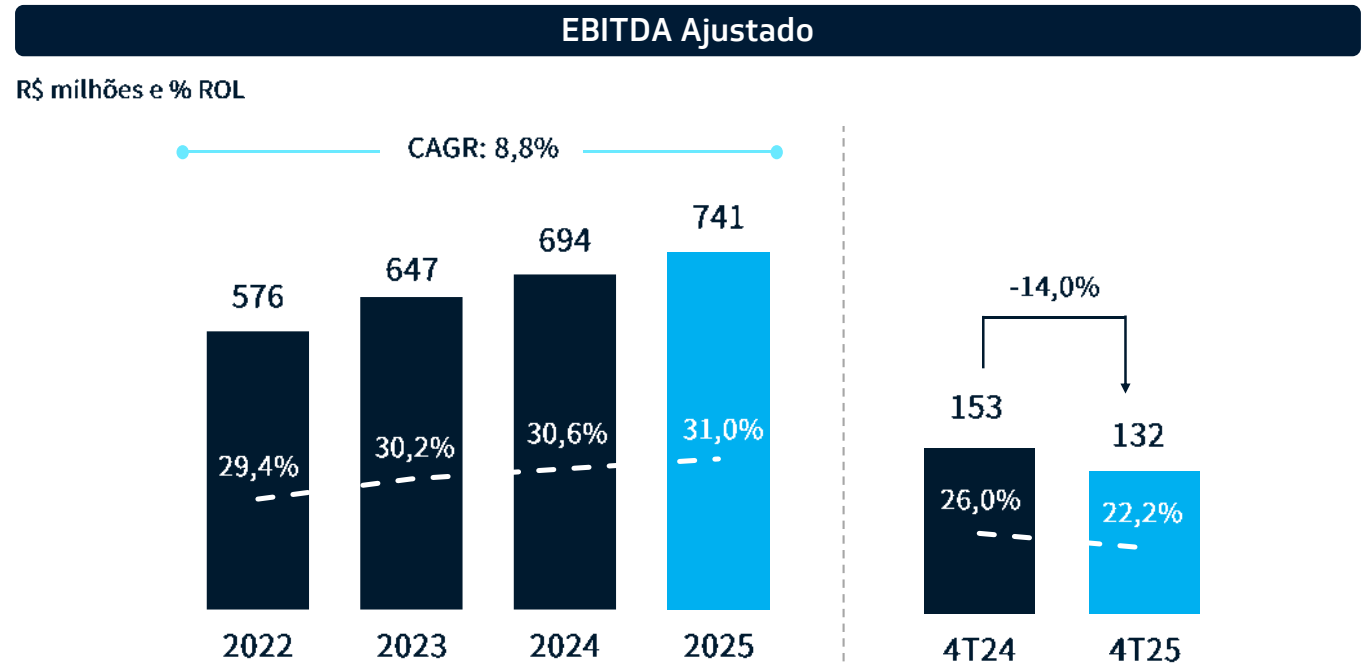
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



EBITDA e EBITDA Ajustado

	4T25		4T24		Δ%	Δ% p.p. ROL	2025		2024		Δ%	Δ% p.p. ROL
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL			R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		
Lucro líquido	108.887	18,3	114.022	19,3	(4,5)	(1,0)	550.458	23,0	533.581	23,5	3,2	(0,5)
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente	35.437	6,0	64.348	10,9	(44,9)	(4,9)	204.698	8,6	230.316	10,1	(11,1)	(1,5)
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	3.971	0,7	(12.599)	(2,1)	(131,5)	2,8	26.028	1,1	(9.466)	(0,4)	(375,0)	1,5
(-) Receitas financeiras	35.342	5,9	34.821	5,9	1,5	-	125.023	5,2	130.437	5,7	(4,2)	(0,5)
(+) Despesas financeiras	5.986	1,0	6.810	1,2	(12,1)	(0,2)	25.809	1,1	20.629	0,9	25,1	0,2
(-) Participação minoritária em controlada	(77)	(0,0)	44	0,0	(274,7)	-	34	0,0	111	0,0	(69,8)	-
(+) Depreciação e amortização	14.762	2,5	13.963	2,4	5,7	0,1	57.003	2,4	49.793	2,2	14,5	0,2
(+) Amortização de direito de uso (IFRS 16)	1.472	0,2	1.494	0,3	(1,5)	(0,1)	6.161	0,3	6.358	0,3	(3,1)	-
(-) Resultado de equivalência patrimonial	1.412	0,2	1.726	0,3	(18,2)	(0,1)	5.707	0,2	5.997	0,3	(4,8)	(0,1)
EBITDA	133.838	22,5	151.447	25,7	(11,6)	(3,2)	739.393	30,9	694.667	30,6	6,4	0,3
(+) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(4.460)	(0,7)	(1.567)	(0,3)	184,6	(0,4)	(5.810)	(0,2)	(4.701)	(0,2)	23,6	-
(+) Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	461	0,1	939	0,2	(50,9)	(0,1)	(433)	(0,0)	498	0,0	(186,9)	-
(+) EBITDA Pro Forma Brasilental	2.073	0,3	2.490	0,4	(16,7)	(0,1)	8.008	0,3	8.504	0,4	(5,8)	(0,1)
EBITDA ajustado	131.912	22,2	153.309	26,0	(14,0)	(3,8)	741.158	31,0	694.395	30,6	6,7	0,4

O EBITDA ajustado atingiu R\$131.912 no 4T25, com margem de 22,2%. Em 2025, o EBITDA ajustado registrou R\$741.158, com expansão de margem para 31,0%, CAGR de 9% desde 2022.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



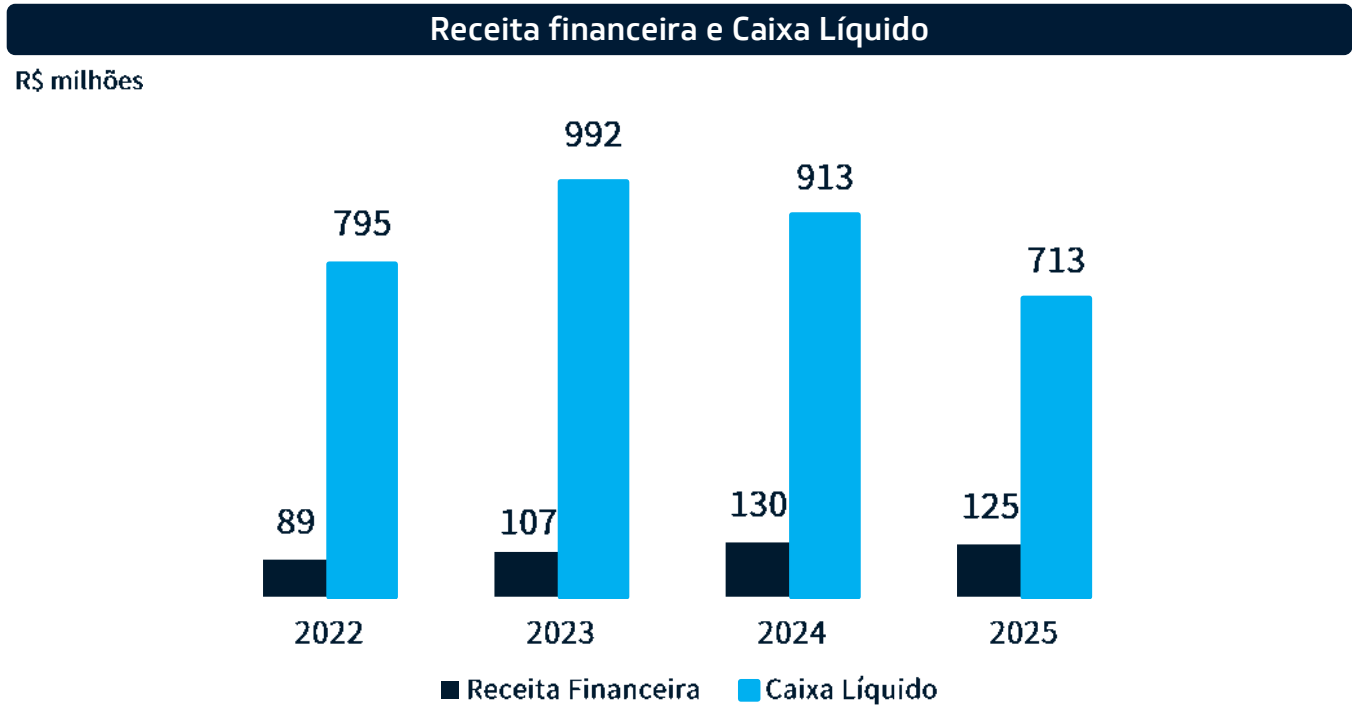
Resultado Financeiro

	4T25		4T24		Δ%	2025		2024		Δ%
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
Resultado financeiro líquido	29.356	4,9	28.012	4,8	4,8	99.214	4,2	109.808	4,8	(9,6)
(+) Receitas financeiras	35.342	5,9	34.821	5,9	1,5	125.023	5,2	130.437	5,7	(4,2)
(-) Despesas financeiras	5.986	1,0	6.810	1,2	(12,1)	25.809	1,1	20.628	0,9	25,1

A receita financeira foi de R\$35.342 no trimestre, semelhante ao 4T24, e de R\$125.023 em 2025.

A partir de 2025, as despesas financeiras incluem atualização monetária de contingências judiciais, que passaram a ser corrigidas pela Selic/ IPCA, ao invés do INPC.

Ao longo do primeiro semestre de 2021, o portfólio de aplicações financeiras da Companhia migrou, em parte, do Ativo circulante para títulos públicos de vencimento no longo-prazo, representando atualmente 77% da carteira total, com taxas de juros pós-fixadas (72%) e pré-fixadas (28%), visando retornos plurianuais. Os novos instrumentos são contabilizados na curva, minimizando a volatilidade da carteira consolidada, e serão mantidos até vencimento. A Companhia não faz uso de derivativos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Imposto de Renda e Contribuição Social

	4T25		4T24		Δ%	2025		2024		Δ%
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL	
IRPJ e CSLL ¹	39.407	6,9	51.749	9,1	(23,8)	230.725	10,0	221.736	10,1	4,1
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	35.437	6,2	64.348	11,3	(44,9)	204.698	8,9	231.202	10,5	(11,5)
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	3.971	0,7	(12.599)	(2,2)	(131,5)	26.027	1,1	(9.466)	(0,4)	(375,0)

¹ Considera o imposto de renda e contribuição social referente ao resultado contábil da Odontoprev

Alíquota efetiva

R\$ mil, exceto onde especificado	4T25	4T24	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	148.372	165.727	781.152	755.205
<u>Despesa contabilizada</u>				
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	35.437	64.348	204.698	231.202
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	3.971	(12.599)	26.027	(9.466)
Total da despesa contabilizada	39.407	51.749	230.725	221.736
Alíquota efetiva total (%) ¹	26,6%	31,2%	29,5%	29,4%

¹ Considera para cálculo da Alíquota efetiva total o resultado contábil consolidado da Odontoprev.

Ágio

Saldo de ágio por rentabilidade futura decorrente da aquisição e posterior incorporação da empresa Mogidonto (R\$2.908) a excluir da apuração do lucro real à razão de 1/60 avos para cada mês do período de apuração.

Parcelas a amortizar a partir de 2026*	
Período	Valor do ágio (R\$ mil)
2026	2.908

*Contempla a diferença entre todos os valores pagos e o valor justo dos ativos e passivos dos investimentos adquiridos e avaliados através de laudo Purchase Price Allocation (PPA).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Lucro líquido

	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Lucro líquido (R\$ mil)	108.887	114.022	(4,5)	550.458	533.581	3,2
(-) Eventos não recorrentes	-	-	-	-	4.572	-
Lucro líquido recorrente	108.887	114.022	(4,5)	550.458	529.008	4,1
Ações elegíveis	545.093	546.307	(0,2)	545.093	546.307	(0,2)
Lucro líquido recorrente por ação (R\$/ação)	0,200	0,209	(4,3)	1,010	0,968	4,3

O lucro líquido recorrente atingiu R\$108.887 no 4T25 e R\$550.458 em 2025, 4,1% superior a 2024.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

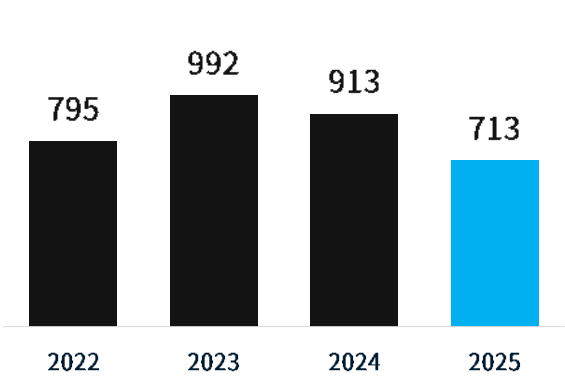


Fluxo de Caixa

(em R\$ mil)	4T25	4T24	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	108.965	113.978	550.425	533.470
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	55.378	73.915	324.797	329.181
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	164.343	187.893	875.222	862.651
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(14.020)	(7.952)	(78.843)	(26.028)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(37.764)	(68.921)	(233.239)	(210.429)
CAIXA GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	112.559	111.020	563.140	626.194
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de imobilizado	(2.071)	(1.998)	(6.248)	(10.552)
Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software	(27.585)	(27.185)	(78.719)	(81.997)
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	1.275	2.200	6.050	6.325
Alienação de imobilizado e intangível	86,0	-	86	169
Baixa de investimentos por incorporação	1.231	-	1.231	-
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(27.064)	(26.983)	(77.600)	(86.055)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos pagos	(314.155)	(300.108)	(523.060)	(500.254)
Juros sobre Capital próprio pagos	(99.038)	(145)	(139.072)	(42.504)
Recompra de ações - em tesouraria	-	(9.484)	(15.307)	(69.153)
Pagamentos de arrendamento	(1.993)	(86)	(8.338)	(6.974)
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(415.186)	(309.823)	(685.777)	(618.885)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(329.690)	(225.785)	(200.235)	(78.746)
CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
Saldo inicial	1.042.858	1.139.188	913.403	992.149
Saldo final	713.168	913.403	713.168	913.403
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(329.690)	(225.785)	(200.235)	(78.746)

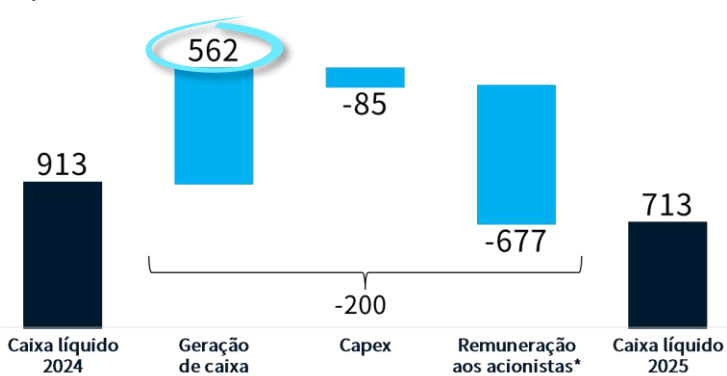
Caixa líquido, dívida zero

R\$ milhões



Fluxo de caixa 2025

R\$ milhões



*Inclui Dividendos, JCP e Recompra de ações

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



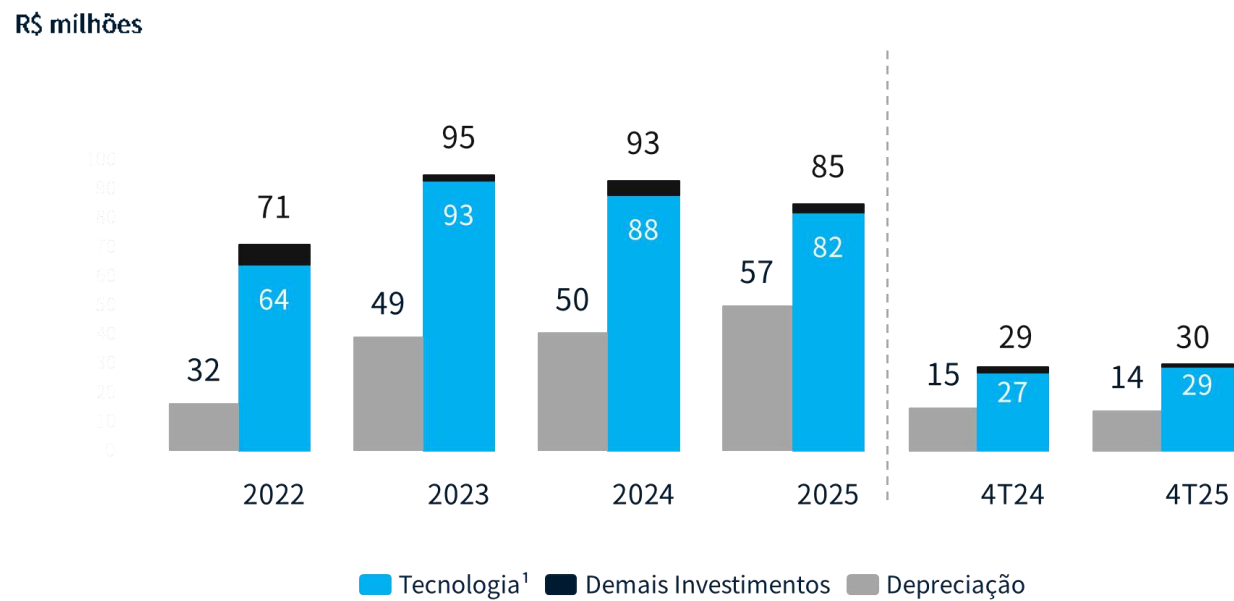
Investimentos

O desenvolvimento de sistemas representa, historicamente, o maior item de investimentos da Odontoprev.

(em R\$ mil)	4T25	4T24	Δ %	2025	2024	Δ%
Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software	27.586	26.484	4,2	78.719	81.506	(3,4)
Equipamentos de computação	1.638	487	236,6	3.551	6.360	(44,2)
Equipamentos odontológicos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos	129	354	(63,6)	522	1.200	(56,5)
Benfeitorias em instalações	256	298	(14,3)	1.135	2.227	(49,0)
Outros	48	476	(90,0)	1.040	1.256	(17,2)
Total dos investimentos (CAPEX)	29.656	28.099	5,5	84.967	92.549	(8,2)

O patamar anual de CAPEX reflete investimentos em iniciativas digitais da Companhia. Em 2025, os investimentos em tecnologia atingiram R\$82 milhões, inferior ao patamar dos últimos anos.

CAPEX: Tecnologia representa a prioridade dos investimentos



¹ Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software e equipamentos de computação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



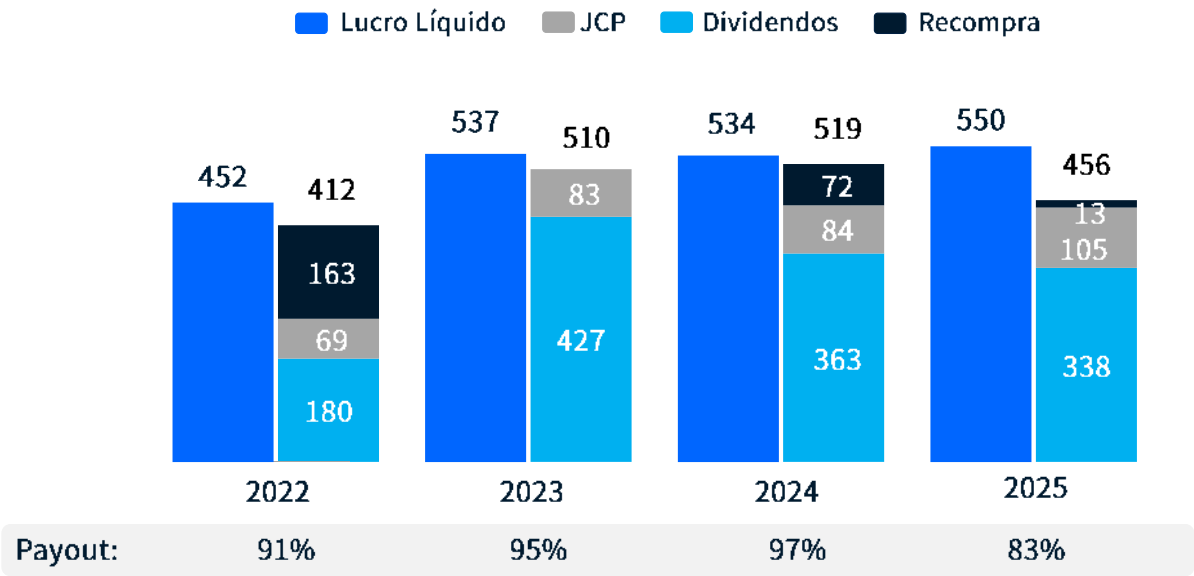
Remuneração aos Acionistas

Em 2025, a remuneração aos acionistas já deliberada totaliza R\$444 milhões entre juros sobre o capital próprio e dividendos que, somados aos R\$13 milhões em recompra de ações, totalizam R\$456 milhões, 83% do lucro líquido de R\$550 milhões.

Dividendos, JCP e Recompra de ações										
Tipo de Proventos	Competência	Aprovação	Posição Acionária	Pagamento	Valor bruto (R\$)	Valor bruto por ação R\$	Valor líquido (R\$)	Valor líquido por ação R\$	Lucro líquido (R\$)	Payout %
JCP	1T25	19/03/2025	24/03/2025	10/12/2025	24.749.241	0,045364399	21.036.855	0,038559739		
Dividendo	1T25	06/05/2025	09/05/2025	10/12/2025	118.000.000	0,216476748	118.000.000	0,216476748		
Recompra	1T25	28/02/2024	-	-	7.863.786	-	7.863.786	-		
JCP	2T25	18/06/2025	24/06/2025	10/12/2025	26.016.246	0,047728071	22.113.809	0,040568860		
Dividendo	2T25	05/08/2025	08/08/2025	10/12/2025	115.154.831	0,211257146	115.154.831	0,211257146		
Recompra	2T25	28/02/2024	-	-	5.024.510	-	5.024.510	-		
JCP	3T25	15/09/2025	18/09/2025	10/12/2025	26.849.742	0,049257160	22.822.281	0,041868586		
Dividendo	3T25	15/12/2025	18/12/2025	17/12/2026	105.000.000	0,192627614	105.000.000	0,192627614		
JCP	4T25	15/12/2025	18/12/2025	17/12/2026	27.753.710	0,050915533	23.590.653	0,043278203		
Total	2025				456.412.066	0,813626671	440.606.725	0,784636897	550.458.000	83%

Remuneração aos acionistas desde 2022

R\$ milhões | Critério competência



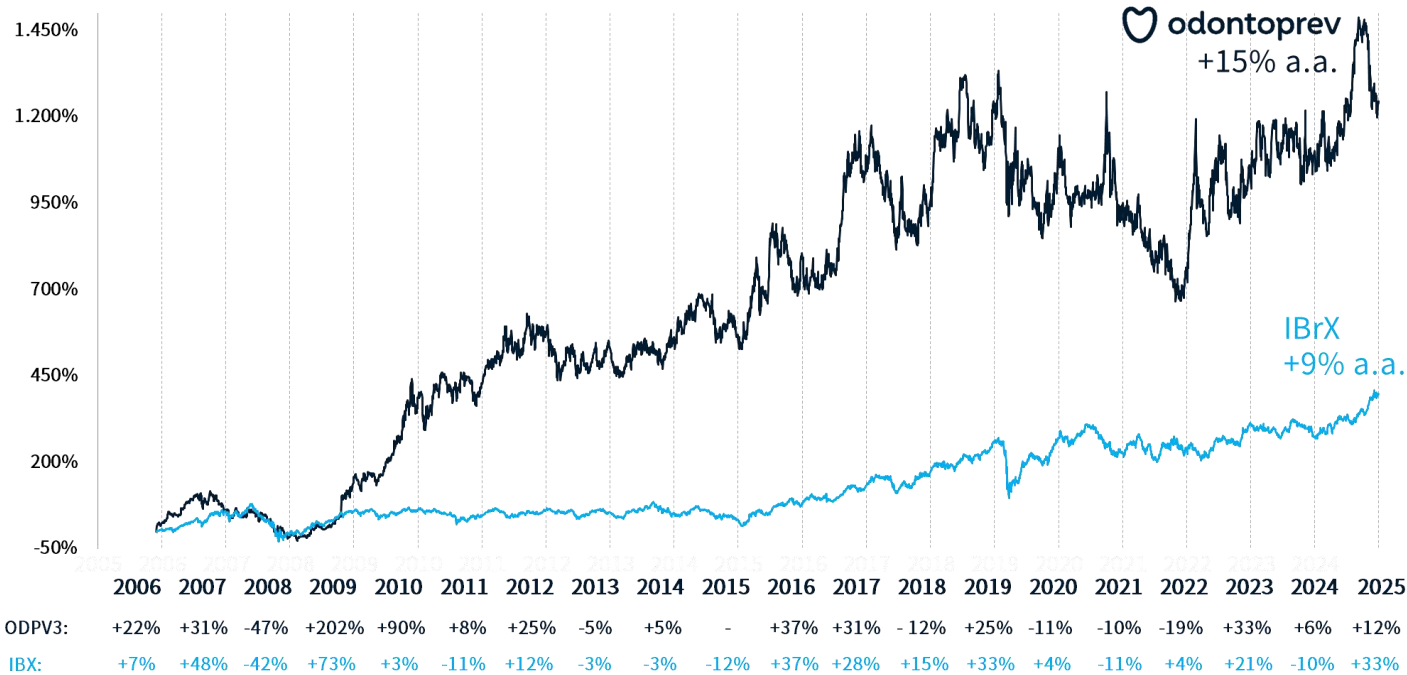
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Mercado de Capitais

O retorno total aos acionistas foi de -14% no 4T25 e +12% em 2025, em comparação a 10% e 33% do IBrX, respectivamente. O retorno anual médio aos acionistas Odontoprev foi de +15% desde o IPO em 2006, versus variação anual média de +9% do IBrX.

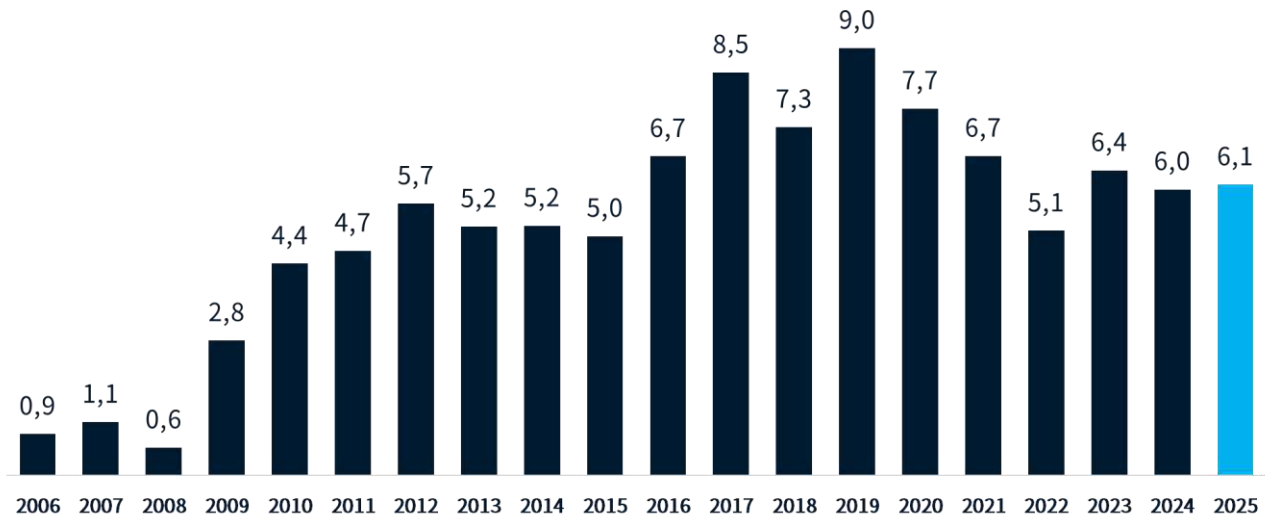
Retorno total aos acionistas Odontoprev desde o IPO x IBrX



Fonte: Odontoprev/ B3 | Atualização: 30.12.2025

A capitalização em mercado em 2025 atingiu R\$6,1 bilhões, com cotação de fechamento de R\$11,20, superior 12% em relação a dezembro de 2024.

Evolução do valor de mercado desde IPO

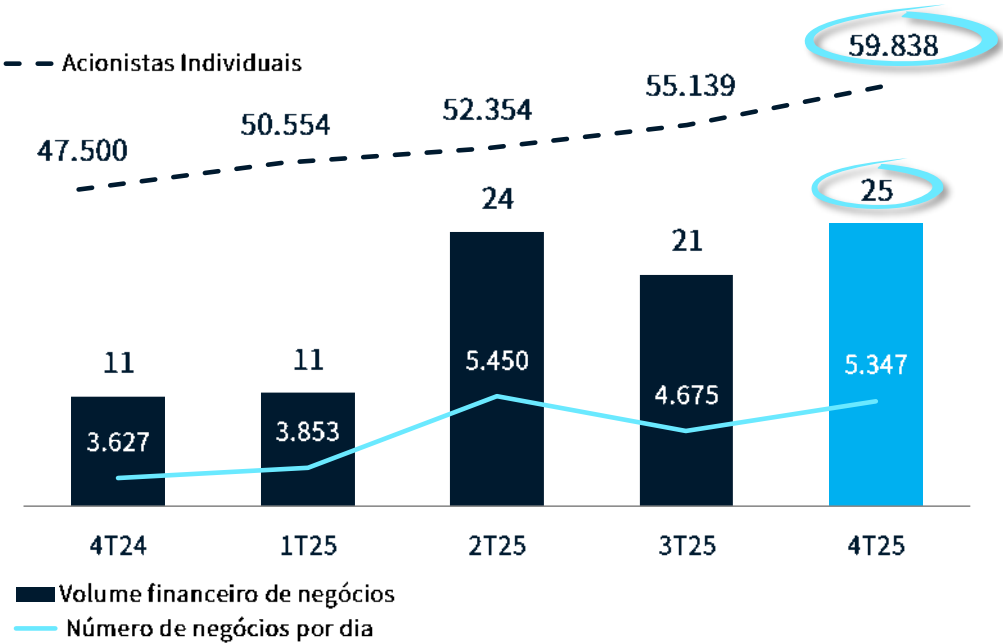


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No 4T25, a Companhia registrou maior liquidez das ações, com volume médio diário de R\$25 milhões, +121% A/A, e número de negócios médio por pregão de 5 mil, +43% A/A.

Evolução trimestral da liquidez



O número de acionistas individuais cresceu para 59.838, 26% acima de 2024, e de investidores institucionais atingiu 516, 12% A/A.

	2025	2024	Δ %
Quantidade total de Acionistas	60.354	47.959	25,8
Pessoas físicas	59.838	47.500	26,0
Investidores Institucionais	516	459	12,4
Capital total (mil ações)	545.825	552.496	(1,2)
Ações em Tesouraria (mil ações)	732	6.189	(88,2)
Valor de mercado (R\$ bilhões)	6,1	6,0	1,9
Preço de fechamento da ação (R\$)	11,20	10,86	3,1
Preço de fechamento ajustado por proventos (R\$)	11,20	10,00	11,9
Volume financeiro médio diário (R\$ mil)	19.801	15.583	27,1
Número de negócios diário	4.795	4.088	17,3
Dividendos e JCP pagos (RS milhões)	662	543	22,0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

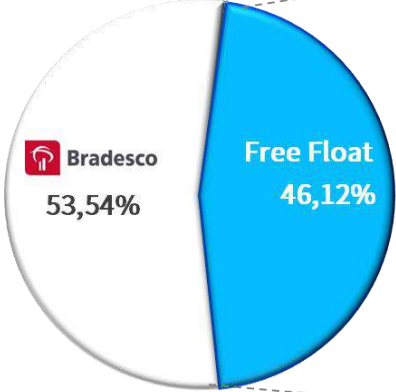


Estrutura acionária globalizada: investidores em mais de 30 países

Janeiro/26

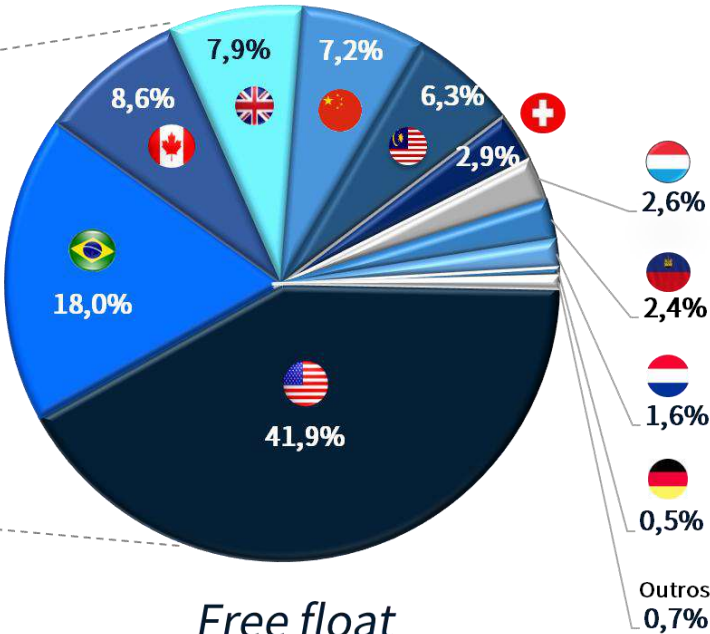
Administradores
0,21%

Tesouraria
0,13%



Capital total

545.825.286 ações



Free float

251.735.971 ações

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	Companhia		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		362.322	409.557	437.659	490.076
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.988	15.783	19.948	16.531
Aplicações financeiras	6	239.185	327.637	273.085	357.791
Avaliadas a valor justo por meio do resultado		106.884	192.982	140.784	223.136
Avaliadas ao custo amortizado		132.301	134.655	132.301	134.655
Ativos de contratos de seguro e resseguro	14	24.555	25.501	33.120	33.316
Outras contas a receber	8	40.254	25.701	57.980	51.749
Estoques		-	-	26	56
Créditos tributários e previdenciários	7	31.157	7.364	42.924	15.853
Ativo mantido para venda		-	-	-	6.090
Despesas antecipadas		9.183	7.571	10.576	8.690
Não circulante		1.539.059	1.658.331	1.511.182	1.631.993
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	6	420.134	539.081	420.134	539.081
Avaliadas ao custo amortizado		420.134	539.081	420.134	539.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	-	25.879	-	32.346
Despesas antecipadas		13	-	13	-
Ativo mantido para venda		-	-	6.773	-
Outros ativos não circulantes		85.795	79.972	87.974	82.264
Depósitos judiciais e fiscais	9.2	36.602	32.104	37.879	33.435
Outros créditos a receber	9.3	12.510	13.697	12.982	14.268
Créditos tributários e previdenciários	7	36.683	34.171	37.113	34.561
Investimentos	10	82.183	86.656	4.425	6.121
Imobilizado	11	25.433	29.345	44.392	52.154
Intangível	12	925.501	897.398	947.471	920.027
Total do ativo		1.901.381	2.067.888	1.948.841	2.122.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Companhia		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		506.044	725.553	549.169	764.626
Passivos de contratos de seguro e resseguro	14	222.955	297.287	223.645	299.398
Obrigações sociais e trabalhistas		59.049	57.620	71.995	69.765
Fornecedores de bens e serviços		9.355	11.495	15.528	16.386
Débitos de operações de assistência à saúde		23.179	12.791	23.733	12.848
Receita antecipada de contraprestações/prêmios		9.013	7.127	9.013	7.127
Impostos e contribuições a recolher	15	26.899	39.986	37.573	47.600
Dividendos e JCP a pagar	19.6	128.613	261.213	128.613	261.213
Passivo de arrendamento	18	2.057	1.958	6.561	6.775
Provisões para ações judiciais	17.1	4.016	-	4.016	-
Outras contas a pagar	16	20.908	36.076	28.492	43.514
Não circulante		113.524	114.566	117.428	129.210
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	20.919	-	14.071	-
Provisões para ações judiciais	17.1	63.910	81.994	67.397	86.636
Impostos e contribuições a recolher	15	-	-	269	303
Passivo de arrendamento	18	9.405	11.460	14.261	19.010
Outras contas a pagar	16	19.290	21.112	21.430	23.261
Patrimônio líquido		1.281.813	1.227.769	1.282.244	1.228.233
Capital social	19.1	851.017	851.017	851.017	851.017
Reservas de capital	19.2	(35.610)	(35.610)	(35.610)	(35.610)
Reservas de lucros:	19.3	473.709	492.290	473.709	492.290
Dividendo adicional proposto	19.6	-	81.000	-	81.000
Reservas de lucros - demais		473.709	411.290	473.709	411.290
(-) Ações em tesouraria	19.4	(7.832)	(71.572)	(7.832)	(71.572)
Outros resultados abrangentes		529	(8.356)	529	(8.356)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	431	464
Total do passivo e patrimônio líquido		1.901.381	2.067.888	1.948.841	2.122.069

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Companhia		Consolidado	
		Exercício findo em		Exercício findo em	
Nota		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de venda de bens e/ou serviços					
21					
	Receita de seguros (PAA)	1.821.876	1.695.907	1.854.943	1.738.279
	Receita de seguros (BBA)	525.038	504.727	525.038	504.727
	Vendas de bens e serviços	-	-	40.178	38.186
		2.346.914	2.200.634	2.420.159	2.281.192
Custo dos bens e serviços vendidos					
22					
	Despesas de seguros	(1.551.637)	(1.499.840)	(1.491.348)	(1.436.699)
	Custos de bens e serviços	-	-	(58.521)	(53.633)
		795.277	700.794	870.290	790.860
Resultado bruto					
Despesas e receitas operacionais					
	Despesas com vendas	-	-	(1.351)	(1.431)
	Despesas gerais e administrativas	(58.387)	(48.853)	(121.021)	(111.011)
10	Resultado de equivalência patrimonial	9.988	19.920	5.921	6.337
	Outras receitas (despesas) operacionais	21.580	6.389	19.196	2.478
		(26.819)	(22.544)	(97.255)	(103.627)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		768.458	678.250	773.035	687.233
Resultado financeiro					
23					
	Receitas financeiras	119.995	128.275	125.023	133.465
	Despesas financeiras	(64.454)	(53.282)	(68.408)	(57.321)
		55.541	74.993	56.615	76.144
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		823.999	753.243	829.650	763.377
Imposto de renda e contribuição social					
24					
	Corrente	(198.927)	(221.448)	(204.699)	(231.202)
	Diferido	(42.502)	7.449	(42.414)	6.958
		582.570	539.244	582.537	539.133
Lucro líquido do exercício					
Atribuível a:					
	Acionistas da companhia	-	-	582.570	539.244
	Acionistas não controladores	-	-	(33)	(111)
Lucro por ação:					
25					
	Básico	1,06821	0,98626	1,06821	0,98626
	Diluído	1,06821	0,98626	1,06821	0,98626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado abrangente
(em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	582.570	539.244	582.537	539.133
Outros resultados abrangentes	8.885	(18.264)	8.885	(18.264)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:				
Ajuste acumulado de conversão	408	746	411	751
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial (CPC 50 / IFRS 17)	132	(242)	132	(242)
Outros resultados abrangentes líquidos (CPC 50 / IFRS 17)	8.342	(18.773)	8.342	(18.773)
Ajustes de avaliação patrimonial de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	3	5	-	-
Resultado abrangente do exercício	591.455	520.980	591.422	520.869
Atribuível a:				
Acionistas da companhia	-	-	591.455	520.980
Acionistas não controladores	-	-	(33)	(111)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

(em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio Líquido - Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023		851.017	(35.610)	561.679	-	-	9.908	1.386.994	680	1.387.674
Transações de capital com os sócios		-	-	(161.492)	(447.141)	(71.572)	-	(680.205)	(105)	(680.310)
Ações em tesouraria adquiridas	19.4	-	-	-	-	(71.572)	-	(71.572)	-	(71.572)
Dividendos	19.5	-	-	-	(281.905)	-	-	(281.905)	-	(281.905)
Juros sobre capital próprio	19.5	-	-	-	(84.236)	-	-	(84.236)	-	(84.236)
Dividendo adicional proposto	19.5	-	-	(161.492)	(81.000)	-	-	(242.492)	(105)	(242.597)
Resultado abrangente total		-	-	5.663	533.581	-	(18.264)	520.980	(111)	520.869
Lucro líquido do período		-	-	-	539.244	-	-	539.244	(111)	539.133
Ajuste lucro líquido do período (diferença de prática contábil)		-	-	5.663	(5.663)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(18.264)	(18.264)	-	(18.264)
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	751	751	-	751
Outros resultados abrangentes (CPC 50 / IFRS 17)		-	-	-	-	-	(18.773)	(18.773)	-	(18.773)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial (CPC 50 / IFRS 17)		-	-	-	-	-	(242)	(242)	-	(242)
Mutações internas do patrimônio líquido		-	-	86.440	(86.440)	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	19.3	-	-	86.440	(86.440)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		851.017	(35.610)	492.290	-	(71.572)	(8.356)	1.227.769	464	1.228.233
Transações de capital com os sócios		-	-	(157.627)	(443.524)	63.740	-	(537.411)	-	(537.411)
Ações em tesouraria adquiridas	19.4	-	-	-	-	(12.887)	-	(12.887)	-	(12.887)
Dividendos	19.5	-	-	-	(338.155)	-	-	(338.155)	-	(338.155)
Juros sobre capital próprio	19.5	-	-	-	(105.369)	-	-	(105.369)	-	(105.369)
Dividendo adicional proposto	19.5	-	-	(81.000)	-	-	-	(81.000)	-	(81.000)
Cancelamento de ações em tesouraria	19.4	-	-	(76.627)	-	76.627	-	-	-	-
Resultado abrangente total		-	-	32.112	550.458	-	8.885	591.455	(33)	591.422
Lucro líquido do período		-	-	-	582.570	-	-	582.570	(33)	582.537
Ajuste lucro líquido do período (diferença de prática contábil)		-	-	32.112	(32.112)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	8.885	8.885	-	8.885
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	411	411	-	411
Outros resultados abrangentes (CPC 50 / IFRS 17)		-	-	-	-	-	8.342	8.342	-	8.342
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial (CPC 50 / IFRS 17)		-	-	-	-	-	132	132	-	132
Mutações internas do patrimônio líquido		-	-	106.934	(106.934)	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	19.3	-	-	106.934	(106.934)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		851.017	(35.610)	473.709	-	(7.832)	529	1.281.813	431	1.282.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odontoprev S.A.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do valor adicionado

(em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	2.346.281	2.195.422	2.435.000	2.289.304
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.346.914	2.200.634	2.379.981	2.243.006
Vendas de bens e serviços	-	-	53.571	52.665
Provisão (reversão) para perdas sobre créditos	(633)	(5.212)	1.448	(6.367)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.223.196)	(1.191.037)	(1.187.873)	(1.149.354)
Custos dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos	(1.023.461)	(979.604)	(1.011.165)	(972.979)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.744)	(28.772)	(21.210)	(29.053)
Outros	(177.991)	(182.661)	(155.498)	(147.322)
Outras receitas (despesas) operacionais	28.275	24.998	34.147	35.526
Despesas de comercialização	-	-	(1.351)	(1.431)
Despesas administrativas	(206.266)	(207.659)	(188.294)	(181.417)
Valor adicionado bruto	1.123.085	1.004.385	1.247.127	1.139.950
Retenções	(55.022)	(47.526)	(63.164)	(56.151)
Depreciação e amortização	(55.022)	(47.526)	(63.164)	(56.151)
Valor adicionado líquido produzido	1.068.063	956.859	1.183.963	1.083.799
Vlr adicionado recebido em transferência	129.983	148.195	130.944	139.802
Resultado de equivalência patrimonial	9.988	19.920	5.921	6.337
Receitas financeiras	119.995	128.275	125.023	133.465
Valor adicionado total a distribuir	1.198.046	1.105.054	1.314.907	1.223.601
Distribuição do valor adicionado	1.198.046	1.105.054	1.314.907	1.223.601
Pessoal	172.495	164.627	251.639	241.976
Remuneração direta	135.563	129.990	195.875	189.259
Benefícios	29.342	27.344	44.407	41.493
F.G.T.S.	7.590	7.293	11.357	11.224
Impostos, taxas e contribuições	376.774	347.434	408.453	383.161
Federais	341.407	314.053	367.784	344.112
Estaduais	63	69	536	466
Municipais	35.304	33.312	40.133	38.583
Remuneração de capitais de terceiros	66.207	53.749	72.278	59.331
Aluguéis	1.753	467	3.870	2.010
Outras	64.454	53.282	68.408	57.321
Remuneração de capitais próprios	582.570	539.244	582.537	539.133
Juros sobre capital próprio	105.369	84.236	105.369	84.236
Dividendos	338.155	362.905	338.155	362.905
Lucros retidos do exercício	139.046	92.103	139.046	92.103
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	(33)	(111)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)
(em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	582.570	539.244	582.537	539.133
Depreciações e amortizações	55.022	47.526	63.164	56.151
Variações monetárias líquidas	726	(1.447)	202	(1.998)
Provisões (reversão) para ações judiciais	(7.711)	4.937	(8.279)	6.785
Alienação de ativo não circulante e outros	2.272	686	2.743	883
Equivalência patrimonial	(9.988)	(19.920)	(5.921)	(6.337)
Provisão (reversão) para perdas sobre créditos	633	5.212	(1.448)	6.367
Ajuste a valor presente (arrendamento)	836	956	2.100	2.321
Rendimentos de aplicações financeiras	(98.497)	(110.691)	(102.000)	(114.128)
Imposto de renda e contribuição social	241.429	213.999	247.113	224.244
	767.292	680.502	780.211	713.421
Variações nos ativos e passivos				
Títulos avaliados a valor justo por meio do resultado	129.158	28.366	128.914	29.636
Outras contas a receber, tributos a recuperar, despesas antecipadas e outros ativos circulantes	(30.662)	36.221	(28.078)	28.470
Estoques	-	-	30	1.367
Realizável a longo prazo (não circulante)	4.988	(3.793)	(704)	(3.030)
Ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro	(61.226)	(6.668)	(61.316)	(13.377)
Obrigações fiscais (tributos a recolher)	7.779	(3.845)	9.257	(3.982)
Obrigações trabalhistas, fornecedores e outras contas a pagar	4.988	17.391	12.051	24.041
Exigível a longo prazo (passivo não circulante)	(25.790)	(9.240)	(30.875)	(13.502)
	796.527	738.934	809.490	763.044
Juros e multas pagos	(968)	(1.620)	(1.117)	(1.758)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(213.854)	(209.839)	(218.319)	(219.584)
Aumento de caixa gerado em atividades operacionais	581.705	527.475	590.054	541.702
Fluxo das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(4.115)	(8.425)	(6.248)	(10.552)
Aquisição de intangível	(78.526)	(81.713)	(78.719)	(81.997)
Baixa de Investimentos	-	-	1.231	-
Dividendos recebidos de controladas e controladas em conjunto	11.550	14.325	6.050	6.325
Aumento de capital em investida	(5.000)	-	-	-
Alienação de imobilizado e intangível	86	169	86	169
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	-	(34.994)	-	(34.994)
Resgates de aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	176.738	200.372	176.740	200.372
Aumento de caixa gerado em atividades de investimentos	100.733	89.734	99.140	79.323
Fluxo das atividades de financiamentos				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(662.132)	(542.612)	(662.132)	(542.758)
Aquisição de ações próprias - em tesouraria	(15.307)	(69.153)	(15.307)	(69.153)
Pagamento de arrendamento	(2.794)	(3.276)	(8.338)	(6.974)
Redução de caixa aplicado em atividades de financiamentos	(680.233)	(615.041)	(685.777)	(618.885)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.205	2.168	3.417	2.140
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	15.783	13.615	16.531	14.391
Saldo final	17.988	15.783	19.948	16.531
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.205	2.168	3.417	2.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A Odontoprev S.A. (Companhia ou Odontoprev), sociedade anônima de capital aberto, está localizada na Alameda Araguaia, 2104, 21º andar, Alphaville – Barueri, São Paulo – Brasil.

A Companhia iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica, administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza no Brasil e/ou no exterior e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

A Companhia enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário de acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 531 de 02 de maio de 2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A Odontoprev tem suas ações negociadas na B3 sob o código “ODPV3” e está listada, desde 01 de dezembro de 2006, no segmento de governança corporativa denominado Novo Mercado.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, declara ter condições de levar até o vencimento as aplicações financeiras classificadas na categoria “custo amortizado”.

A Companhia possui participação direta e indireta em outras entidades conforme quadro a seguir:

	Participação no capital social (%)							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Controladas		Coligada Indireta	Controle conjunto	Controladas		Coligada Indireta	Controle conjunto
	Direta	Indireta			Direta	Indireta		
EMPRESAS:								
Odontoprev Serviços Ltda. (Odontoprev Serviços)	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Easy Software S.A. (Easy Software)	-	51,0	-	-	-	51,0	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
SF 210 Participações Societárias S.A. (SF 210) ²	-	-	-	-	-	-	18,1	-
Clidec Participações S.A. (Clidec Participações) ¹	-	-	-	-	-	100,0	-	-
Machiron Desenvolvimento de Sistemas S.A. (MaChiron) ²	-	-	-	-	-	-	20,0	-
OPERADORA ODONTOLÓGICA SEGMENTO TERCIÁRIO - RN 531 ANS:								
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental)	-	-	-	25,0	-	-	-	25,0
REDE DE CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS E RADIOLÓGICAS:								
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. (Clidec)	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Boutique Dental Ltda. (Boutique Dental)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
Clínicas Radiológicas Papaiz (Papaiz) ¹	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
Lúmax Radiologia e Tomografia Odontológica Ltda (Lúmax) ¹	-	-	-	-	-	100,0	-	-
EMPRESAS NO MÉXICO:								
Odontored CV Sociedad Anónima de Capital Variable (Odontored)	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Oprev Administradora Sociedad Anónima de Capital Variable (Oprev)	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-

¹Em 02 de janeiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a incorporação das controladas indiretas Clidec Participações e Lúmax, pela empresa Papaiz, ambas controladas indiretas da Companhia.

²Em 09 de setembro de 2025, foi concluído o processo de encerramento da empresa MaChiron Desenvolvimento de Sistemas S.A. e, em 13 de novembro de 2025, foi aprovada a liquidação, dissolução e extinção da SF 210 Participações Societárias S.A., ambas coligadas da controlada Odontoprev Serviços. As respectivas baixas de certidão foram devidamente registradas junto aos órgãos competentes. As decisões foram tomadas pela Administração com base em critérios estratégicos, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do grupo Odontoprev S.A.

Odontoprev Serviços: constituída em 03 de dezembro de 1999 para prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Easy Software: constituída em 03 de novembro de 1993, Controlada da Odontoprev Serviços, para o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dental Partner: constituída em 14 de novembro de 2008 para o comércio atacadista e varejista de produtos e equipamentos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, bem como o comércio atacadista de medicamentos e drogas de consumo humano, prestação de serviços de armazenamento, depósito, carga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie, prestação de serviços de: (i) programação e organização técnica e administrativa; e (ii) administração em geral de bens e negócios.

Brasildental: constituída em 12 de março de 2014, Controlada em Conjunto com a BB Seguros Participações S.A., para operação de planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas.

Clidec: constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos.

Boutique Dental: constituída em 21 de outubro de 2011, Controlada da Clidec, tem como objetivo a prestação de serviços odontológicos, participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Papaiz: participação em clínicas radiológicas adquirida em 31 de janeiro de 2013, sendo até então Controlada em Conjunto com o Grupo Fleury.

Em 01 de fevereiro de 2023 foi concluída a aquisição de controle das ações ordinárias representativas de 51% do seu capital social, passando a deter 100% do capital social e controle desta empresa.

Odontored: constituída em 13 de agosto de 2009, localizada no México para o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo a operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros. Foi autorizada a operar como seguradora especializada em saúde pela Secretaria de Saúde em 06 de junho de 2013 e em 15 de julho de 2013 a Comissão Nacional de Seguros e Fianças (CNSF) permitiu operacionalizar seguros de acidentes e enfermidades nos ramos de saúde e gastos médicos.

Oprev: constituída em 12 de dezembro de 2019, Controlada da Odontoprev Serviços e localizada no México para prestação de serviços especializados relacionados a acidentes e enfermidades, além de serviços atuariais, financeiros, administrativos, comerciais e de administração de riscos.

Aprovação das demonstrações financeiras

A autorização e a aprovação para emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração (RCA) em 26 de fevereiro de 2026.

2. Descrição das políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as consolidadas em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ainda, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara também que estas demonstrações financeiras estão sendo elaboradas seguindo a premissa de continuidade de suas operações.

2.1.1. Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(a) Controladas**

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui: (i) poder sobre a investida; (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à Odontoprev.

É adotado o método de contabilização da aquisição para registro contábil das combinações de negócios, sendo o registro efetuado pelo valor justo de transferência dos ativos, passivos e patrimônio líquido apurados no momento da aquisição. Os custos relacionados às aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a participação de não controladores nas empresas Controladas é reconhecida proporcionalmente tomando por base o valor justo no momento da aquisição.

O excesso entre o valor pago e o valor justo dos ativos e dos passivos assumidos na data da aquisição de qualquer participação patrimonial é registrado como ágio (*goodwill*), após a alocação em itens tangíveis e/ou intangíveis.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos das empresas Controladas, bem como os resultados de equivalência patrimonial, além dos saldos ativos, passivos e de resultado decorrentes de transações entre tais empresas.

(b) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Coligadas: são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional sem deter o controle. Os investimentos em Coligadas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Controle conjunto (*joint venture*): são todas as entidades nas quais há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(d) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Contratos de seguros

(a) Definição de contratos de seguros

A Companhia define como contrato de seguros o contrato com o qual uma parte aceita o risco de seguro significativo da outra parte, concordando em indenizar o titular da apólice caso determinado evento futuro incerto afete adversamente o titular da apólice.

A definição da Companhia está em linha com a orientação normativa, sendo assim, os contratos que atendem a definição de seguros (seguro emitido, resseguro aceito e emitido e contratos de investimentos com participação discricionária) devem estar mensurados de acordo com as diretrizes do CPC 50 / IFRS 17. A Odontoprev avaliou os seus contratos de seguros emitidos e considerou que os produtos pré-estabelecidos da Companhia atendem às definições de contratos de seguros, e encontram-se dentro do alcance da norma CPC 50 / IFRS 17.

Produtos pré-estabelecidos são aqueles em que o valor da mensalidade é calculado previamente com base nas coberturas contratadas pelo contratante (pessoa física ou jurídica) do plano odontológico e que, portanto, há transferência de risco de seguro para a Companhia.

Com relação aos produtos pós-estabelecidos, estes estão fora do alcance da CPC 50 / IFRS 17 pois não há risco de seguro e, por isso, são mensurados de acordo as regras estabelecidas pelo CPC 47 / IFRS 15 como contrato de serviço.

(b) Nível de agregação dos contratos

Para fins de mensuração, o IFRS 17 exige que os contratos de seguro sejam agregados com base em riscos semelhantes que são administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras (ou seja, por ano de emissão) e depois divididos em três categorias: grupos de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro e grupo de contratos remanescentes na carteira, se houver.

Contratos de seguro são considerados como onerosos na data de reconhecimento inicial, se os fluxos de caixa de cumprimento alocados ao contrato, quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguro previamente reconhecidos e quaisquer fluxos de caixa decorrentes do contrato na data de reconhecimento inicial no total forem uma saída líquida, ou seja, representando uma perda que deve ser reconhecida no resultado para o fluxo de saída líquido para o grupo de contratos onerosos, que resulte no valor contábil do passivo para o grupo sendo igual aos fluxos de caixa de cumprimento e a margem contratual de seguro do grupo sendo zero. Por representar uma perda no reconhecimento inicial, diferentemente dos contratos não onerosos, impactando negativamente o resultado, estes são mensurados de maneira separada para que a organização possa gerenciá-los mais precisamente e saber exatamente o impacto individual da onerosidade dos contratos em suas demonstrações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas Controladas possuem uma carteira composta apenas de contratos não onerosos e sem possibilidade de se tornarem onerosos futuramente.

(c) Limites de contrato

Os fluxos de caixa estão dentro do limite de contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que a entidade pode exigir do titular do contrato o pagamento das contraprestações ou em que a entidade tem obrigação substantiva de prestar cobertura de seguro ao titular do contrato.

Desta forma, para as carteiras de Planos Pessoa Física (PF), o limite de contrato será o momento em que o segurado optar por deixar o plano contratado, visto que a empresa que emite contrato de seguro não possui a prerrogativa de cancelar o contrato unilateralmente. Esse limite é refletido no fluxo através da tábua de permanência. Já para as carteiras de Planos Pessoa Jurídica Coletivo Empresarial e Coletivo por Adesão (CORP e PME), o limite de contrato pela projeção de contraprestações é mensal, visto que o contrato é renovado mensalmente e pode ser cancelado por ambas as partes envolvidas.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(d) Separação dos componentes de contrato**

A IFRS 17 requer a contabilização separada dos seguintes componentes que podem fazer parte de um contrato de seguro:

- Derivativos embutidos;
- Componente de investimentos; e
- Compromissos de transferência de bens ou serviços não seguros distintos.

Através da análise dos contratos de seguro da Companhia, não foram identificados componentes que precisariam ser tratados de forma apartada. Dentro do segmento pessoa jurídica coletivo empresarial, encontra-se um plano, o qual apresenta o componente de serviço chamado *Concierge*. O fluxo desse serviço está altamente relacionado ao fluxo de seguros, o que faz com que não seja necessária a separação desse componente e ele possa ser avaliado como um contrato de seguro.

(e) Mensuração dos contratos

O Passivo para Cobertura Remanescente (PCR) representa a obrigação da entidade de investigar e pagar eventos válidos para eventos segurados que ainda não ocorreram. A PCR também abrange a obrigação da entidade de pagar valores de acordo com contratos de seguro existentes que estejam relacionados com coberturas de contratos ainda não prestados (obrigações relacionadas com a prestação futura de serviços de contratos de seguro) e quaisquer componentes de investimentos ou outros montantes que estejam relacionados com a prestação de serviços do contrato de seguro e que não tenham sido transferidos para a responsabilidade por eventos incorridos. A reserva PCR pode ser calculada a partir de três metodologias: Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA, na sigla em inglês), Abordagem de Taxa Variável (VFA, na sigla em inglês) e Abordagem de Alocação de Prêmios (PAA, na sigla em inglês).

O Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) da CPC 50 / IFRS 17 requer que as empresas que emitem contratos de seguros e resseguros mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa esperado, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual de seguros. A Companhia prevê a aplicação do Modelo Geral de Mensuração para os contratos dos Planos Pessoa Física - PF.

Além do Modelo Geral de Mensuração, a CPC 50 / IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo de mensuração, a Abordagem de Alocação de Prêmios (PAA). Esse modelo simplificado é aplicável, para contratos com período de cobertura de até um ano ou aqueles que tenham um reconhecimento do resultado similar ao Modelo Geral de Mensuração. A Odontoprev aplica o modelo simplificado PAA para os grupos de contratos de planos pessoa jurídica coletivo empresarial e coletivo por adesão (CORP e PME). Entretanto, tendo em vista que tais grupos de contratos possuem seus passivos com característica de curto prazo, porém com duração de 24 a 36 meses, de acordo com o requerido pela norma CPC 50 / IFRS 17, foi necessário aplicar o teste de aderência para que fosse permitida a aplicação da abordagem de mensuração simplificada. Neste teste, a Companhia avaliou se a mensuração, utilizando a abordagem simplificada PAA, resultaria em mensuração similar àquela considerada aplicando-se a modelagem padrão - BBA. Os testes de aderência são realizados anualmente.

A Companhia não mensurou contratos pelo Modelo de Taxa Variável (VFA).

(f) Estimativa de fluxos de caixa futuros

Os itens considerados como fluxos de caixa futuros de entrada e saída pela Odontoprev dentro do limite são: (i) contraprestações, refletindo os cancelamentos nos contratos de longo prazo através da taxa de permanência (tábua de permanência) da marca/produto; (ii) pagamentos, incluindo eventos avisados, ocorridos e não pagos, e todos os pagamentos futuros relacionados a eventos (PDR - Provisão de despesas relacionadas); (iii) alocação de fluxos de caixa de aquisições de seguro atribuíveis à carteira à qual pertence o contrato, que deve ser entendido como despesa comercial; (iv) custos de manutenção e administração de contratos, tais como custos de cobrança de contraprestações, processamento das alterações de contratos e custos de tramitação de eventos, que devem ser entendidos como outros custos operacionais; e (v) alocação de gastos gerais fixos e variáveis (tais como custos de contabilidade, recursos humanos, tecnologia da

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

informação e suporte, aluguel e manutenção), denominados despesas administrativas, diretamente atribuíveis ao cumprimento dos contratos e impostos baseados em transações.

(g) Taxa de desconto

Taxa de Desconto é a taxa utilizada para refletir o valor do dinheiro no tempo. Esta pode ser construída a partir de duas metodologias: *Top-Down* ou *Bottom-Up*. Na metodologia *Top-Down*, o cálculo da Taxa de Desconto se dá através da análise de comportamento do rendimento dos ativos sob a perspectiva do ALM (*Asset Liability Management*) especificamente, a obtenção da TIR (Taxa Interna de Retorno) do ativo e, posteriormente, se constrói uma curva de desconto através da interpolação da TIR desses ativos. ALM representa uma técnica de gerenciamento de riscos que visa evitar o descasamento entre ativos e passivos. Já na metodologia *Bottom-Up*, o cálculo da Taxa de Desconto é realizado a partir de uma taxa livre de risco, que no Brasil considera-se a ETTJ PRE da SUSEP, sobre a qual se acrescenta o risco de iliquidez. O risco de iliquidez mede o risco exposto no caso de não recebimento de determinado cupom, ou seja, mede o quanto isso causa de impacto no cumprimento das obrigações da empresa que emite contratos de seguro.

A taxa de desconto utilizada pela Odontoprev para descontar os fluxos de caixa para todos os produtos é a *Bottom-Up*.

(h) Ajuste de risco (RA)

O Ajuste de Risco (RA – “*Risk Adjustment*”) é o ajuste feito pela entidade na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para compensar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que decorrem de risco não financeiro conforme a entidade cumpre o contrato de seguro.

Levando-se em conta as disponibilidades de informação da Odontoprev, aplica-se para o cálculo do ajuste de risco não financeiro a metodologia de Custo de Capital. Sob esta abordagem de cálculo de Custo de Capital, o RA é o custo de fornecer um montante de fundos elegíveis igual ao capital necessário para suportar os compromissos de seguro durante a vigência do contrato. Essa metodologia se destaca pela simplicidade no cálculo com a obtenção de capital regulatório e pelo fato de tal metodologia ser utilizada em diferentes países, que possuem regulamentações baseadas em risco. O percentil equivalente. Neste sentido, o percentil que representa o nível de confiança equivalente ao custo de capital utilizado, é demonstrado abaixo:

Carteira	PCR – RA	PSI – RA
PF	59,3%	59,3%
CORP	n/a	59,3%
PME	n/a	59,3%

Carteira	PSI Seguros - RA	PSI RESSEGUROS – RA
Odontored	58,8%	58,8%

(i) Alocação da margem contratual de serviço (CSM)

Uma parcela da margem contratual de serviço é reconhecida em cada resultado do período para refletir os serviços de seguro prestados. O valor da parcela é determinado identificando as unidades de cobertura, alocando a margem contratual de serviço no final do período igualmente para cada unidade de cobertura fornecida no período corrente, que se espera que seja fornecida no futuro, reconhecendo no resultado o valor alocado às unidades de cobertura consumidas no período.

Para os grupos de contrato mensurados pelo Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA), a entidade deve reconhecer a margem contratual de seguro ao longo da duração do grupo de contratos de forma sistemática que reflita a transferência dos benefícios do seguro de acordo com o contrato. Vale ressaltar que o CSM só é mensurado para os contratos que seguem a metodologia GMM/BBA ou VFA, desta forma, apenas os contratos pessoa física (PF) mensuram o CSM.

A Odontoprev aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar os serviços de contratos de seguros prestados para cada grupo de contratos. As bases para determinar a quantidade de cobertura fornecida para cada produto para a apropriação do CSM são determinadas com

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

base nos fluxos de entrada, número de segurados ou volume de provisões, a depender do grupo de contrato. Os juros sobre o CSM serão reconhecidos usando a curva de desconto no reconhecimento inicial.

(j) Reconhecimento inicial

A Odontoprev adotou a Abordagem Retrospectiva Total para os grupos de contratos de seguro emitidos a partir de 2021 e, para os grupos de contratos de seguro emitidos até 2020, foi adotada a abordagem do Valor Justo, devido à impraticabilidade de aplicação das demais abordagens. Abaixo tem-se detalhado as duas formas de mensuração:

Abordagem Retrospectiva Total

Consiste na mensuração dos contratos de seguros desde a sua emissão, necessitando que a Companhia tenha dados disponíveis para realizar as projeções de fluxo de caixa, cálculo da taxa de desconto e *Risk Adjustment* desde o reconhecimento inicial dos contratos.

Abordagem do valor justo (Fair Value):

Consiste na mensuração dos contratos de seguros ao valor justo na data da transição.

Para os grupos de contrato mensurados através da abordagem simplificada (PAA), para os grupos CORP e PME, a metodologia de transição foi a Retrospectiva Total.

Já para o grupo PF, mensurado pelo Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA), a metodologia utilizada foi o *Fair Value*, especificamente para os contratos emitidos até 2020. Para os contratos emitidos a partir de 2021, a metodologia de transição foi a Retrospectiva Total.

(k) Apresentação

Carteiras de contratos de seguro que são ativos e aqueles que são passivos, são apresentados separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa antes do reconhecimento do grupo de contratos de seguros são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. As despesas e receitas de seguro excluem quaisquer componentes de investimento e são reconhecidas como segue.

(l) Receita de seguros - Contratos calculados por GMM/BBA

A Odontoprev reconhece a receita de seguros à medida que satisfaz suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguros. Para os contratos mensurados pelo GMM/BBA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações no passivo por cobertura remanescente que se relacionam aos serviços atuais pelos quais a Odontoprev espera receber contraprestação e compreende os itens a seguir:

- As despesas com serviços de seguros incorridas no período;
- As mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;
- O valor a ser liberado de CSM pelas coberturas prestadas no período; e
- Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de contraprestações relacionadas ao período atual ou passado, se houver.

Além disso, a Odontoprev aloca uma parcela das contraprestações referentes à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na passagem do tempo. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado pelo acréscimo de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do grupo de contratos relacionados, como receita de seguros e igual valor como despesas de serviços de seguros.

(m) Receita de seguros - Contratos calculados por PAA

Para os contratos mensurados pelo PAA, a receita de seguro de cada período é o valor dos recebimentos de contraprestações esperadas pela prestação de serviços no período.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(n) Despesas de seguros**

As despesas com serviços de seguros decorrentes de contratos de seguros são reconhecidas no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens:

- Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas no período;
- Alterações na provisão de eventos incorridos relacionados a eventos e despesas incorridas em períodos anteriores (relacionados a serviços passados);
- Outras despesas de serviço de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;
- Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período; e
- Mudanças no PCR relacionadas ao serviço futuro que não ajustam o CSM, pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.

(o) Receitas e despesas financeiras de seguros

As receitas e despesas financeiras de seguros incluem variações nos valores contábeis de grupos de contratos de seguro decorrentes dos efeitos do valor monetário temporal, do risco financeiro e das variações de taxas e hipóteses. A Companhia reconhece no resultado, os juros referentes aos contratos de seguros e, em outros resultados abrangentes, o valor referente à variação nas taxas e hipóteses financeiras. O objetivo da apresentação segregada das receitas e despesas financeiras da entidade tem como finalidade evitar maior volatilidade nos resultados do período.

2.3. Segmentos operacionais

As informações são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estratégicas da Companhia, a Diretoria Estatutária, que é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais (nota 20).

2.4. Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional) e tais demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$).

Para as Controladas Odontored e Oprev (nota 1) a moeda funcional é o peso mexicano, a qual é convertida para a moeda funcional da Companhia para fins de apresentação, utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço (ativos e passivos circulantes), da data das transações (investimento, imobilizado, intangível e patrimônio líquido) e média mensal (receitas e despesas). Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no patrimônio líquido.

2.5. Ativo circulante**2.5.1 Classificação****(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa corresponde às disponibilidades que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato (nota 5).

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez mantidos para atender a compromissos de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor (nota 5).

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

De acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo através do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração (descasamentos contábeis).

Os ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado da Companhia são classificados dessa forma visto que não são aprovados no teste de SPPI (*"Solely Payments of Principal and Interest"*) de acordo com as orientações do CPC 48 / IFRS 9. Para esses ativos, a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (notas 4.1.1 e 6) e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Ativos financeiros ao custo amortizado**(i) Aplicações financeiras**

Os ativos financeiros mensurados a custo amortizado são avaliados pelo teste de SPPI e com base no modelo de negócios. Os ativos apresentam fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para a manutenção em carteira até o vencimento. São mensurados no ativo não circulante quando o vencimento é superior a 12 meses e são registrados pelo custo na respectiva data de aquisição acrescidos dos rendimentos (nota 4.1.1 e nota 6).

(ii) Recebíveis

São ativos financeiros mantidos pela Companhia a fim de receber fluxos de caixa contratuais que representam o pagamento de principal e juros. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo e custo amortizado, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente pela Companhia.

2.5.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação destas mensurações de acordo com o nível hierárquico destacados a seguir, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras (nota 4.1.1).

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado.

2.5.4 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas Controladas reconhecem na provisão de cobertura remanescente de seguros uma parcela referente a redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos, acrescida de um percentual médio de perda apurado em um estudo de comportamento histórico da carteira. As perdas com clientes são registradas no resultado de seguros.

Os valores até R\$15 vencidos acima de 180 dias e os acima de R\$15 vencidos acima de 365 dias, para os quais não há mais expectativa da Administração para recuperação, são contabilizados como perda efetiva no resultado de seguros.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia e suas Controladas mensuram a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão. Caso, num período subsequente, ocorrer a diminuição do valor da perda por *impairment* e esta puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após ter sido reconhecida, a recuperação e reversão são reconhecidas na demonstração do resultado.

Com relação aos Títulos Públicos, o risco de crédito é baixo, não havendo indicativo de perda de acordo com o *rating* apresentado (nota 4.1.1).

As demais classes de ativos financeiros classificadas a custo amortizado não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros.

2.6. Ativos e Passivos Não Circulante

2.6.1 Realizável a longo prazo

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ/CSLL) diferidos – ativo e passivo

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros (nota 9.1).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem realizadas ou revertidas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

(b) Depósitos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas

Referem-se a processos cíveis, fiscais e trabalhistas regularmente atualizados monetariamente. Os depósitos realizados em processos cíveis e trabalhistas são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC"). Os depósitos realizados em processos fiscais são atualizados pelo Índice Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e, a partir de 16 de setembro de 2024, os processos fiscais de natureza federal, anteriormente atualizados pela SELIC, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") (nota 9.2).

(c) Investimentos (participações societárias)

Representados por investimentos em Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto, avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em seus respectivos balanços patrimoniais (nota 10).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Imobilizado**(i) Imobilizado em operação (imobilizações)**

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear às taxas anuais (nota 11).

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

Quando há algum indicativo de perda, a Companhia avalia a constituição de *impairment*.

(ii) Direito de uso (CPC 06 (R2) / IFRS 16)

Para as operações de arrendamento, a Companhia avaliou a existência de contratos que transferem ao cliente o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período, em troca de contraprestação. Sendo assim, a Companhia e suas Controladas, como arrendatárias em contratos de imóveis e de equipamentos, possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso destes ativos, e o direito de direcionar o uso deles.

No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso (notas 11 e 18). As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O passivo de arrendamento é reconhecido por estimativa do valor presente dos pagamentos, levando em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito na aplicação da taxa incremental.

(e) Intangível**(i) Ágio (*goodwill*) na aquisição de investimentos**

Refere-se ao ágio fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos (notas 12 e 12.1). É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis.

O *goodwill* é contabilizado pelo seu valor de custo deduzido das perdas acumuladas por *impairment*, se houver, as quais não são revertidas.

(ii) Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de *softwares*

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de *softwares* que são diretamente atribuíveis a projetos e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis até que estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, no prazo médio de 60 meses (nota 12). Após a conclusão dos projetos, os gastos de manutenção são reconhecidos como despesa.

(iii) Ativos intangíveis alocados

Valores atribuídos à marca, carteira de clientes e acordo de não concorrência oriundos de aquisição de controle em investidas, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com os prazos identificados em laudo de avaliação (nota 12.1).

2.7. Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros

A Companhia efetua análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: (i) verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos e; (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment* (nota 12.1).

2.8. Tributos e encargos sociais a recolher

(a) **IRPJ e CSLL:** são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais (notas 15 e 24). A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro real (notas 15 e 24).

(b) **Demais obrigações fiscais:** compostas, principalmente, pelas provisões para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), as quais são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 0,65% e de 4% respectivamente, ambas sobre o faturamento (notas fiscais emitidas) deduzido de eventos indenizáveis pagos (nota 15).

(c) **Obrigações fiscais municipais:** corresponde à provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída a alíquotas que variam de 2% a 5% (nota 15).

(d) **Obrigações sociais:** encargos sociais a recolher, contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (nota 15).

2.9. Comercialização sobre operações

Compromissos com prestadores de serviços de intermediação de planos, comissões e agenciamentos a pagar, que são, em sua maioria liquidados mensalmente.

2.10. Outras contas a pagar

Incluem-se obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios que são classificados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados no passivo não circulante (nota 16).

2.11. Provisões para ações judiciais (contingências)

A Companhia e suas Controladas avaliam suas contingências de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no qual apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e na jurisprudência em casos semelhantes, são provisionados 100% dos valores pretendidos (nota 17.1).

Os processos perante a ANS, aos órgãos de proteção ao consumidor e aos órgãos de classe, seguem a mesma regra de provisionamento acima, onde apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores e na complexidade da causa, são provisionados 100% dos valores envolvidos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os processos judiciais relacionados a obrigações tributárias (legais, fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras, com eventual constituição de provisão, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa Selic).

2.12. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (nota 19.1).

A Companhia recompra ações visando maximizar a geração de valor para os acionistas.

2.13. Reconhecimento das receitas

(a) Vendas de bens e serviços

As receitas de vendas de bens e serviços são apropriadas ao resultado conforme regime de competência e atendendo ao cumprimento das obrigações de performance (notas 20 (d) e 21). Na modalidade de planos odontológicos pós-estabelecidos, a Odontoprev administra as despesas odontológicas em favor de seus clientes e é integralmente reembolsada pelos clientes, registrando como receita da operação somente sua taxa de administração.

(b) Financeiras

Receitas oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras e atualizações monetárias (nota 23).

2.14. Benefícios a empregados e administradores

Em relação aos benefícios a empregados e administradores, a Companhia e suas Controladas classificam em despesas administrativas as participações no resultado e o Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP), conforme determinações do CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)

A distribuição de dividendos e JCP para os acionistas da Odontoprev é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, desde que não aprovado em Reunião do Conselho de Administração, é mantido no patrimônio líquido na conta “Dividendo adicional proposto” até a sua aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO) (nota 19.5).

2.16. Lucro por ação

A Companhia calcula os lucros básico e o diluído por ação em conformidade com o CPC 41/IAS 33 – Resultado por Ação (nota 25).

2.17. Normas e interpretações emitidas não vigentes

Resolução CVM 193/2023

A CVM publicou em 20 de outubro de 2023, com entrada em vigor em 01 de novembro de 2023, a Resolução CVM nº 193, que permite, de forma voluntária, para companhias abertas a elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional (IFRS S1 e S2) emitido pelo “*International Sustainability Standards Board*” - ISSB. A adoção desta nova norma será obrigatória para as companhias abertas a partir dos exercícios sociais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2026. A Companhia está em preparação para implementação, a fim de atender os requisitos da nova norma, conforme prazo regulatório. A Administração da Companhia optou em não realizar esta divulgação antecipada voluntária.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**CPC51 / IFRS 18/2024**

O IASB - *International Accounting Standards Board* emitiu a IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras em 09 de abril de 2024. Esta norma inclui requisitos para todas as entidades que aplicam as IFRS para a apresentação e divulgação de informações nas demonstrações financeiras e substituirá a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, aplicando-se a um período de relatório anual com início em ou após 01 de janeiro de 2027. A Companhia está em preparação para implementação, a fim de atender os requisitos da nova norma, conforme prazo regulatório.

Leis Complementares 214 de 16 de janeiro de 2025 e 227 de 13 de janeiro de 2026

Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214 instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em nível estadual/municipal e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) em nível federal, unificando, a partir de 2033, cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — em uma cobrança única. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão.

Em 13 de janeiro de 2026 foi sancionada a Lei Complementar nº 227 que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabelece regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto.

A Odontoprev permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e Consolidado e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, porém, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua sendo os impactos de suas revisões reconhecidos prospectivamente em conformidade com o disposto no CPC 23/IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação de passivos de seguros (nota 2.2 e 14) e (ii) avaliação de provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas (notas 2.11 e 17.1).

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material incluem: (i) cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros (notas 2.5.4 e 6), (ii) avaliação de ativos fiscais diferidos (notas 2.6.1 (a) e 9.1), (iii) cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros (notas 2.7 e 12.1), (iv) cálculo do direito de uso, passivo de arrendamento e respectivo ajuste a valor presente (notas 2.6.1 (d) e 18 e (v) premissas utilizadas na mensuração dos contratos de seguros com base no CPC 50 / IFRS17 (nota 2.2 e 14).

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas Controladas mencionados a seguir são gerenciados pelos Gestores de Riscos e avaliados e monitorados pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Compliance e Segurança da Informação e Privacidade de Dados e contemplam políticas e estratégias de gerenciamento de riscos consideradas adequadas pela Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As políticas e estratégias de gerenciamento de riscos, que contemplam a identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos, são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria, criado e instalado em 26 de março de 2010, por determinação do Conselho de Administração e em conformidade com o Estatuto Social da Companhia. Desde outubro de 2022, a Companhia implementou o Comitê de Gestão de Riscos, órgão subordinado à Presidência e que avalia e monitora as exposições de risco, apoiando o Comitê de Auditoria.

4.1. Fatores de risco financeiro

4.1.1. Risco de mercado (taxa de juros)

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas estarem sujeitas a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 521/2022 alterada pela RN 601/2024 da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas, composta, em sua maioria, por títulos públicos federais de longo prazo, está exposta à juros reais em instrumentos pós-fixados à inflação medida pelo IPCA.

Em 31 de dezembro de 2025, dos recursos totais da Companhia e Consolidado, 83,8% e 81,0% (77,7% e 76,2% em 31 de dezembro de 2024) estão aplicados em títulos públicos federais, 16,2% e 19% (22,3% e 23,8% em 31 de dezembro de 2024) estão aplicados em fundos de investimentos, impactados substancialmente pela variação da taxa SELIC/CDI.

Em atendimento ao CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia e suas Controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros conforme destacado no quadro a seguir:

	Companhia						
	Indexados à SELIC/CDI		Indexados ao IPCA + pré-fixado			Rendimentos Pré-fixados	
	SELIC/CDI (a.a) ¹	FI renda fixa	Pré fixado ³	IPCA (a.a) ¹	NTN-B	Pré fixado ³	NTN-F
Nível hierárquico ²	-	2	-	-	2	-	2
Aplicações	-	106.884	-	-	398.554	-	153.881
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:							
Provável	12,25%	13.093	4,85%	4,01%	35.324	10,14%	15.611
Queda 2,0 p.p.	10,25%	10.956		2,01%	27.353		15.611
Queda 3,0 p.p.	9,25%	9.887		1,01%	23.367		15.611
Elevação 2,0 p.p.	14,25%	15.231		6,01%	43.294		15.611
Elevação 3,0 p.p.	15,25%	16.300		7,01%	47.281		15.611

¹Baseada no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26 de dezembro de 2025.

²Classificação nível hierárquico.

³A aplicação em questão não está exposta à flutuações de indexadores pois possui rendimentos pré-fixados.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado								
	Indexados à SELIC/CDI		Indexados ao Bond mexicano		Indexados ao IPCA + pré-fixado			Rendimentos Pré-fixados	
	SELIC/CDI (a.a) ¹	FI renda fixa	BM (a.a) ³	CETES	Pré fixado ⁴	IPCA (a.a) ¹	NTN-B	Pré fixado ⁴	NTN-F
Nível hierárquico ²	-	2	-	2	-	-	2	-	2
Aplicações	-	131.685	-	9.099	-	-	398.554	-	153.881
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:									
Provável	12,25%	16.131	7,05%	641	4,85%	4,01%	35.324	10,14%	15.611
Queda 2,0 p.p.	10,25%	13.498	5,05%	460		2,01%	27.353		15.611
Queda 3,0 p.p.	9,25%	12.181	4,05%	369		1,01%	23.367		15.611
Elevação 2,0 p.p.	14,25%	18.765	9,05%	823		6,01%	43.295		15.611
Elevação 3,0 p.p.	15,25%	20.082	10,05%	914		7,01%	47.281		15.611
¹ Baseada no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26 de dezembro de 2025.									
² Classificação nível hierárquico (nota 2.4.3).									
³ Taxas disponíveis no Banco Central do México.									
⁴ A aplicação em questão não está exposta à flutuações de indexadores pois possui rendimentos pré-fixados.									

A Companhia adotou em sua avaliação os percentuais 2,0 p.p e 3,0 p.p levando em conta a variação da taxa Selic nos últimos 12 meses e considera razoável a exposição de suas aplicações a esta variação. Em 31 de dezembro de 2025, o total das aplicações financeiras R\$659.319 (R\$866.718 em 31 de dezembro de 2024) referem-se à Companhia e R\$693.219 (R\$896.872 em 31 de dezembro de 2024) na Companhia e no Consolidado.

	31/12/2025			31/12/2024			Ratings das instituições financeiras					
	Companhia	Consolidado	Rendimento médio	Companhia	Consolidado	Rendimento médio	Fitch		Moody's		S&P	
			% do CDI			% do CDI	CP	LP	CP	LP	CP	LP
Banco Bradesco S.A.	106.884	131.685	102,3%	192.982	213.489	101,2%	F1+(bra)	AAA(bra)	ML A-1.br	AAA.br	brA-1+	brAAA
Governo brasileiro	552.435	552.435	51,0%	673.736	673.737	87,1%	-	BB	-	Ba1	-	BB
Governo mexicano	-	9.099	-	-	9.646	-	-	BB+	-	Baa2	-	BBB
	659.319	693.219		866.718	896.872							
Ativo Circulante	239.185	273.085		327.637	357.791							
Ativo Não Circulante	420.134	420.134		539.081	539.081							
	659.319	693.219		866.718	896.872							

4.1.2. Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não receberem, total ou parcialmente, os valores decorrentes das aplicações financeiras (nota 6). A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado (nota 2.5.4).

A Companhia não possui cliente que represente concentração de faturamento de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros.

4.1.3. Risco de liquidez

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A gestão do risco de liquidez visa monitorar os prazos de liquidação dos direitos, obrigações e seus instrumentos financeiros, elaborando análises de fluxo de caixa projetado e revisando periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia e de suas Controladas são oriundos, basicamente dos contratos coletivos e individuais na modalidade pré-estabelecido, o que ocorre em sua maioria, na primeira quinzena de cada mês. Em contrapartida, os pagamentos à rede credenciada, que são os principais fornecedores, transcorrem, na sua maioria, no início de cada mês. Tratam-se de ativos e passivos de curto prazo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes nas estimativas das provisões técnicas e relativas à precificação. O modelo de negócio da Odontoprev é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, sendo que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de planos odontológicos são levados em consideração os fatores:

Modelo de risco: pré-estabelecido, taxa mensal *per capita*;

Modelo de atendimento: define como o beneficiário receberá a assistência: rede credenciada, livre escolha, unidades de atendimento próprias e consultórios odontológicos exclusivos no estabelecimento do cliente;

Modelo de adesão: integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano;

Coberturas: conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano contratado, a ANS determina uma cobertura odontológica mínima;

Fatores moderadores de utilização: coparticipação e carências;

Honorários: remunerações para os profissionais da rede credenciada, reembolso de livre escolha e clínicas próprias, e

Material odontológico: valor acrescido ao prêmio de risco e destinado às despesas com material odontológico do programa de fidelidade dos profissionais da rede credenciada.

A flutuação dos custos odontológicos também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos pois podem ser aumentados em decorrência do volume de utilização, legislação e elevação dos valores dos materiais odontológicos.

Para gerenciar o risco de subscrição, a Companhia possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, bem como possui departamentos especializados que atuam na estimação dos passivos de seguros e na precificação dos planos odontológicos.

Os contratos coletivos possuem cláusulas de multa por descumprimento contratual e de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade (custo de serviços dos últimos 12 meses dividido pela receita de vendas) e/ou pela inflação, conforme índice oficial contratualmente previsto. São também comercializados contratos individuais ou familiares, renováveis automaticamente por tempo indeterminado, com cláusulas de multa por rescisão e de reajuste conforme índice oficial contratualmente previsto.

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos para minimizar os riscos e garantir seu equilíbrio financeiro.

Geralmente é admitido que um índice de sinistralidade entre 40% e até 60% permite uma margem de contribuição (resultado bruto deduzido das despesas de comercialização dividido pela receita de vendas) capaz de suportar as despesas administrativas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 o índice de sinistralidade da Companhia e Consolidado foi de 33,5% e 32,3% respectivamente (34,8% e 33,6% em 31 de dezembro de 2024 respectivamente) e a margem de contribuição de 54,7% na Companhia e 55,9% no Consolidado (53,3% e 54,4% em 31 de dezembro de 2024 respectivamente).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Acréscimo/redução margem de contribuição											
	Companhia						Consolidado					
	Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade				Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade			
	31/12/2025		Igual a 60%		Igual a 40%		31/12/2025		Igual a 60%		Igual a 40%	
Receita de seguros e resseguros	2.346.914	100,0%	2.346.914	100,0%	2.346.914	100,0%	2.379.981	100,0%	2.379.981	100,0%	2.379.981	100,0%
Eventos ocorridos	(786.792)	-33,5%	(1.408.148)	-60,0%	(938.766)	-40,0%	(769.458)	-32,3%	(1.427.989)	-60,0%	(951.992)	-40,0%
Resultado bruto	1.560.122	66,5%	938.766	40,0%	1.408.148	60,0%	1.610.523	67,7%	951.992	40,0%	1.427.989	60,0%
Despesas de comercialização	(276.129)	-11,8%	(276.129)	-11,8%	(276.129)	-11,8%	(280.324)	-11,8%	(280.324)	-11,8%	(280.324)	-11,8%
Margem de contribuição	1.283.993	54,7%	662.637	28,2%	1.132.019	48,2%	1.330.199	55,9%	671.668	28,2%	1.147.665	48,2%
(Redução)/acréscimo em margem			(621.356)	-26,5 p.p	(151.974)	-6,5 p.p			(658.531)	-27,7 p.p	(182.534)	-7,7 p.p

	Acréscimo/redução margem de contribuição											
	Companhia						Consolidado					
	Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade				Exercício findo em		Variações do índice de sinistralidade			
	31/12/2024		Igual a 60%		Igual a 40%		31/12/2024		Igual a 60%		Igual a 40%	
Receita de seguros e resseguros	2.200.634	100,0%	2.200.634	100,0%	2.200.634	100,0%	2.243.006	100,0%	2.243.006	100,0%	2.243.006	100,0%
Eventos ocorridos	(764.840)	-34,8%	(1.320.380)	-60,0%	(880.254)	-40,0%	(753.572)	-33,6%	(1.345.804)	-60,0%	(897.202)	-40,0%
Resultado bruto	1.435.794	65,2%	880.254	40,0%	1.320.380	60,0%	1.489.434	66,4%	897.202	40,0%	1.345.804	60,0%
Despesas de comercialização	(262.948)	-11,9%	(262.948)	-11,9%	(262.948)	-11,9%	(268.298)	-12,0%	(268.298)	-12,0%	(268.298)	-12,0%
Margem de contribuição	1.172.846	53,3%	617.306	28,1%	1.057.432	48,1%	1.221.136	54,4%	628.904	28,0%	1.077.506	48,0%
(Redução)/acréscimo em margem			(555.540)	-25,2 p.p	(115.414)	-5,2 p.p			(592.232)	-26,4 p.p	(143.630)	-6,4 p.p

4.3. Risco legal e regulatório - capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar o retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram "capital regulatório" e "capital econômico".

A Companhia mantém níveis de capital acima dos requerimentos regulatórios (nota 13).

4.4. Risco operacional

O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas), bem como os eventos externos.

A Companhia possui um conjunto de normas, processos e estruturas organizacionais para gerenciar o risco operacional, incluindo Auditoria Interna; departamentos de segunda linha de defesa; segregação de funções em atividades e processos; limitações de autoridade por alçadas; segurança lógica nos sistemas computacionais; canais de comunicação para recepção de denúncias; plano de continuidade do negócio; seguros contratados para coberturas dos prédios, máquinas, móveis, utensílios e instalações, veículos, lucros cessantes, responsabilidade civil de administradores e diretores, responsabilidade cibernética por violação de segurança e privacidade, etc.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	6	6	101	58
Numerários em trânsito ¹	16.052	9.019	16.052	9.019
Bancos conta movimento	194	213	1.678	773
Aplicações financeiras (conta corrente remunerada)	1.736	6.545	2.117	6.681
	17.988	15.783	19.948	16.531

¹Recebimentos de clientes a serem transferidos por instituições financeiras, bem como valores monetários em confirmação.

Odontoprev S.A.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado)

Carteira de investimentos por prazos de vencimentos originais - Companhia						
Taxa Média de Juros	Sem vencimento	01 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Ajuste ao valor justo	Valor Atualizado
Saldo em 31/12/2024	192.982	134.655	539.081	866.718	(54.155)	812.563
Quotas de fundos de investimento						
FI renda fixa 12,25% a.a.	106.884	-	-	106.884	-	106.884
Valor justo através do resultado	106.884	-	-	106.884	-	106.884
Títulos de renda fixa - públicos						
Notas do Tesouro Nacional						
Série B - IPCA com juros semestrais 8,86% a.a.	-	132.301	266.253	398.554	(27.196)	371.358
Série F - Pré fixado com juros semestrais 10,14% a.a.	-	-	153.881	153.881	(10.794)	143.087
Custo amortizado	-	132.301	420.134	552.435	(37.990)	514.445
Saldo em 31/12/2025	106.884	132.301	420.134	659.319	(37.990)	621.329
Ativo circulante	106.884	132.301	-	239.185		
Ativo não circulante	-	-	420.134	420.134		
	106.884	132.301	420.134	659.319		

Carteira de investimentos por prazos de vencimentos originais - Consolidado						
Taxa Média de Juros	Sem vencimento	01 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Ajuste ao valor justo	Valor Atualizado
Saldo em 31/12/2024	213.489	144.302	539.081	896.872	(54.155)	842.717
Quotas de fundos de investimento						
FI renda fixa 12,25% a.a.	131.685	-	-	131.685	-	131.685
CETES 7,05% a.a.	-	9.099	-	9.099	-	9.099
Valor justo através do resultado	131.685	9.099	-	140.784	-	140.784
Títulos de renda fixa - públicos						
Notas do Tesouro Nacional						
Série B - IPCA com juros semestrais 8,86% a.a.	-	132.301	266.253	398.554	(27.196)	371.358
Série F - Pré fixado com juros semestrais 10,14% a.a.	-	-	153.881	153.881	(10.794)	143.087
Custo amortizado	-	132.301	420.134	552.435	(37.990)	514.445
Saldo em 31/12/2025	131.685	141.400	420.134	693.219	(37.990)	655.229
Ativo circulante	131.685	141.400	-	273.085		
Ativo não circulante	-	-	420.134	420.134		
	131.685	141.400	420.134	693.219		

Fundos de investimentos renda fixa (FI renda fixa): cotas dos fundos de investimentos Bradesco FI RF Bond e BRAM FI RF Referenciado DI Coral mensurados com base nos valores das cotas divulgados pela instituição administradora Bradesco Asset Management.

Certificados de la Tesorería de la Federación (CETES): títulos públicos de renda fixa da Odontored emitidos pelo governo mexicano. O valor justo da aplicação foi obtido conforme divulgação do Banco do México.

Notas do Tesouro Nacional – série B (NTN-B) – Tesouro IPCA com juros semestrais: títulos públicos federais, referem-se à parte da carteira administrada pelo Bradesco Asset Management. Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Notas do Tesouro Nacional – série F (NTN-F) – Tesouro pré-fixado com juros semestrais: títulos públicos federais, referem-se à parte da carteira administrada pelo Bradesco Asset Management. Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da carteira de investimentos - Companhia

	Valor justo através do resultado	Custo amortizado				Saldo total
	FI renda fixa	NTN-B	NTN-F	LTN	Total	
Saldo em 31/12/2023	180.916	604.660	153.350	10.845	768.855	949.771
Aplicações	1.335.748	34.994	-	-	34.994	1.370.742
(-) Resgates¹	(1.364.114)	(174.635)	(14.238)	(11.499)	(200.372)	(1.564.486)
Rendimentos	40.432	55.097	14.508	654	70.259	110.691
Saldo em 31/12/2024	192.982	520.116	153.620	-	673.736	866.718
Aplicações	1.398.051	-	-	-	-	1.398.051
(-) Resgates¹	(1.527.209)	(162.500)	(14.238)	-	(176.738)	(1.703.947)
Rendimentos	43.060	40.938	14.499	-	55.437	98.497
Saldo em 31/12/2025	106.884	398.554	153.881	-	552.435	659.319

¹Resgates dos títulos ao custo amortizado referem-se, ao vencimento dos respectivos papéis.

Movimentação da carteira de investimentos - Consolidado

	Valor justo através do resultado			Custo amortizado				Saldo total
	FI renda fixa	CETES	Total	NTN-B	NTN-F	LTN	Total	
Saldo em 31/12/2023	199.104	9.799	208.903	604.660	153.350	10.845	768.855	977.758
Aplicações	1.437.148	108.877	1.546.025	34.994	-	-	34.994	1.581.019
(-) Resgates¹	(1.465.626)	(110.035)	(1.575.661)	(174.635)	(14.238)	(11.499)	(200.372)	(1.776.033)
Rendimentos	42.863	1.006	43.869	55.097	14.508	654	70.259	114.128
Saldo em 31/12/2024	213.489	9.647	223.136	520.116	153.620	-	673.736	896.872
Aplicações	1.511.931	353.053	1.864.984	-	-	-	-	1.864.984
(-) Resgates¹	(1.639.628)	(354.269)	(1.993.897)	(162.501)	(14.239)	-	(176.740)	(2.170.637)
Rendimentos	45.894	668	46.562	40.938	14.500	-	55.438	102.000
Saldo em 31/12/2025	131.686	9.099	140.785	398.553	153.881	-	552.434	693.219

¹Resgates dos títulos ao custo amortizado referem-se, ao vencimento dos respectivos papéis.

7. Créditos tributários e previdenciários

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	45.722	27.273	51.442	30.897
CSLL	13.845	6.897	17.288	9.176
INSS	6.405	5.646	6.967	5.646
ISS	1.601	1.455	1.617	1.472
PIS e COFINS	140	137	469	1.218
IRRF	127	127	1.547	977
Outros	-	-	707	1.028
	67.840	41.535	80.037	50.414
Ativo Circulante	31.157	7.364	42.924	15.853
Ativo Não Circulante	36.683	34.171	37.113	34.561
	67.840	41.535	80.037	50.414

IRPJ e CSLL: saldo de IRPJ composto por antecipações do ano corrente e de anos anteriores, e saldo de CSLL composto por créditos de anos anteriores, ambos oriundos de inovação tecnológica, sujeitos à homologação pelo MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações).

Odontoprev S.A.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outras contas a receber

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a Fornecedores e outros adiantamentos ¹	168	2.402	1.708	6.364
Adiantamentos a Funcionários	8.746	9.054	10.506	10.504
Dividendos a receber ²	8.300	-	-	-
Contratos de pós-pagamento	10.111	8.530	10.111	8.530
Demais créditos a receber ³	12.929	5.715	35.655	26.351
	40.254	25.701	57.980	51.749

¹A redução refere-se, principalmente, à liquidação de despesas relacionadas a assistência médica.

²Dividendos a receber de controladas diretas, vide nota 10.

³Créditos a receber decorrentes da venda de bens e prestação de serviços.

9. Realizável a longo prazo

9.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Diferenças temporárias	Expectativa de realização	Companhia				Consolidado			
		31/12/2024	Constituição	Realização	31/12/2025	31/12/2024	Constituição	Realização	31/12/2025
Provisões para ações judiciais (contingências)	Até 12 meses	-	1.363	-	1.363	-	1.363	-	1.363
Provisões para ações judiciais (contingências)	Acima de 12 meses	13.267	-	(6.912)	6.355	13.854	-	(6.898)	6.956
Provisões diversas ¹	Até 12 meses	3.717	-	(1.643)	2.074	3.765	-	(1.519)	2.246
Programa ILP	Até 12 meses	4.684	281	-	4.965	5.222	332	-	5.554
Programa ILP	Acima de 12 meses	4.658	25	-	4.683	5.203	-	(63)	5.140
Participações no resultado	Até 12 meses	6.238	1.166	-	7.404	7.385	1.591	-	8.976
Efeito CPC50/ IFRS17	Acima de 12 meses	30.280	-	(20.064)	10.216	29.973	-	(20.716)	9.257
Outras ²	Até 12 meses	19.954	-	(4.425)	15.529	23.863	-	(3.918)	19.945
IRPJ/CSLL diferidos (Ativo)		82.798	2.835	(33.044)	52.589	89.265	3.286	(33.114)	59.437
Amortização ágio	Acima de 12 meses	(56.919)	(1.829)	-	(58.748)	(56.919)	(1.829)	-	(58.748)
Contratos de seguro	Até 12 meses	-	(14.760)	-	(14.760)	-	(14.760)	-	(14.760)
IRPJ/CSLL diferidos (Passivo)		(56.919)	(16.589)	-	(73.508)	(56.919)	(16.589)	-	(73.508)
IRPJ/CSLL diferidos		25.879	(13.754)	(33.044)	(20.919)	32.346	(13.303)	(33.114)	(14.071)
Imposto de renda diferido (IRPJ)		19.030	(10.120)	(24.290)	(15.380)	23.701	(10.024)	(24.279)	(10.602)
Contribuição social diferida (CSLL)		6.849	(3.634)	(8.754)	(5.539)	8.645	(3.279)	(8.835)	(3.469)
IRPJ/CSLL diferidos		25.879	(13.754)	(33.044)	(20.919)	32.346	(13.303)	(33.114)	(14.071)

¹Serviços contratados administrativos e operacionais (Nota 16).

²Refere-se, principalmente, a comissões e provisão para perdas sobre créditos.

9.2. Depósitos judiciais e fiscais

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fiscais	33.499	29.857	34.734	31.051
ISS ¹	31.660	28.211	31.660	28.211
Outros	1.839	1.646	3.074	2.840
Previdenciárias e trabalhistas	478	395	520	532
Cíveis	2.625	1.852	2.625	1.852
	36.602	32.104	37.879	33.435

¹Proveniente da incorporada Odonto System, depositado judicialmente o valor integral do ISS sem a dedução dos eventos na base de cálculo (objeto da ação). Montante totalmente provisionado no passivo não circulante em "Provisões para ações judiciais".

9.3. Outros créditos a receber

Provisão para riscos potenciais apurados na revisão de procedimentos contábeis, fiscais e trabalhistas de empresas

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adquiridas (nota 12.1), que tem como contrapartida “outras exigibilidades” (nota 17.3). Mediante contrato com os antigos sócios das empresas adquiridas garantem o reembolso de eventuais pagamentos que a Companhia e suas Controladas sejam obrigadas a efetuar.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Odonto System ¹	10.134	10.134	10.134	10.134
Mogidonto	2.376	3.563	2.376	3.563
Papaiz	-	-	472	571
	12.510	13.697	12.982	14.268

¹Valores garantidos por seguro garantia e carta de fiança.

10. Investimentos

Companhia						
Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2024	Dividendos	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Controladas diretas						
Odontored	14.563	-	(1.380)	-	255	13.438
Clidec	46.517	(2.000)	2.312	5.000	(1)	51.828
Odontoprev Serviços	21.229	(11.800)	3.115	-	3	12.547
Controlada em conjunto						
Brasil dental	4.346	(6.050)	5.941	-	132	4.369
Outros Investimentos						
Outros	1	-	-	-	-	1
Total	86.656	(19.850)	9.988	5.000	389	82.183

Consolidado						
Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2024	Dividendos	Equivalência patrimonial	Baixa	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Controlada em conjunto						
Brasil dental	4.346	(6.050)	5.941	-	132	4.369
Coligadas						
MaChiron ¹	44	-	(8)	(36)	-	-
SF 210 ²	1.675	-	(12)	(1.663)	-	-
Outros Investimentos						
Outros	56	-	-	-	-	56
Total	6.121	(6.050)	5.921	(1.699)	132	4.425

¹Encerrada em 09 de setembro de 2025 (nota 1).

²Encerrada em 13 de novembro de 2025 (nota 1).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia e Consolidado				
Posição 31/12/2025	Controladas:			Joint Venture:
	Odontoprev Serviços	Clidec	Odontored	Brasilidental
Capital Social	9.700	36.516	6.030	9.500
Participação (%)	100	100	100	25
Ativo	38.154	57.733	20.426	34.350
Passivo	25.607	5.905	6.988	16.874
Patrimônio líquido	12.547	51.828	13.438	17.476
Receitas	52.470	36.625	33.145	110.277
Resultado do período	3.115	2.312	(1.380)	23.764

11. Imobilizado

	Movimentação imobilizado - Companhia								
	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciações/ Amortizações	31/12/2025	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil, líquido	Taxa de depreciação (%a.a.)
Equipamentos de computação	10.917	2.830	(5)	(3.733)	10.009	24.515	(14.506)	10.009	20
Veículos	1.247	812	(73)	(396)	1.590	2.478	(888)	1.590	20
Instalações	605	202	-	(82)	725	947	(222)	725	10
Máquinas e equipamentos	504	27	-	(75)	456	860	(404)	456	10
Móveis e utensílios	643	23	-	(140)	526	1.811	(1.285)	526	10
Equipamentos de comunicação	16	14	-	(2)	28	61	(33)	28	10
Equipamentos odontológicos	64	-	-	(13)	51	168	(117)	51	10
Total de uso próprio	13.996	3.908	(78)	(4.441)	13.385	30.840	(17.455)	13.385	
Outras imobilizações (benfeitorias)	4.317	207	-	(1.595)	2.929	10.341	(7.412)	2.929	20
Total outras imobilizações	18.313	4.115	(78)	(6.036)	16.314	41.181	(24.867)	16.314	
Direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16) ¹	11.032	2	-	(1.915)	9.119	17.364	(8.245)	9.119	
Total imobilizado	29.345	4.117	(78)	(7.951)	25.433	58.545	(33.112)	25.433	

¹ Depreciação calculada conforme duração do contrato de locação de imóveis e máquinas e equipamentos.

	Movimentação imobilizado - Consolidado								
	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciações / Amortizações	31/12/2025	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil, líquido	Taxa de depreciação (% a.a.)
Equipamentos de computação	11.570	3.551	(9)	(4.075)	11.037	27.883	(16.846)	11.037	20
Veículos	1.444	813	(73)	(454)	1.730	2.761	(1.031)	1.730	20
Instalações	776	210	-	(104)	882	1.170	(288)	882	10
Máquinas e equipamentos	6.050	162	(6)	(1.151)	5.055	13.050	(7.995)	5.055	10
Móveis e utensílios	1.466	176	(1)	(285)	1.356	3.566	(2.210)	1.356	10
Equipamentos de comunicação	24	17	-	(3)	38	96	(58)	38	10
Equipamentos odontológicos	2.031	184	-	(318)	1.897	3.891	(1.994)	1.897	10
Total de uso próprio	23.361	5.113	(89)	(6.390)	21.995	52.417	(30.422)	21.995	
Outras imobilizações (benfeitorias)	7.077	1.135	(16)	(2.672)	5.524	20.750	(15.226)	5.524	20
Total outras imobilizações	30.438	6.248	(105)	(9.062)	27.519	73.167	(45.648)	27.519	
Direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16) ¹	21.716	2.073	(754)	(6.162)	16.873	36.632	(19.759)	16.873	-
Total imobilizado	52.154	8.321	(859)	(15.224)	44.392	109.799	(65.407)	44.392	

¹ Depreciação calculada conforme duração do contrato de locação de imóveis e máquinas e equipamentos.

Odontoprev S.A.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Companhia							
	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2025	Custo	Amortização acumulada ⁴	Saldo contábil, líquido
Odontoprev ¹	99.515	-	-	-	99.515	114.390	(14.875)	99.515
Bradesco Dental ²	409.640	-	-	-	409.640	409.640	-	409.640
Odonto System ³	145.793	-	-	-	145.793	145.793	-	145.793
Ágio na aquisição de investimentos	654.948	-	-	-	654.948	669.823	(14.875)	654.948
Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares	220.934	78.526	(3.289)	(46.529)	249.642	467.263	(217.621)	249.642
Carteira de clientes	3.465	-	-	(532)	2.933	45.390	(42.457)	2.933
Marcas e patentes	17.943	-	-	-	17.943	22.260	(4.317)	17.943
Acordo de não competitividade	108	-	-	(73)	35	1.864	(1.829)	35
Ativos intangíveis alocados	21.516	-	-	(605)	20.911	69.514	(48.603)	20.911
Intangível	897.398	78.526	(3.289)	(47.134)	925.501	1.206.600	(281.099)	925.501

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Consolidado							
	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2025	Custo	Amortização acumulada ⁴	Saldo contábil, líquido
Odontoprev ¹	99.515	-	-	-	99.515	114.390	(14.875)	99.515
Bradesco Dental ²	409.640	-	-	-	409.640	409.640	-	409.640
Odonto System ³	145.793	-	-	-	145.793	145.793	-	145.793
Unidades diversas, com ágio não significativo ⁵	14.521	-	-	-	14.521	14.785	(264)	14.521
Ágio na aquisição de investimentos	669.469	-	-	-	669.469	684.608	(15.139)	669.469
Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares	223.532	78.719	(3.289)	(46.982)	251.980	475.199	(223.219)	251.980
Carteira de clientes	3.619	-	-	(557)	3.062	45.624	(42.562)	3.062
Marcas e patentes	22.154	-	-	-	22.154	26.472	(4.318)	22.154
Acordo de não competitividade	1.253	-	-	(447)	806	3.747	(2.941)	806
Ativos intangíveis alocados	27.026	-	-	(1.004)	26.022	75.843	(49.821)	26.022
Intangível	920.027	78.719	(3.289)	(47.986)	947.471	1.235.650	(288.179)	947.471

¹Refere-se a um agrupamento de unidades geradoras de caixa oriundas de negócios adquiridos ao longo do tempo com objetivo de expansão regional, produtos e fortalecimento da marca.

²Integração das atividades desenvolvidas, complementando competências e criando uma operação diferenciada no mercado.

³Objetivo de expansão regional e produtos.

⁴Os valores acumulados de amortização apresentados referem-se à amortização fiscal do ágio realizada até dezembro de 2013, conforme permitido pelo Regime Tributário de Transição (RTT), em conformidade com a legislação vigente à época. A partir de 01 de janeiro de 2014, com a revogação do RTT pela Lei 12.973/2014, não houve novos reconhecimentos de amortização fiscal do ágio.

⁵Aquisições de negócios com objetivo de verticalização da operação.

A taxa média anual de amortização de desenvolvimento de sistemas e licença de uso de softwares é de 20%.

12.1. Ágio (goodwill) na aquisição de investimentos

A Companhia avalia a recuperabilidade por meio da realização de testes de redução ao valor recuperável (nota 2.6.1 e (i)) para o ágio proveniente das aquisições de investimentos alocados às unidades geradoras de caixa (UGC's).

No último teste de *impairment*, foi empregada a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado (valor em uso) baseada na natureza da Unidade Geradora de Caixa (UGC), existência de controle financeiro e operacional, histórico e disponibilidade de projeções financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
Premissas em 30 de novembro de 2025

Período de apuração:	5 anos e 1 mês, sendo de 01 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2030 e perpetuidade			
Taxa de crescimento na perpetuidade:	3,6 a.a. baseada na taxa de inflação (IPCA) de longo prazo			
Moeda de projeção:	R\$ nominais, considerando o efeito inflacionário			
Taxa de desconto:	13,2% de acordo com a metodologia CAPM ¹			
Premissas específicas:	(i) demonstrativos contábeis e gerenciais da UGC e da Odontoprev e (ii) informações gerenciais que incluem orçamento do grupo			
Premissas macroeconômicas:	Descrição	2025P	2026P	2027P
	Variação do PIB	2,20%	1,80%	1,90%
	IGP-M	-0,50%	4,00%	3,80%
	Inflação - IPCA	4,40%	4,20%	3,90%
				2028P
				2,00%
				3,60%
				3,80%

¹CAPM - *Capital Asset Pricing Model* = modelo de precificação do ativo

A conclusão foi que o valor em uso obtido mediante aplicação destas premissas é superior ao valor contábil, portanto, não há indicativos de *impairment*.

13. Recursos próprios mínimos

A Companhia é uma operadora do segmento odontológico regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que lhe impõe limites regulatórios com a adoção obrigatória do modelo de capital baseado em riscos. Devido a isto, os montantes e nomenclaturas apresentados nessa nota explicativa, seguem as normas contábeis da ANS, ou seja, desconsiderando os efeitos do CPC 50 / IFRS 17, não aprovado por este regulador.

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN 569/2022.

(a) O capital base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência.

(b) O capital baseado em riscos (CBR) é a regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

(c) Capital Regulatório (CR) é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital.

(d) O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação.

(e) O risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

(f) O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas).

(g) O risco legal é a medida de incerteza relacionada a falta de um completo embasamento legal; é o risco de não cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

(h) O risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de *commodities* e preços de imóveis.

Odontoprev S.A.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia: cálculo de PMA, PLA, MS e CBR		
Descrição:	31/12/2025	31/12/2024
Capital de referência	12.328	11.702
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	398	378
Patrimônio líquido contábil	1.298.883	1.285.651
Participações societárias em entidades reguladas	(3.843)	(4.166)
Despesas de comercialização diferidas	(43.411)	(22.604)
Despesas antecipadas	(9.196)	(7.571)
Intangível	(925.501)	(897.398)
Goodwill das participações indiretas	(14.521)	(14.532)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	302.411	339.380
Capital baseado em risco (CBR)²	297.225	296.780
Suficiência exigida (PLA ANS - CBR)	5.186	42.600

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário e região 1 conforme anexo RN 569/2022.

²O valor do CBR considera a utilização dos fatores reduzidos, nos termos do que fora definido no art. 6º da RN 569/2022.

14. Passivos de contratos de seguro e resseguro

(a) Passivo de contratos de seguro e resseguro

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo por Cobertura Remanescente (PAA)	(24.555)	(25.501)	(33.120)	(33.316)
Passivo por Cobertura Remanescente (BBA)	76.554	125.755	76.554	125.755
Passivo eventos incorridos (PAA)	132.896	154.862	133.586	156.973
Passivo eventos incorridos (BBA)	13.505	16.670	13.505	16.670
	198.400	271.786	190.525	266.082
Ativos de Contratos de Seguro e Resseguro	(24.555)	(25.501)	(33.120)	(33.316)
Passivos de Contratos de Seguro e Resseguro	222.955	297.287	223.645	299.398
	198.400	271.786	190.525	266.082

(b) Cobertura remanescente para modelo geral (BBA)

	Companhia e Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa de aquisição	3.486.040	3.228.525
Eventos e outras despesas diretamente atribuíveis	7.072.870	6.673.517
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de saída futuros	10.558.910	9.902.042
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de entrada futura	(11.121.595)	(10.432.136)
Ajuste de risco para risco não financeiro	12.547	12.653
Margem contratual de serviço (CSM)	626.692	643.196
Montante incluído nas disposições dos contratos de seguro	76.554	125.755

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Realização da margem contratual de serviço (CSM)

Companhia e Consolidado						
	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Seguro Direto	173.897	118.915	90.342	70.525	55.385	117.628
Contratos de Seguro Emitidos	173.897	118.915	90.342	70.525	55.385	117.628

Companhia e Consolidado						
	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Seguro Direto	179.343	118.698	89.823	70.422	55.488	129.422
Contratos de Seguro Emitidos	179.343	118.698	89.823	70.422	55.488	129.422

(d) Movimentação das reservas - cobertura remanescente

Companhia					
Passivos por Cobertura Remanescente (BBA)				Abordagem de alocação de prêmios (PAA)	TOTAL
Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Margem de cobertura de seguros (CSM)	Subtotal		
Saldo em 31/12/2023	(687.447)	15.097	784.169	(31.125)	80.694
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (receita de seguros)	(225.763)	(6.647)	(272.317)	(1.695.907)	(2.200.634)
Contratos pelo método do valor justo	(106.093)	(1.555)	(118.441)	-	(226.089)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(119.670)	(5.092)	(153.876)	-	(278.638)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	(1.695.907)	(1.695.907)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	(32.286)	2.921	57.816	-	28.451
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	818.724	(26.189)	(792.535)	-	-
Mudanças nas estimativas que não ajustam o CSM (ORA)	29.642	(1.191)	-	-	28.451
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(880.652)	30.301	850.351	-	-
Despesas de Seguros	94.837	-	-	167.330	262.167
Custos de aquisição	94.837	-	-	167.330	262.167
Despesas financeiras totais	(40.366)	1.281	73.528	-	34.443
Despesas financeiras de contratos de seguro	(40.366)	1.281	73.528	-	34.443
Fluxos de caixa	360.932	-	-	1.534.201	1.895.133
Prêmios recebidos	448.677	-	-	1.632.879	2.081.556
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(87.745)	-	-	(98.678)	(186.423)
Saldo em 31/12/2024	(530.093)	12.652	643.196	(25.501)	100.254
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (receita de seguros)	(241.981)	(7.609)	(275.448)	(1.821.876)	(2.346.914)
Contratos pelo método do valor justo	(95.826)	(1.314)	(102.801)	-	(199.941)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(146.155)	(6.295)	(172.647)	-	(325.097)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	(1.821.876)	(1.821.876)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	(184.662)	5.689	166.314	-	(12.659)
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	668.082	(24.438)	(643.644)	-	-
Mudanças nas estimativas que não ajustam o CSM (ORA)	(13.258)	599	-	-	(12.659)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(839.486)	29.528	809.958	-	-
Despesas de Seguros	110.791	-	-	165.338	276.129
Custos de aquisição	110.791	-	-	165.338	276.129
Despesas financeiras totais	(53.684)	1.814	92.630	-	40.760
Despesas financeiras de contratos de seguro	(53.684)	1.814	92.630	-	40.760
Fluxos de caixa	336.945	-	-	1.657.484	1.994.429
Prêmios recebidos	443.290	-	-	1.842.612	2.285.902
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(106.345)	-	-	(185.128)	(291.473)
Saldo em 31/12/2025	(562.684)	12.546	626.692	(24.555)	51.999

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado					
Passivos por Cobertura Remanescente (BBA)				Abordagem de alocação de prêmios (PAA)	TOTAL
Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Margem de cobertura de seguros (CSM)	Subtotal		
Saldo em 31/12/2023	(687.447)	15.097	784.169	(32.912)	78.907
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (receita de seguros)	(225.763)	(6.647)	(272.317)	(1.738.279)	(2.243.006)
Contratos pelo método do valor justo	(106.093)	(1.555)	(118.441)	-	(226.089)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(119.670)	(5.092)	(153.876)	-	(278.638)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	(1.738.279)	(1.738.279)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	(32.286)	2.921	57.816	-	28.451
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	818.724	(26.189)	(792.535)	-	-
Mudanças nas estimativas que não ajustam o CSM (ORA)	29.642	(1.191)	-	-	28.451
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(880.652)	30.301	850.351	-	-
Despesas de Seguros	94.837	-	-	172.681	267.518
Custos de aquisição	94.837	-	94.837	172.681	267.518
Despesas financeiras totais	(40.366)	1.281	73.528	-	34.443
Despesas financeiras de contratos de seguro	(40.366)	1.281	73.528	-	34.443
Fluxos de caixa	360.932	-	360.932	1.565.194	1.926.126
Prêmios recebidos	448.677	-	448.677	1.669.222	2.117.899
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(87.745)	-	(87.745)	(104.028)	(191.773)
Saldo em 31/12/2024	(530.093)	12.652	643.196	(33.316)	92.439
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (receita de seguros)	(241.981)	(7.609)	(275.448)	(1.854.943)	(2.379.981)
Contratos pelo método do valor justo	(95.826)	(1.314)	(102.801)	-	(199.941)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(146.155)	(6.295)	(172.647)	-	(325.097)
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	(1.854.943)	(1.854.943)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	(184.662)	5.689	166.314	-	(12.659)
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	668.082	(24.438)	(643.644)	-	-
Mudanças nas estimativas que não ajustam o CSM (ORA)	(13.258)	599	-	-	(12.659)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(839.486)	29.528	809.958	-	-
Despesas de Seguros	110.791	-	-	169.533	280.324
Custos de aquisição	110.791	-	110.791	169.533	280.324
Despesas financeiras totais	(53.684)	1.814	92.630	-	40.760
Despesas financeiras de contratos de seguro	(53.684)	1.814	92.630	-	40.760
Fluxos de caixa	336.945	-	336.945	1.685.606	2.022.551
Prêmios recebidos	443.290	-	443.290	1.874.928	2.318.218
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(106.345)	-	(106.345)	(189.322)	(295.667)
Saldo em 31/12/2025	(562.684)	12.546	626.692	(33.120)	43.434

(e) Movimentação das reservas – eventos incorridos

Companhia						
Passivo eventos incorridos - BBA			Passivo eventos incorridos - PAA			Total
Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Subtotal	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Subtotal	
Saldo em 31/12/2023	19.195	1.389	20.584	135.239	8.282	164.105
Despesas com prestação de seguros	75.482	(76)	75.406	686.798	2.636	764.840
Eventos incorridos e outras despesas com prestação de seguros	228.775	10.597	239.372	1.494.423	70.961	1.804.756
Ajustes de passivos de eventos incorridos	(153.293)	(10.673)	(163.966)	(807.625)	(68.325)	(1.039.916)
Despesas financeiras de contratos de seguro	1.843	169	2.012	-	-	2.012
Mudanças reconhecida em outros resultados abrangente	(4)	(1)	(5)	-	-	(5)
Fluxos de caixa	(81.327)	-	(81.327)	(678.093)	-	(759.420)
Eventos e outras despesas com prestação de seguros pagas	(81.327)	-	(81.327)	(678.093)	-	(759.420)
Saldo em 31/12/2024	15.189	1.481	16.670	143.944	10.918	171.532
Despesas com prestação de seguros	68.046	(375)	67.671	719.101	20	786.792
Eventos incorridos e outras despesas com prestação de seguros	174.314	8.468	182.782	1.426.215	69.198	1.678.195
Ajustes de passivos de eventos incorridos	(106.268)	(8.843)	(115.111)	(707.114)	(69.178)	(891.403)
Despesas financeiras de contratos de seguro	1.668	171	1.839	-	-	1.839
Mudanças reconhecida em outros resultados abrangente	18	1	19	-	-	19
Fluxos de caixa	(72.694)	-	(72.694)	(741.087)	-	(813.781)
Eventos e outras despesas com prestação de seguros pagas	(72.694)	-	(72.694)	(741.087)	-	(813.781)
Saldo em 31/12/2025	12.227	1.278	13.505	121.958	10.938	146.401

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						
	Passivo eventos incorridos - BBA			Passivo eventos incorridos - PAA			Total
	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Subtotal	Melhor estimativa de saída (BEL)	Ajuste de risco (RA)	Subtotal	
Saldo em 31/12/2023	19.195	1.389	20.584	136.867	8.291	145.158	165.742
Despesas com prestação de seguros	75.482	(76)	75.406	675.530	2.636	678.166	753.572
Eventos incorridos e outras despesas com prestação de seguros	228.775	10.597	239.372	1.483.155	70.961	1.554.116	1.793.488
Ajustes de passivos de eventos incorridos	(153.293)	(10.673)	(163.966)	(807.625)	(68.325)	(875.950)	(1.039.916)
Despesas financeiras de contratos de seguro	1.843	169	2.012	-	-	-	2.012
Mudanças reconhecida em outros resultados abrangente	(4)	(1)	(5)	-	-	-	(5)
Fluxos de caixa	(81.327)	-	(81.327)	(666.351)	-	(666.351)	(747.678)
Eventos e outras despesas com prestação de seguros pagas	(81.327)	-	(81.327)	(666.351)	-	(666.351)	(747.678)
Saldo em 31/12/2024	15.189	1.481	16.670	146.046	10.927	156.973	173.643
Despesas com prestação de seguros	68.373	(375)	67.998	701.440	20	701.460	769.458
Eventos incorridos e outras despesas com prestação de seguros	174.641	8.468	183.109	1.408.554	69.198	1.477.752	1.660.861
Ajustes de passivos de eventos incorridos	(106.268)	(8.843)	(115.111)	(707.114)	(69.178)	(776.292)	(891.403)
Despesas financeiras de contratos de seguro	1.668	171	1.839	-	-	-	1.839
Mudanças reconhecida em outros resultados abrangente	18	1	19	-	-	-	19
Fluxos de caixa	(73.021)	-	(73.021)	(724.847)	-	(724.847)	(797.868)
Eventos e outras despesas com prestação de seguros pagas	(73.021)	-	(73.021)	(724.847)	-	(724.847)	(797.868)
Saldo em 31/12/2025	12.227	1.278	13.505	122.639	10.947	133.586	147.091

(f) Margem contratual de serviço (CSM)

	Companhia e Consolidado		
	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	Total
Saldo em 31/12/2023	460.446	323.723	784.169
CSM reconhecido pelos serviços prestados	(118.441)	(153.876)	(272.317)
Mudanças em relação ao serviço atual	(118.441)	(153.876)	(272.317)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	-	850.351	850.351
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	(29.295)	(763.240)	(792.535)
Mudanças em relação ao serviço futuro	(29.295)	87.111	57.816
Resultado do Serviço de Seguros	(147.736)	(66.765)	(214.501)
Despesas financeiras de contratos de seguro	36.634	36.894	73.528
Saldo em 31/12/2024	349.344	293.852	643.196
CSM reconhecido pelos serviços prestados	(102.801)	(172.647)	(275.448)
Mudanças em relação ao serviço atual	(102.801)	(172.647)	(275.448)
Contratos inicialmente reconhecidos no período	-	809.958	809.958
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	1.069	(644.713)	(643.644)
Mudanças em relação ao serviço futuro	1.069	165.245	166.314
Resultado do Serviço de Seguros	(101.732)	(7.402)	(109.134)
Despesas financeiras de contratos de seguro	38.252	54.378	92.630
Saldo em 31/12/2025	285.864	340.828	626.692

Odontoprev S.A.



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos e contribuições a recolher

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a pagar¹	1.025	15.952	3.441	16.735
IRPJ	115	10.827	1.875	11.406
CSLL	910	5.125	1.566	5.329
Demais obrigações fiscais federais	23.105	21.321	31.113	27.830
COFINS	4.216	5.303	4.582	5.749
PIS	685	862	754	950
PIS, COFINS e CSLL (PCC)	1.920	1.898	1.985	1.978
IRRF	11.314	8.770	11.870	9.274
IVA ²	-	-	3.532	2.937
Outras	23	9	331	359
Encargos a recolher (obrigações sociais)	4.947	4.479	8.059	6.583
Obrigações fiscais municipais	2.769	2.713	3.288	3.338
	26.899	39.986	37.842	47.903
Passivo circulante	26.899	39.986	37.573	47.600
Passivo não circulante	-	-	269	303
	26.899	39.986	37.842	47.903

¹ A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro real anual recolhendo mensalmente por estimativa, apurado por balanço de suspensão e redução, por meio de antecipação de tributos. Esta modalidade está diretamente relacionada ao comportamento do resultado do período.

² Imposto sobre Valor Agregado proveniente da Controlada Odontored.

16. Outras contas a pagar

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões diversas¹	6.047	10.930	6.556	11.074
Suporte TI e atendimento	3.689	5.764	3.689	5.764
Serviços	1.203	3.416	1.694	3.560
Viagens	74	-	92	-
Ações de Marketing	1.081	1.750	1.081	1.750
Adiantamentos de clientes	-	941	1.269	1.600
Investimentos a pagar (nota 17.4)	7.225	7.844	7.697	8.415
Recompra de ações a pagar	-	2.419	-	2.419
Incentivo de longo prazo	18.101	18.737	19.982	20.487
Créditos a identificar²	6.632	12.649	9.075	15.184
Receita a apropriar (CPC 47/IFRS 15)	-	-	3.075	2.777
Outros³	2.193	3.668	2.268	4.819
	40.198	57.188	49.922	66.775
Passivo circulante	20.908	36.076	28.492	43.514
Passivo não circulante	19.290	21.112	21.430	23.261
	40.198	57.188	49.922	66.775

¹A redução refere-se, principalmente à provisões relacionadas a: (i) manutenção de sistema de computação, (ii) serviços administrativos e odontológicos, e (iii) anúncios, publicações e ações promocionais.

²Correspondem a valores recebidos de clientes ainda não identificados.

³Refere-se principalmente a eventos conhecidos ou avisados, referente aos contratos de pós-pagamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Passivo Não circulante

17.1. Provisões para ações judiciais

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para ações tributárias, trabalhistas e cíveis	54.363	67.227	57.364	71.285
Outras exigibilidades	13.510	14.767	13.996	15.351
Honorários a pagar	53	-	53	-
	67.926	81.994	71.413	86.636
Passivo circulante	4.016	-	4.016	-
Passivo não circulante	63.910	81.994	67.397	86.636
	67.926	81.994	71.413	86.636

17.2. Provisões para ações tributárias, trabalhistas e cíveis

	Companhia					
	Fiscal	Cíveis		Previdenciárias e trabalhistas	31/12/2025	31/12/2024
		ANS¹	Outros			
Saldo inicial	28.882	29.608	7.433	1.304	67.227	59.750
Constituição	2.022	8.355	33.409	609	44.395	34.703
Baixas (pagamentos/reversões)	(1.884)	(33.514)	(31.577)	(1.107)	(68.082)	(33.148)
Atualização monetária	3.074	6.029	1.583	137	10.823	5.922
Provisão	32.094	10.478	10.848	943	54.363	67.227
Quantidade de processos					1.419	1.227

¹Trata-se de Autos de Infrações lavrado pela ANS cujo objeto é o não pagamento de reembolso de tratamentos realizados em livre escolha por beneficiários vinculados a determinados produtos, mapeados e monitorados internamente. A Companhia aderiu, em dezembro de 2024, à transação extraordinária estabelecida pela Portaria AGU nº 150, de 3 de outubro de 2024, que possibilitava a quitação de débitos não tributários inscritos na dívida ativa das autarquias mediante pagamento com desconto e desistência de litígio. Em novembro de 2025, houve o deferimento parcial da transação, para pagamento de R\$16.960. Em razão do pagamento com desconto e da extinção dos débitos, foi registrada a reversão de provisão no valor de R\$11.374.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores relativos as perdas possíveis não provisionadas na Companhia totalizaram (i) R\$3.956 – 61 processos trabalhistas (R\$2.039 - 53 processos em 2024); (ii) R\$93.842 – 2.807 processos cíveis (R\$89.025 – 3.289 em 2024); e (iii) R\$97.319 – 24 processos tributários (R\$62.150 - 30 em 2024).

	Consolidado					
	Fiscal	Cíveis		Previdenciárias e trabalhistas	31/12/2025	31/12/2024
		ANS¹	Outros			
Saldo inicial	30.185	29.609	7.446	4.045	71.285	62.832
Constituição	2.034	8.355	33.686	1.282	45.357	36.912
Baixas (pagamentos/reversões)	(1.915)	(33.514)	(31.864)	(3.217)	(70.510)	(34.459)
Atualização monetária	3.123	6.029	1.584	496	11.232	6.000
Provisão	33.427	10.479	10.852	2.606	57.364	71.285
Quantidade de processos					1.431	1.251

¹Trata-se de Autos de Infrações lavrado pela ANS cujo objeto é o não pagamento de reembolso de tratamentos realizados em livre escolha por beneficiários vinculados a determinados produtos, mapeados e monitorados internamente. A Companhia aderiu, em dezembro de 2024, à transação extraordinária estabelecida pela Portaria AGU nº 150, de 3 de outubro de 2024, que possibilitava a quitação de débitos não tributários inscritos na dívida ativa das autarquias mediante pagamento com desconto e desistência de litígio. Em novembro de 2025, houve o deferimento parcial da transação, para pagamento de R\$16.960. Em razão do pagamento com desconto e da extinção dos débitos, foi registrada a reversão de provisão no valor de R\$11.374.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores relativos as perdas possíveis não provisionadas na Companhia e suas Controladas totalizaram (i) R\$6.272 - 71 processos trabalhistas (R\$2653 - 60 processos em 2024); (ii) R\$93.960 - 2.818 processos cíveis (R\$89.152 – 3.304 em 2024); e (iii) R\$112.894 - 44 processos tributários (R\$73.756 - 50 em 2024).

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(a) Previdenciárias e trabalhistas**

A Companhia e suas Controladas são parte em ações trabalhistas, sendo a grande maioria pedidos de: (i) reconhecimento de vínculo empregatício; (ii) equiparação salarial; (iii) horas extras; (iv) enquadramento sindical; e (v) indenizações.

(b) Cíveis

A Companhia e suas Controladas são parte em processos judiciais cíveis, cujo objeto em sua maioria, é indenização por danos materiais e morais.

(c) Autos de infração – stock options

Em 31 de agosto de 2015, as Autoridades Fiscais lavraram autos de infração, a seguir resumidos, sob alegação de que a Companhia remunerou os Administradores e Empregados que estavam vinculados ao programa de outorga de opções de compra de ações exercidas nos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012.

(i) Autos de Infração referentes a contribuições previdenciárias relativas aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, acumuladas com juros de mora e multa de ofício, nos montantes atualizados em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 40.916 (contribuição da empresa e GILRAT/SAT) e R\$ 6.604 (terceiros). Impugnação apresentada, sobreveio Acórdão da 9ª Turma da DRJ/Ribeirão Preto – São Paulo, dando parcial provimento à impugnação, no sentido de reconhecer o caráter remuneratório. Mantido o crédito tributário lançado, com a exclusão da parcela do benefício correspondente às ações sujeitas ao *lock-up* da base de cálculo. Ambas as partes recorreram ao CARF.

Em outubro de 2019 a Companhia foi intimada da decisão do recurso, a qual não foi favorável, com reforma, inclusive, para reincluir a parcela referente ao *lock-up* anteriormente ganha. Ainda em outubro de 2019 a Companhia opôs Embargos de Declaração, os quais não foram admitidos, tendo a Companhia tomado ciência de tal decisão em 17 de janeiro de 2020. Em janeiro de 2020, a Odontoprev interpôs recurso especial. Na sessão de julgamento de 16 março de 2024, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), não conheceu o recurso especial interposto. Em agosto de 2024, a Companhia opôs Embargos de Declaração em face de tal decisão, que não foram admitidos. Assim, o processo encontra-se encerrado desfavoravelmente e de forma definitiva na esfera administrativa.

Em 18 de novembro de 2024, a Companhia ajuizou a ação anulatória, em trâmite perante a 6ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF). A tutela de urgência foi deferida para suspender a exigibilidade do crédito tributário constituído pelo auto de infração. Foi apresentada contestação pela União e réplica da Companhia. Ambas as partes manifestaram desinteresse na produção de prova. Em 09 de maio de 2025, foi proferida sentença de procedência integral dos pedidos formulados pela Companhia, anulando-se o crédito tributário constituído pelo auto de infração sob o fundamento de que os eventuais ganhos havidos no contexto dos programas de outorga de opções de compra de ações são mercantis (e não remuneratórios). A União interpôs recurso de apelação em 15 de maio de 2025, e a Companhia opôs embargos de declaração em 19 de maio de 2025 para sanar omissão quanto aos honorários de sucumbência. Em 25 de setembro de 2025, foi proferida sentença integrativa sanando a omissão sobre os critérios para fixação da sucumbência, motivando a interposição de novo recurso de apelação pela União em 17 de novembro de 2025. Em 16 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou contrarrazões ao recurso fazendário, com os autos aguardando remessa ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Para esse caso, a probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda possível com viés favorável, em razão da jurisprudência judicial sobre o tema.

(ii) Multa isolada, em razão da suposta falta de retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”), relativo aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, no valor total de R\$ 27.694 atualizados até 31 de dezembro de 2025. Sentença de procedência dos pedidos da Companhia para anular o crédito tributário, determinar que o débito não seja impeditivo à emissão de certidão de regularidade fiscal e condenar a União ao pagamento de honorários sucumbenciais de 10% sobre o valor da causa. Aguarda-se julgamento de recurso de apelação da União. Para esse caso, a probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda remota, em razão da jurisprudência judicial sobre o tema.

Odontoprev S.A.**Notas Explicativas**
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, em atendimento à deliberação do Conselho de Administração na Reunião do Conselho da Administração, de 28 de março de 2017, contratou seguro de garantia judicial a fim de garantir e suportar obrigações em processos judiciais da Companhia e dos beneficiários do plano de opção de compra de ações aprovado em Assembleia Geral (que possuam ou venham a possuir bens arrolados ou que sejam necessários garantia para discussão judicial), em razão de procedimentos judiciais e administrativos iniciados por autoridades fiscais em virtude do exercício das opções pelos referidos beneficiários.

17.3. Outras exigibilidades

Trata-se de valores a pagar em decorrência de aquisição de controladas, algumas delas já incorporadas pela Companhia.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Papaiz ¹	-	-	486	584
Odonto System ²	9.420	9.523	9.420	9.523
Mogidonto	4.090	5.244	4.090	5.244
	13.510	14.767	13.996	15.351

¹Refere-se a aquisição da Lúmax pela Papaiz.

²Provisão para riscos potenciais de empresas adquiridas, em contrapartida a outros créditos a receber (nota 9.3).

17.4. Investimentos a pagar

Conforme contratos de compra e venda, para garantir a obrigação de indenizar das vendedoras, a Companhia mantém parcela de investimento a pagar: (i) Odonto System - decorrido o prazo de 5 anos, a Companhia detém a obrigação de indenizar até a efetiva data de pagamento da condenação ou liberação judicial definitiva, corrigidos pela taxa do CDI; (ii) Mogidonto - liquidação em 6 parcelas iguais na data de aniversário do contrato e (iii) Lúmax - liquidação em 5 parcelas corrigidas pela taxa CDI.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	7.844	8.645	8.415	9.271
(-) Pagamento - Lúmax	-	-	(163)	(112)
(+) Atualização monetária	569	387	633	444
(-) Combinação de negócio - Mogidonto e Boutique	(1.188)	(1.188)	(1.188)	(1.188)
	7.225	7.844	7.697	8.415
Passivo circulante (nota 16)	6.037	5.469	6.250	5.641
Passivo não circulante (nota 16)	1.188	2.375	1.447	2.774
	7.225	7.844	7.697	8.415

18. Passivo de arrendamento - CPC 06 (R2) IFRS 16

A Companhia e suas Controladas reconheceram passivos de arrendamentos relacionados aos aluguéis de imóveis e de equipamentos de acordo com as premissas do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos. Estes passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados a taxa adotada pela Companhia em suas projeções, em média de 11,76% (11,58% em 31 de dezembro de 2024) e em contrapartida foram reconhecidos como direito de uso no ativo. Os impactos totais mensurados estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Companhia								
	31/12/2023	Remensuração e novos contratos	Pagamentos	Apropriação de encargos financeiros	31/12/2024	Remensuração e novos contratos	Pagamentos	Apropriação de encargos financeiros	31/12/2025
Imóveis	15.107	631	(3.276)	956	13.418	2	(2.794)	836	11.462
Total	15.107	631	(3.276)	956	13.418	2	(2.794)	836	11.462
Passivo circulante					1.958				2.057
Passivo não circulante					11.460				9.405
					13.418				11.462

	Consolidado								
	31/12/2023	Remensuração e novos contratos	Pagamentos	Apropriação de encargos financeiros	31/12/2024	Remensuração e novos contratos	Pagamentos	Apropriação de encargos financeiros	31/12/2025
Imóveis	28.755	1.143	(6.732)	2.259	25.425	1.262	(8.084)	1.993	20.596
Equipamentos	541	-	(242)	61	360	13	(254)	107	226
Total	29.296	1.143	(6.974)	2.320	25.785	1.275	(8.338)	2.100	20.822
Passivo circulante					6.775				6.561
Passivo não circulante					19.010				14.261
					25.785				20.822

Em 31 de dezembro de 2025, o *aging* dos passivos de arrendamento são como segue:

	Companhia							
	Até um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	31/12/2024	Até um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	31/12/2025
Imóveis	1.958	9.897	1.563	13.418	2.057	7.766	1.639	11.462
Total	1.958	9.897	1.563	13.418	2.057	7.766	1.639	11.462

Consolidado								
	Até um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	31/12/2024	Até um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	31/12/2025
Imóveis	6.571	17.291	1.563	25.425	6.365	12.593	1.639	20.597
Equipamentos	204	156	-	360	196	29	-	225
Total	6.775	17.447	1.563	25.785	6.561	12.622	1.639	20.822

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Companhia e Consolidado		
31/12/2025	31/12/2024	
Capital social subscrito e integralizado (R\$ mil)	851.017	851.017
Número de ações ordinárias, sem valor nominal (qtd. ações)	545.825.286	552.495.663
Artigo 7º Estatuto - autorização para emissão de ações, sem reforma Estatutária (qtd. ações)	80.000.000	80.000.000
Cotação de fechamento: ODPV3 - B3 SA Brasil Bolsa Balcão (R\$/ação)	11,20	10,86
Valor patrimonial (R\$/ação)	2,38	2,33

19.2. Reservas de capital

Outras reservas de capital: ágio/deságio em transação de capital.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.3. Reservas de lucros

	Companhia e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal	154.951	127.428
Reserva estatutária de capital regulatório	100.000	100.000
Reserva estatutária de investimentos e expansão	218.629	183.733
Reserva de incentivos fiscais	129	129
Dividendo adicional proposto	-	81.000
	473.709	492.290

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Reserva estatutária de capital regulatório: constituída pela Companhia, com a destinação de até 50% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade e objetivo atender à exigência de capital regulatório determinado pelo órgão regulador ANS, e que ficará limitada em conjunto com a “reserva de investimento e expansão” a 80% do capital social.

Reserva de investimentos e expansão: constituída pela Companhia, com a destinação de até 50% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, permitindo a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de *software* e *hardware*, investimentos em instalações e equipamentos, aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada em conjunto com a “reserva estatutária de capital regulatório” a 80% do capital social.

Dividendo adicional proposto: corresponde a dividendos complementares acima do mínimo obrigatório.

19.4. Ações em tesouraria

A Companhia, oportunamente, realiza Programas de Recompra de Ações que, somados aos pagamentos regulares de juros sobre capital próprio e dividendos, têm por objetivo maximizar a geração de valor aos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2025, a posição em Tesouraria registrou 732.100 ações, após o cancelamento de 6.670.377 ações em Tesouraria pela Assembleia Geral de 01 de abril de 2025.

O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2025 é de R\$7.832 (R\$71.572 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.5. Distribuição do resultado

	Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024
(A) Lucro líquido do exercício	582.570	539.244
(B) Lucro líquido do exercício (diferença de pratica contábil)	(32.112)	(5.663)
Lucro líquido do exercício (desconsiderando CPC 50 / IFRS17) C = A + B	550.458	533.581
(D) (-) Reserva legal	(27.523)	(26.679)
Base de cálculo ajustada (desconsiderando CPC 50 / IFRS17) C + D	522.935	506.902
(%) Percentual dividendo mínimo conforme Estatuto	50	50
Dividendo mínimo obrigatório	261.468	253.451
Dividendos intercalares	338.155	281.905
Juros sobre capital próprio a serem considerados nos dividendos mínimos obrigatórios:	89.564	71.601
Valor bruto	105.369	84.236
Imposto de renda	(15.805)	(12.635)
Dividendo adicional proposto	-	81.000
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	443.524	447.141
Destinação:		
Constituição de reserva de investimento e expansão	79.411	59.761

A Companhia é uma operadora do segmento odontológico regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que lhe impõe limites regulatórios com a adoção obrigatória do modelo de capital baseado em riscos (vide nota 13). Devido a isto, a base de cálculo para as destinações de lucros, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendo adicional proposto, segue as normas contábeis da ANS, ou seja, desconsiderando os efeitos do CPC 50 / IFRS 17, não aprovado por este regulador.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.6. Deliberações

Companhia						
Deliberação				Data do pagamento	Competência	
Aprovação	Tipo	Data	Provento por ação (R\$)		31/12/2025	31/12/2024
RCA	Juros sobre capital próprio	27/03/2024	0,04137	21/08/2024	-	22.779
RCA	Juros sobre capital próprio	17/06/2024	0,03953	29/01/2025	-	21.642
RCA	Juros sobre capital próprio	26/09/2024	0,03360	03/04/2025	-	18.392
RCA	Juros sobre capital próprio	17/12/2024	0,03919	10/12/2025	-	21.423
RCA	Juros sobre capital próprio	19/03/2025	0,04536	10/12/2025	24.749	-
RCA	Juros sobre capital próprio	18/06/2025	0,04773	10/12/2025	26.017	-
RCA	Juros sobre capital próprio	15/09/2025	0,04926	10/12/2025	26.849	-
RCA	Juros sobre capital próprio	15/12/2025	0,05092	17/12/2026	27.754	-
Juros sobre capital próprio					105.369	84.236
RCA	Dividendos	07/05/2024	0,13333	18/12/2024	-	73.000
RCA	Dividendos	06/08/2024	0,15615	03/04/2025	-	85.478
RCA	Dividendos	05/11/2024	0,22567	03/04/2025	-	123.427
RCA	Dividendos	06/05/2025	0,21648	10/12/2025	118.000	-
RCA	Dividendos	05/08/2025	0,21126	10/12/2025	115.155	-
RCA	Dividendos	15/12/2025	0,19263	17/12/2026	105.000	-
Dividendos intercalares					338.155	281.905
AGO	Dividendo adicional proposto	26/02/2025	0,14840	10/12/2025	-	81.000
Dividendo adicional					-	81.000
Total de proventos deliberados					443.524	447.141

RCA = Reunião do Conselho de Administração.
AGO = Assembleia Geral Ordinária.

20. Segmentos operacionais

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos seguintes segmentos de negócios:

- (a) Corporativo: clientes acima de 200 beneficiários;
- (b) PME: clientes entre 3 e 199 beneficiários;
- (c) Individual: planos mensais e anuais comercializados às pessoas físicas; e
- (d) Outros: segmentos com menor representatividade no total das receitas da Companhia sendo: (i) atendimento odontológico em consultórios próprios (Clidec e Boutique Dental); (ii) serviços administrativos e consultivos prestados (Odontoprev Serviços e Oprev); (iii) aquisição e distribuição de materiais odontológicos para rede credenciada (Dental Partner); (iv) desenvolvimento de programas de computação (Easy); (v) seguros saúde (Odontored); e (vi) diagnóstico por imagem (Papaiz).

	Margem de contribuição - Consolidado									
	CORPORATIVO		PME		INDIVIDUAL		OUTROS		TOTAL	
	Exercício findo em		Exercício findo em		Exercício findo em		Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de seguros (Premium Allocation Approach - PAA)	1.283.870	1.203.950	537.793	491.958	-	-	33.280	42.371	1.854.943	1.738.279
Receita de seguros (Building Block Approach - BBA)	-	-	-	-	525.038	504.727	-	-	525.038	504.727
Receita de seguros e resseguros	1.283.870	1.203.950	537.793	491.958	525.038	504.727	33.280	42.371	2.379.981	2.243.006
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	53.571	52.665	53.571	52.665
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	(13.393)	(14.479)	(13.393)	(14.479)
Receita de vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	40.178	38.186	40.178	38.186
RECEITA DE VENDAS	1.283.870	1.203.950	537.793	491.958	525.038	504.727	73.458	80.557	2.420.159	2.281.192
Eventos ocorridos	(585.511)	(563.143)	(104.309)	(100.585)	(67.671)	(75.407)	(11.967)	(14.437)	(769.458)	(753.572)
Custos de aquisição	(87.637)	(92.711)	(89.588)	(61.459)	(98.819)	(108.732)	(4.280)	(5.396)	(280.324)	(268.298)
Despesas com tributos	(53.394)	(50.496)	(27.824)	(25.603)	(27.071)	(27.731)	-	-	(108.289)	(103.830)
RESULTADO OPERACIONAL	557.328	497.600	316.072	304.311	331.477	292.857	57.211	60.724	1.262.088	1.155.492
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	557.328	497.600	316.072	304.311	331.477	292.857	57.211	60.724	1.262.088	1.155.492
Receita de vendas (%)	53,9	53,7	22,6	21,9	22,1	22,5	3,1	3,6	100,0	100,0
Margem x receita de vendas (%)	43,4	41,3	58,8	61,9	63,1	58,0	77,9	75,4	52,1	50,7
Distribuição margem x total/segmento (%)	44,2	43,1	25,0	26,3	26,3	25,3	4,5	5,3	100,0	100,0

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita de vendas

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações atribuídas ao período PAA (<i>Premium Allocation Approach</i>)	1.821.876	1.695.907	1.854.943	1.738.279
Receitas referentes a contratos BBA (<i>Building Block Approach</i>)	131.190	130.926	131.190	130.926
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro	7.609	6.647	7.609	6.647
CSM reconhecido pelos serviços prestados	275.448	272.317	275.448	272.317
Recuperação de fluxo de caixa de aquisição	110.791	94.837	110.791	94.837
Receita de seguros e resseguros	2.346.914	2.200.634	2.379.981	2.243.006
Venda de bens e serviços	-	-	53.571	52.665
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	(13.393)	(14.479)
	2.346.914	2.200.634	2.420.159	2.281.192

22. Despesas de seguros

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Eventos ocorridos	(786.792)	(764.840)	(769.458)	(753.572)
Custos de aquisição	(276.129)	(262.948)	(280.324)	(268.298)
Despesas com tributos	(108.289)	(103.830)	(108.289)	(103.830)
Despesas administrativas	(380.427)	(368.222)	(333.277)	(310.999)
	(1.551.637)	(1.499.840)	(1.491.348)	(1.436.699)

23. Resultado financeiro

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos de aplicações financeiras	98.497	110.691	102.000	114.128
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	3.324	1.343	3.377	1.363
Atualização monetária sobre créditos tributários	7.159	6.542	7.250	6.755
Juros por recebimento em atraso ¹	3.785	3.404	3.788	3.411
Outras	7.230	6.295	8.608	7.808
Receitas financeiras	119.995	128.275	125.023	133.465
Tarifas bancárias	(4.739)	(4.873)	(4.895)	(4.963)
Ajuste a valor presente (AVP) - passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	(836)	(956)	(2.100)	(2.320)
Atualização monetária das provisões para contingências judiciais	(10.268)	(5.664)	(10.648)	(5.737)
Descontos concedidos	(1.792)	(1.404)	(2.497)	(1.630)
Acreditação de juros (CPC 50 / IFRS 17)	(42.599)	(36.455)	(42.599)	(36.455)
Outras despesas financeiras	(4.220)	(3.930)	(5.669)	(6.216)
Despesas financeiras	(64.454)	(53.282)	(68.408)	(57.321)
	55.541	74.993	56.615	76.144

¹ Refere-se, principalmente a reconhecimento de juros dos planos individuais/familiares.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Cálculo do IRPJ/CSLL

	Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Efeito (CPC 50 / IFRS 17) antes de IRPJ e CSLL	47.878	7.016	48.498	8.171
Base de cálculo IRPJ e CSLL	776.121	746.227	781.152	755.206
	823.999	753.243	829.650	763.377
(x) Alíquota vigente (%)	34	34	34	34
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(280.160)	(256.103)	(282.081)	(259.548)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:				
Equivalência patrimonial	2.832	5.740	1.941	2.039
Provisão para ações judiciais	5.549	(1.747)	5.908	(1.957)
Provisões diversas	1.643	(10.274)	1.519	(10.305)
Amortização do ágio	1.829	2.184	2.202	2.184
Participações no resultado	(527)	(647)	(846)	(704)
Juros sobre capital próprio	35.825	28.640	35.825	28.640
Ajustes lei 12.973/14	15	118	27	137
Prejuízos fiscais	-	-	(3.325)	-
Efeito (CPC 50 / IFRS 17)	16.279	2.385	16.489	2.778
Despesas de seguros custos de aquisição e programa ILP	3.633	(1.025)	3.618	(1.077)
Outras	(4.153)	(885)	(4.557)	(3.555)
Despesa de IRPJ e CSLL Corrente	(217.235)	(231.614)	(223.280)	(241.368)
Inovação Tecnológica	18.308	10.166	18.581	10.166
Despesa de IRPJ e CSLL total	(198.927)	(221.448)	(204.699)	(231.202)
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL diferidos	(26.736)	8.802	(26.028)	9.466
Receita de IRPJ e CSLL diferidos (CPC 50 / IFRS 17)	(15.766)	(1.353)	(16.386)	(2.508)
Despesa de IRPJ e CSLL Diferido	(42.502)	7.449	(42.414)	6.958
Despesa de IRPJ e CSLL total	(241.429)	(213.999)	(247.113)	(224.244)
Alíquota efetiva	29,3%	28,4%	29,8%	29,4%

25. Lucro por ação – básico e diluído

	Companhia e Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	582.570	539.244
Ações ordinárias (em milhares)		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	545.370	546.756
Quantidade média ponderada de ações para o lucro básico e diluído por ação	545.370	546.756
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	1,06821	0,98626

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Operações da Companhia com suas Controladas, Coligadas e pessoal chave da administração (nota 1)	Classificação Natureza	31/12/2025		31/12/2024		Exercício findo em 31/12/2025		Exercício findo em 31/12/2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Receita	Despesa
DentalPartner	Vendas de Bens e Serviços Materiais odontológicos	-	-	76	-	3.193	-	3.570	-
DentalPartner	Despesas administrativas Assistência odontológica	-	-	-	-	-	(2)	-	-
Odontoprev	Despesas de Seguros Serviços administrativos	-	-	-	76	-	(67.246)	-	(77.016)
Odontoprev Serviços	Vendas de Bens e Serviços Assessoria comercial	739	-	717	-	57.696	-	64.117	-
Odontoprev Serviços	Despesas administrativas Assistência odontológica	-	-	-	-	-	(109)	-	(47)
BrasilDental	Despesas de Seguros Serviços administrativos	-	748	-	726	-	(9.916)	-	(10.505)
Odontoprev	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	213	-	102	-
Odontoprev	Receita de Seguros Corresponsabilidade assumida/cedida	5.638	-	4.346	-	54.481	-	51.762	-
Odontoprev	Outras receitas operacionais Receitas de assistência à saúde	9	-	9	-	178	-	173	-
BrasilDental	Despesas de Seguros Corresponsabilidade assumida/cedida	-	5.638	-	4.346	-	(54.481)	-	(51.762)
Clidec	Demais custos operacionais Assistência odontológica	-	-	-	-	-	(53)	-	(50)
Clidec	Vendas de Bens e Serviços Serviços clínicos odontológicos	-	-	-	-	31.974	-	29.719	-
Boutique Dental	Vendas de Bens e Serviços Serviços clínicos odontológicos	-	-	-	-	4.296	-	5.603	-
Papaiz	Vendas de Bens e Serviços Serviços radiológicos	679	-	-	-	7.652	-	6.371	-
Papaiz	Demais custos operacionais Assistência odontológica	-	-	-	-	-	(43)	-	-
Papaiz	Demais custos operacionais Aluguel	-	-	-	-	-	(145)	-	-
Lúmax	Vendas de Bens e Serviços Serviços radiológicos	-	-	-	-	-	-	67	-
Odontoprev	Despesas de Seguros Serviços odontológicos	-	563	-	-	-	(24.131)	-	(18.458)
Odontoprev	Despesas de Seguros Materiais odontológicos	-	-	-	-	-	(3.193)	-	(3.548)
Clidec	Demais custos operacionais Materiais odontológicos	-	-	-	-	-	-	-	(22)
Boutique Dental	Receitas patrimoniais Aluguel	-	-	-	-	145	-	-	-
Boutique Dental	Demais custos operacionais Serviços radiológicos	-	116	-	-	-	(430)	-	-
Easy	Despesas administrativas Assistência odontológica	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Easy	Despesas administrativas Serviços administrativos	-	-	-	-	-	(74)	-	(71)
Odontoprev	Dividendos a receber	8.300	-	-	-	-	-	-	-
Odontoprev Serviços	Dividendos a pagar	-	8.300	-	-	-	-	-	-
Odontoprev	Outras contas a receber	65	-	-	-	-	-	-	-
Odontoprev Serviços	Outras contas a pagar	-	65	-	-	-	-	-	-
MaChiron	Intangível Desenvolvimento de sistemas	-	-	2.056	-	-	-	-	-
Pessoal-chave da administração	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	7	-	-	-
Total		15.430	15.430	7.204	5.148	159.835	(159.828)	161.484	(161.484)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas Controladas mantém operações com empresas da Organização Bradesco, da qual a Bradesco Gestão¹, acionista da Odontoprev faz parte:

Consolidado						Exercício findo em		Exercício findo em	
Empresas relacionadas com Banco Bradesco	Classificação Natureza	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Alelo S.A.	Despesas de Seguros Benefícios a funcionários	-	-	-	33	-	(5.716)	-	(5.435)
Banco Bradescard S.A.	Despesas de Seguros Custo de aquisição	61	1.472	29	-	-	(8.208)	-	(3.478)
Banco Bradesco S.A.	Conta corrente	2.126	-	6.713	-	-	-	-	-
Banco Bradesco S.A.	Aplicação financeira	684.121	-	887.225	-	101.336	-	110.208	-
Banco Bradesco S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	10	-	10	-	49.439	-	50.309	-
Banco Bradesco S.A.	Despesas com Seguros Viagens e estadias - diretoria e funcionários	-	-	-	-	-	(2.248)	-	(2.119)
Banco Bradesco S.A.	Despesas Financeiras Escrituração de ações	-	-	-	-	-	(325)	-	(229)
Banco Bradesco S.A.	Despesas de Seguros Aluguéis sucursais	-	-	-	-	-	(263)	-	(262)
Banco Bradesco S.A.	Despesas Financeiras Administração de aplicações	-	-	-	-	-	(384)	-	(439)
Banco Bradesco S.A.	Despesas Financeiras Tarifa bancária	-	-	-	-	-	(3.781)	-	(3.732)
Banco Bradesco S.A.	Direito de Uso e Passivo de Arrendamento	797	937	937	1.061	-	(256)	-	(262)
Bradesco Auto-Re Companhia De Seguros	Despesas de Seguros Seguro de responsabilidade civil e seguro fiança	-	-	-	-	-	(7)	-	-
Bradesco S/A Corretora De Títulos E Valores Mobiliários	Despesas de Seguros Seguro de aquisição	-	-	-	2.419	-	(6)	-	(39)
Bradesco Capitalização S.A.	Títulos de capitalização	10.972	-	4.360	-	761	(3.864)	587	(4.035)
Bradesco Saúde S.A.	Despesas de Seguros Assistência médica - funcionários	-	-	-	-	-	(19.113)	-	(18.165)
Bradesco Saúde S.A.	Dividendos e JCP	-	71.076	-	142.994	-	-	-	-
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Despesas de Seguros Previdência privada - funcionários	-	-	-	-	-	(1.830)	-	(1.684)
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Despesas de Seguros Seguro de vida - funcionários	-	-	-	-	-	(409)	-	(638)
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Despesas de Seguros Seguro em grupo	-	-	-	-	-	(19)	-	-
Bradescor Corretora De Seguros Ltda.	Despesas de Seguros Custo de aquisição	245	2.455	74	372	-	(4.409)	-	(1.484)
Bradseg Promotora de Vendas S.A.	Despesas de Seguros Custo de aquisição	6.181	11.657	334	4.301	-	(31.418)	-	(31.405)
Bsp Empreendimento Imobiliário D166 Ltda.	Despesas de Seguros Aluguéis sucursais	-	-	-	-	-	(63)	-	(69)
Bsp Empreendimento Imobiliário D166 Ltda.	Direito de Uso e Passivo de Arrendamento	421	498	514	587	-	(126)	-	(133)
Bsp Park Estacionamentos E Participações S.A.	Despesas de Seguros Estacionamento	-	-	-	-	-	(4)	-	(6)
Bsp Empreendimentos Imobiliários R12 Ltda.	Direito de Uso e Passivo de Arrendamento	261	308	313	357	-	(73)	-	(77)
Bsp Empreendimentos Imobiliários R12 Ltda.	Despesas de Seguros Aluguéis sucursais	-	-	-	-	-	(23)	-	(21)
Mediservive	Outras Receitas Operacionais Taxa de administração	-	-	-	-	265	-	293	-
Santecorp Holding Ltda	Despesas de Seguros Serviços médicos/ambulatoriais	-	-	-	-	-	(474)	-	(466)
Santecorp Holding Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	17	-	14	-
Stelo S.A.	Despesas Financeiras Taxa de administração	-	-	-	-	-	(854)	-	(333)
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	Despesas de Seguros Seguro garantia judicial	-	-	-	-	-	(257)	-	(297)
Banco Digio S.A.	Despesas de Seguros Custo de aquisição	1	6	1	5	-	(15)	-	(21)
Fleury CPMA	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	61	-	58	-
Fleury S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	3.188	-	3.098	-
Instituto De Radiologia De Natal Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	45	-	44	-
Centro De Patologia Clínica Ltda.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	10	-	7	-
Saúde Newco Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	2	-	5	-
Metodos Laboratório, Analises Clinicas E Hematologia Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	30	-	22	-
Genesis Analises Genomicas S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	63	-	39	-
Instituto Hermes Pardini S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	756	-	653	-
Laboratório Padrão S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	76	-	71	-
Diagnóstico Por Imagem Sete Lagoas Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	4	-	2	-
Toxicologia Pardini Laboratórios S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	17	-	16	-
Pardis Pardini Distribuidora Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	1	-	1	-
Laboratório De Patologia Clínica Drº Paulo C. De Azevedo	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	58	-	81	-
Instituto De Analises Clinicas De Santos	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	52	-	47	-
Anatomia Patológica Hugo Silviano Branda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	2	-	3	-
Haitong Banco De Investimentos Do Brasil S.A.	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	155	-	157	-
Bradescard México, Sociedad De Responsabilidad Limitada	Despesas de Seguros Custo de aquisição	-	1.000	-	149	-	(7.423)	-	(2.359)
CIP Centro de Infusoes Pacaembu Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	5	-	-	-
LSL Laboratório Análises Clinicas Ltda	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	2	-	-	-
Pessoal-chave da administração	Despesas de Seguros Custo de aquisição	3	1	5	-	-	(9)	-	(3)
Pessoal-chave da administração	Receita de Seguros Planos odontológicos	-	-	-	-	5	-	4	-
Pessoal-chave da administração	Despesas com Seguros Despesas administrativas	-	-	-	-	-	(3.128)	-	(1.592)
Pessoal-chave da administração	Intangível Desenvolvimento de sistemas	3.367	-	1.116	-	-	-	-	-
Pessoal-chave da administração	Contas a pagar Fornecedores de serviços	-	510	-	97	-	-	-	-
Pessoal-chave da administração	Despesas de Seguros Eventos ocorridos	-	-	-	-	-	(14)	-	(13)
Pessoal-chave da administração	Despesas de Seguros Consultoria	-	-	-	-	-	(24)	-	(4)
		708.566	89.920	901.631	152.375	156.350	(94.743)	165.719	(78.800)

¹Em decorrência de reorganização societária interna do grupo econômico Bradesco, a Bradesco Gestão recebeu, por meio de cisão parcial aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 17/12/2025, da Bradesco Saúde S.A. (“Bradesco Saúde”), anteriormente acionista direta da Companhia e controlada da Bradesco Gestão, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Odontoprev, correspondentes a 292.213.236 (duzentos e noventa e dois milhões, duzentas e treze mil, duzentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas de 53,54% (cinquenta e três vírgula cinquenta e quatro por cento) do capital social total e votante da Companhia. A atualização da posição acionária não implica alteração na composição do controle final ou na estrutura administrativa da Companhia.

A Companhia contratou seguro de garantia judicial relacionado aos autos de infração de *Stock Options*, nos quais tais apólices foram contratadas junto à *Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (Swiss Re Brasil)* que mantém um investimento com a Bradesco Seguros S.A. (Bradesco Seguros).

A Companhia e suas Controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e Administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2025, foram apropriados, à título de participações nos resultados, os montantes de R\$24.621 (R\$29.271 em 31 de dezembro de 2024) e R\$29.306 (R\$34.247 em 31 de dezembro de 2024) na Companhia e no Consolidado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia implementou em 2019 o Programa de Incentivo de Longo Prazo (Programa ILP), o qual estabelece os critérios para o pagamento de bônus em dinheiro, correspondente a múltiplos de salários, a ser feito pela Companhia e suas Controladas aos beneficiários elegíveis após o período de apuração, desde que cumpridas as metas e condições estabelecidas nos termos e para as finalidades.

O período de apuração corresponde a 3 anos e o pagamento fica condicionado ao atingimento de metas de *performance* corporativa pré-estabelecidas pelo Conselho de Administração e à condição de serviço.

Em 31 de dezembro de 2025 foram apropriados no resultado do período, os montantes de R\$20.470 e R\$22.004 na Companhia e no Consolidado respectivamente (R\$20.417 e R\$22.130 em 31 de dezembro de 2024).

O programa de opção de compra de ações (*stock options*) segue vigente, na forma como aprovado em Assembleia de Acionistas, tendo a última outorga sido efetuada em 2016.

A remuneração anual fixa atribuída aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como a remuneração fixa e variável destinada à Diretoria Estatutária, encontram-se no quadro a seguir:

	Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Diretoria Estatutária	20.298	24.191
Pró-labore	6.002	6.106
Benefícios	716	798
Previdência privada	282	331
Bônus	6.879	10.127
ILP	6.419	6.829
Conselho de Administração	6.192	3.714
Pró-labore	6.192	3.714
Conselho Fiscal	522	522
Pró-labore	522	522
	27.012	28.427

Os Conselhos de Administração e Fiscal incluem membros que integram a administração do Banco Bradesco S.A. e Bradesco Seguros.

A Companhia não é patrocinadora de benefício pós-emprego (com exceção de plano de previdência complementar) ou de rescisão de contrato de trabalho.

27. Evento subsequente

Conforme fato relevante, publicado em 06 de janeiro de 2026, em decorrência de reorganização societária interna do grupo econômico Bradesco, a Bradseg Participações S.A. (“Bradseg”) recebeu, por meio de cisão parcial, da Bradesco Gestão de Saúde S.A., (“Bradesco Gestão”), anteriormente acionista direta da Companhia e controlada da Bradseg, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Odontoprev, correspondentes a 292.213.236 (duzentos e noventa e dois milhões, duzentas e treze mil, duzentas e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas de 53,54% (cinquenta e três vírgula cinquenta e quatro por cento) do capital social total e votante da Companhia. A atualização da posição acionária não implica alteração na composição do controle final ou na estrutura administrativa da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DA COMPANHIA						
Posição em 31/12/2025						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bradesco Gestão de Saúde S.A.	292.213.236	53,54	-	-	292.213.236	53,54
Ações em tesouraria	732.100	0,13	-	-	732.100	0,13
Ações em circulação	252.879.950	46,33	-	-	252.879.950	46,33
Total	545.825.286	100,00	-	-	545.825.286	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Nome: Bradesco Gestão de Saúde S.A.			Posição em 31/12/2025			
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bradseg Participações S.A.	12.251.025.597	100,00	-	-	12.251.025.597	100,00
Total	12.251.025.597	100,00	-	-	12.251.025.597	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Nome: Bradseg Participações S.A.			Posição em 31/12/2025			
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco Bradesco S.A.	12.323	100,00	-	-	12.323	100,00
Total	12.323	100,00	-	-	12.323	100,00

*de acordo com o Formulário de Referência de 26/12/2025, disponível no site de RI do Banco Bradesco.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Nome: Banco Bradesco S.A.			Posição em 31/12/2025			
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Cidade de Deus Cia Cial Participações	2.445.219.983	46,10	1.292.135	0,02	2.446.512.118	23,10
Fundação Bradesco	914.471.634	17,24	3	0,00	914.471.637	8,63
NCF participações S.A.	451.890.822	8,52	119.774.968	2,26	571.665.790	5,40
Outros	1.484.788.342	27,99	5.159.574.141	97,57	6.644.362.483	62,73
Ações em tesouraria	7.500.000	0,14	7.500.000	0,14	15.000.000	0,14
Total	5.303.870.781	100,00	5.288.141.247	100,00	10.592.012.028	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Nome: Cidade de Deus Cia Cial Participações			Posição em 31/12/2025			
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	2.779.096.924	35,44	-	-	2.779.096.924	35,44
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	3.758.724.093	47,93	-	-	3.758.724.093	47,93
Outros	1.304.138.507	16,63	-	-	1.304.138.507	16,63
Total	7.841.959.524	100,00	-	-	7.841.959.524	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Nome: NCF Participações S.A.			Posição em 31/12/2025			
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Cidade de Deus Cia Cial Participações	1.430.717.378	74,72	-	-	1.430.717.378	39,51
Fundação Bradesco	481.149.175	25,13	1.706.485.482	100,00	2.187.634.657	60,41
Nova Cidade de Deus Participações S.A.	2.864.526	0,15	-	-	2.864.526	0,08
Total	1.914.731.079	100,00	1.706.485.482	100,00	3.621.216.561	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Nome: Nova Cidade de Deus Participações S.A.			Posição em 31/12/2025			
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
BBD Participações S.A.	189.425.112	53,70	-	-	189.425.112	26,07
Fundação Bradesco	163.332.621	46,30	373.794.914	100,00	537.127.535	73,93
Total	352.757.733	100,00	373.794.914	100,00	726.552.647	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Nome: BBD Participações S.A.			Posição em 31/12/2025			
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em tesouraria	46.126.598	20,80	9.696.750	4,38	55.823.348	12,59
NCD Participações Ltda	67.114.094	30,27	141.898.399	64,05	209.012.493	47,15
Outros	108.504.179	48,93	69.965.077	31,58	178.469.256	40,26
Total	221.744.871	100,00	221.560.226	100,00	443.305.097	100,00

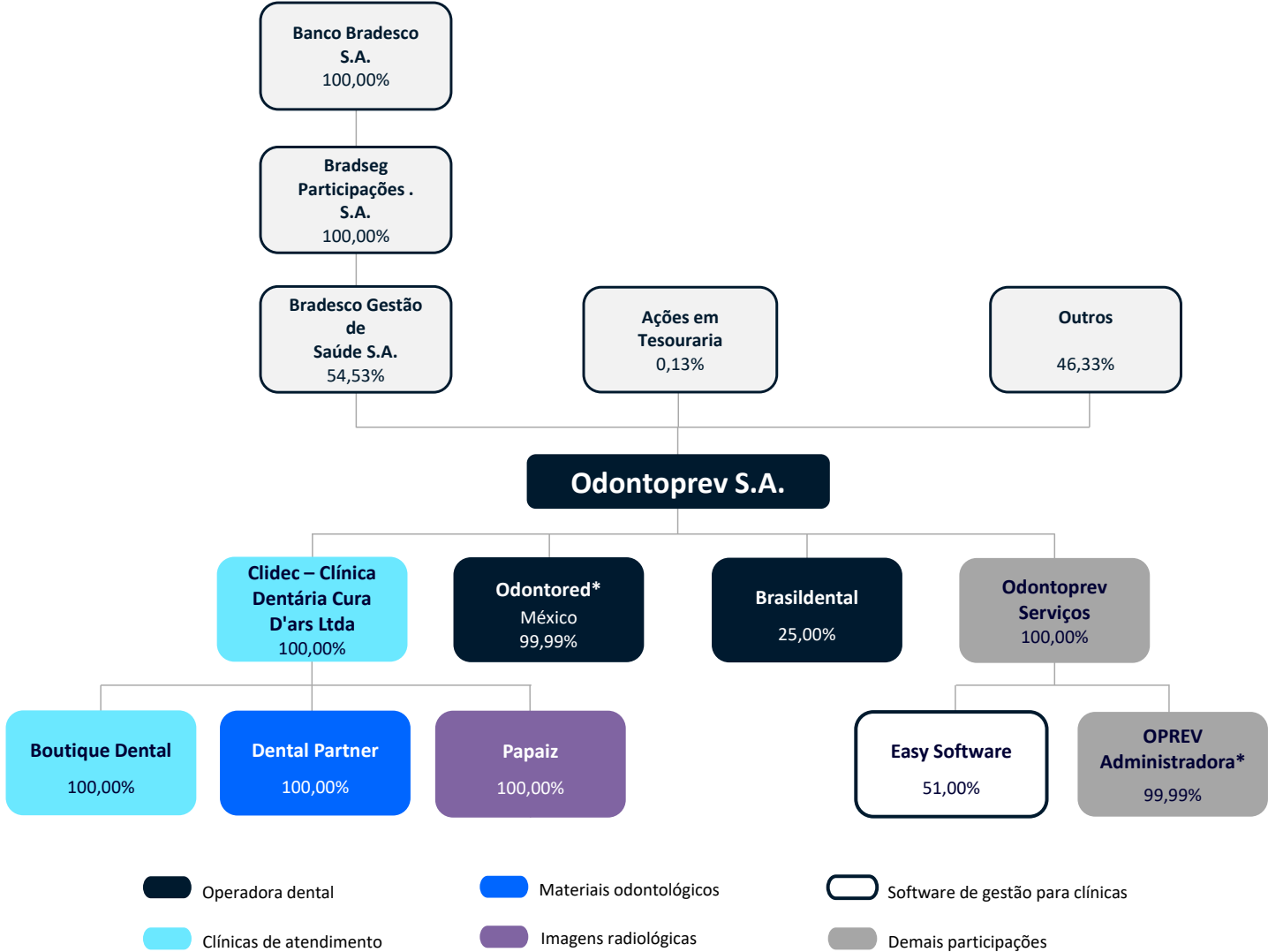
DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Nome: NCD Participações Ltda			Posição em 31/12/2025			
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	2.793.303.110	100,00	-	-	2.793.303.110	100,00
Total	2.793.303.110	100,00	-	-	2.793.303.110	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2025						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%
Administradores Controladores	292.213.236	53,54	-	-	292.213.236	53,54
Administradores	1.143.979	0,21	-	-	1.143.979	0,21
Ações em Tesouraria	732.100	0,13	-	-	732.100	0,13
Outros	251.735.971	46,12	-	-	251.735.971	46,12
Total	545.825.286	100,00	-	-	545.825.286	100,00
Ações em Circulação	251.735.971	46,12	-	-	251.735.971	46,12

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/12/2024						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%
Administradores Controladores	292.213.236	52,89	-	-	292.213.236	52,89
Administradores	1.134.378	0,21	-	-	1.134.378	0,21
Ações em Tesouraria	6.188.777	1,12	-	-	6.188.777	1,12
Outros	252.959.272	45,78	-	-	252.959.272	45,78
Total	552.495.663	100,00	-	-	552.495.663	100,00
Ações em Circulação	252.959.272	45,78	-	-	252.959.272	45,78

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



* A Clidec – Clínica Dentária Cura D'ars Ltda possui participação de 0,000003% na Odontored e 0,002% na OPREV Administradora.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Odontoprev S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Odontoprev S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração dos contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.2 e 14, a Companhia possui contratos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (BBA) no montante de R\$ 90.059 mil em 31 de dezembro de 2025.

Para mensurar os saldos contábeis dos contratos de seguros, a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na seleção das metodologias e definição de premissas utilizadas na mensuração do fluxo de caixa de cumprimento, que incluem a expectativa de sinistros e a permanência dos beneficiários.

Identificamos a avaliação da mensuração dos saldos contábeis dos contratos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (BBA) como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das metodologias e premissas atuariais utilizadas na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento que, se alteradas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses saldos contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

i. Testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à mensuração dos saldos contábeis de contratos de seguros. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação das metodologias e definição e aplicação das premissas utilizadas na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, que incluem a expectativa de sinistros e a permanência dos beneficiários;

ii. Envolvermos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram, com base em amostragem selecionada: (i) na avaliação das metodologias de mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, cálculo das taxas de desconto e dos ajustes ao risco não financeiro, em relação aos requisitos da prática contábil aplicável, bem como na avaliação das metodologias utilizadas pela Companhia em relação a modelos de mensuração conhecidos e aplicáveis; e (ii) na avaliação das premissas relacionadas a expectativa de sinistros e permanência dos beneficiários, por meio de comparação com dados externos, recálculos independentes e testes de sensibilidade e de revisão retrospectiva dessas premissas.

iii. Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração dos saldos contábeis de contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Avaliação do valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.6.1 (e) (i) e 12.1, a Companhia possui ágios decorrentes de aquisições de investimentos. A Companhia realiza testes de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente, ou quando há eventos ou circunstâncias que

indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Como parte do teste de redução ao valor recuperável desses ativos, a Companhia estimou valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, cuja mensuração está fundamentada em projeções futuras baseadas no plano de negócios e no orçamento, preparados pela Companhia baseado em dados históricos, premissas econômicas e de negócios, principalmente a expectativa de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, para cada Unidade Geradora de Caixa. Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das premissas de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, e ao potencial impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

i. Testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados ao processo de desenvolvimento e aprovação das premissas de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, utilizadas na avaliação dos estudos de recuperabilidade elaborados pela Companhia;

ii. Envolvermos profissionais de finanças corporativas com conhecimentos específicos que nos auxiliaram: (i) na avaliação das premissas utilizadas, tais como crescimento da base de beneficiários e período de projeção dos fluxos de caixa, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; (ii) na avaliação da taxa de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxa de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis; (iii) na avaliação da precisão matemática dos cálculos do valor presente; e

iii. Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação do valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Luciano Agulho Vecchi
Contador CRC 1SP-281259/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declaram que examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"), bem como a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 26 de fevereiro de 2026, o Conselho Fiscal, por unanimidade dos seus membros, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Os membros do Comitê de Auditoria da Odontoprev S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, conforme previsto no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como da proposta de destinação do resultado do exercício, e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Odontoprev S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.119.199/0001-51 ("Companhia"), nos termos do artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Odontoprev S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.119.199/0001-51 ("Companhia"), nos termos do artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda., referentes às Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026

ANEXO V

ODONTOPREV S.A.

CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51

NIRE 35.300.156.668

Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declaram que examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"), bem como a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 26 de fevereiro de 2026, o Conselho Fiscal, por unanimidade dos seus membros, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026

Ivan Maluf Junior

Vanderlei Dominguez da Rosa

Sérgio Moreno

ANEXO VI

ODONTOPREV S.A.

CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51

NIRE 35.300.156.668

Companhia Aberta

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria da Odontoprev S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, conforme previsto no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como da proposta de destinação do resultado do exercício, e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes Ltda., opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026

Membros:

César Suaki dos Santos

Leonardo de Assis Portugal

Marcelo Santos Dall'Occo

ANEXO VII

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DA COMPANHIA**



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Odontoprev S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Odontoprev S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Odontoprev S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração dos contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.2 e 14, a Companhia possui contratos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (BBA) no montante de R\$ 90.059 mil em 31 de dezembro de 2025.

Para mensurar os saldos contábeis dos contratos de seguros, a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na seleção das metodologias e definição de premissas utilizadas na mensuração do fluxo de caixa de cumprimento, que incluem a expectativa de sinistros e a permanência dos beneficiários.

Identificamos a avaliação da mensuração dos saldos contábeis dos contratos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (BBA) como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das metodologias e premissas atuariais utilizadas na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento que, se alteradas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses saldos contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- i. Testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à mensuração dos saldos contábeis de contratos de seguros. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação das metodologias e definição e aplicação das premissas utilizadas na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, que incluem a expectativa de sinistros e a permanência dos beneficiários;
- ii. Envolvermos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram, com base em amostragem selecionada: (i) na avaliação das metodologias de mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, cálculo das taxas de desconto e dos ajustes ao risco não financeiro, em relação aos requisitos da prática contábil aplicável, bem como na avaliação das metodologias utilizadas pela Companhia em relação a modelos de mensuração conhecidos e aplicáveis; e (ii) na avaliação das premissas relacionadas a expectativa de sinistros e permanência dos beneficiários, por meio de comparação com dados externos, recálculos independentes e testes de sensibilidade e de revisão retrospectiva dessas premissas.
- iii. Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração dos saldos contábeis de contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Avaliação do valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.6.1 (e) (i) e 12.1, a Companhia possui ágios decorrentes de aquisições de investimentos. A Companhia realiza testes de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente, ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Como parte do teste de redução ao valor recuperável desses ativos, a Companhia estimou valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, cuja mensuração está fundamentada em projeções futuras baseadas no plano de negócios e no orçamento, preparados pela Companhia baseado em dados históricos, premissas econômicas e de negócios, principalmente a expectativa de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, para cada Unidade Geradora de Caixa.

Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das premissas de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, e ao potencial impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- i. Testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados ao processo de desenvolvimento e aprovação das premissas de crescimento da base de beneficiários, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, utilizadas na avaliação dos estudos de recuperabilidade elaborados pela Companhia;
- ii. Envolvermos profissionais de finanças corporativas com conhecimentos específicos que nos auxiliaram:
(i) na avaliação das premissas utilizadas, tais como crescimento da base de beneficiários e período de projeção dos fluxos de caixa, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; (ii) na avaliação da taxa de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxa de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis; (iii) na avaliação da precisão matemática dos cálculos do valor presente; e
- iii. Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação do valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS *Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

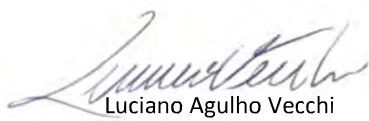
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Luciano Agulho Vecchi
Contador CRC 1SP-281259/O-1

ANEXO VIII

ODONTOPREV S.A.

CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51

NIRE 35.300.156.668

Companhia Aberta

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Odontoprev S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.119.199/0001-51 ("Companhia"), nos termos do artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026

Diretores:

Elsen Christian de Carvalho Carmo

José Roberto Borges Pacheco

André Chidichimo de França

Rose Gabay

Renato Alves Costa

Marcos Pimentel de Viveiros

ODONTOPREV S.A.
CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51
NIRE 35.300.156.668
Companhia Aberta

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Odontoprev S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2104, 21º andar, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.119.199/0001-51 ("Companhia"), nos termos do artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda., referentes às Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Barueri/SP, 26 de fevereiro de 2026

Diretores:

Elsen Christian de Carvalho Carmo

José Roberto Borges Pacheco

André Chidichimo de França

Rose Gabay

Renato Alves Costa

Marcos Pimentel de Viveiros

ANEXO IX

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA,
NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

2.1 CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS

Os diretores devem comentar sobre

a) Os comentários de desempenho abaixo mantêm a comparabilidade de dados das séries históricas, e não se baseiam na norma IFRS17, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023, nas Demonstrações Financeiras.

2025:

O modelo de negócios da Odontoprev, sustentado por 37 anos de experiência, conta com foco exclusivo em planos odontológicos, objetivando economias de escala, eficiência de custo, máxima qualidade e confiabilidade dos serviços prestados.

Em 2025, a receita líquida atingiu R\$2.390 milhões, crescimento de 5,3% sobre o ano anterior, com tíquete médio de R\$22,23 por beneficiário por mês, comparado a R\$21,81 no ano anterior.

Ao final do exercício, a Companhia contava com 9.263.729 beneficiários, com 339 mil novos clientes no ano. A carteira foi composta por 70% de clientes corporativos, 20% de pequenas e médias empresas (PME) e 10% por clientes de planos individuais.

Os produtos massificados, destinados a pequenas e médias empresas (PME) e planos individuais, nos quais a Odontoprev conta com canais de distribuição exclusivos, representaram em 2025, 30% das vidas e 41% da receita consolidada, em tendência alinhada ao Planejamento Estratégico da Companhia.

O posicionamento único da Odontoprev com relação à liderança no desenvolvimento e expansão dos segmentos massificados, os quais apresentam tíquete superior, menor número de competidores, crescimento acelerado em relação ao mercado e margens de contribuição mais elevadas tem sido diferencial competitivo recente. Além disso, reforçando a estratégia, os produtos não corporativos apresentam significativas barreiras à entrada como escala e qualidade de distribuição, risco de crédito do cliente de pequeno porte ou individual, seleção adversa e tecnologia de gestão, diferenciais claros do modelo de negócios Odontoprev.

O custo de serviços, equivalente aos eventos de tratamento odontológico, representou 38,9% da receita líquida no ano, superior aos 38,4% registrados em 2024.

As despesas administrativas foram de 15,5% da receita líquida em 2025, sendo que em 2024 foram de 15,3%.

A geração de caixa, medida pelo critério EBITDA ajustado, foi de R\$741 milhões em 2025, 6,7% acima em comparação a 2024, de R\$694 milhões. Em relação à receita, a margem EBITDA foi de 31,0%, superior aos 30,6% do ano anterior

(1) EBITDA, ou o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)

O lucro líquido recorrente atingiu R\$550 milhões em 2025, 4,1% acima do registrado em 2024.

Caixa líquido de R\$713 milhões ao final de 2025, sem endividamento, e ROE de 43%.

O Patrimônio Líquido da Companhia ao final do exercício de 2024 foi de R\$1.299 milhões. A prática de alocação de capital da Companhia privilegia o pagamento regular de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio, além de Programas de Recompra de Ações.

A Odontoprev adota, desde a abertura de capital em 2006, os mais elevados padrões de Governança Corporativa, até mesmo superando as práticas do Novo Mercado.

A relação da Odontoprev com os seus stakeholders prima pela transparência. A Diretoria está comprometida em gerar valor aos acionistas, com visão de longo prazo, indispensável para a sustentabilidade do negócio.

Com o objetivo de avaliar a situação financeira e patrimonial da Companhia, a Diretoria utiliza vários indicadores, dentre os quais são destacados:

- Indicadores de liquidez: a Diretoria da Companhia entende que apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio; e
- Dívida líquida: a Companhia, desde a sua fundação, por política, prioriza recursos próprios e geração interna de caixa, não tendo qualquer passivo junto a terceiros.

Na avaliação do ciclo de caixa identificamos os ativos e passivos que melhor refletem as atividades da operadora e constatamos que:

PMR: prazo de 0 dia em 2023, 2024 e 2025.

PME: prazo de 1 dia em 2023, 0 dia em 2024 e 0 dia em 2025. A Odontoprev mantém modesto estoque de materiais odontológicos em controlada.

PMP: 33 dias em 20223, 31 dias em 2024 e 24 dias em 2025.

As variações nos prazos mencionados acima podem impactar a Companhia gradativamente, implicando em eventuais necessidades de giro dado o deslocamento entre a liquidação do contas a receber e o pagamento à rede credenciada.

A gestão de curto prazo do capital está equilibrada. O perfil da Companhia é conservador, tendo em vista que a Companhia detém Necessidade de Investimento em Giro (NIG) negativa e Saldo Disponível (SD) positivo.

O EBITDA (no original em inglês, earnings before interest, tax, depreciation and amortization): é o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, despesas de depreciação e amortização. O FCO (Fluxo de Caixa Operacional) tem geração de caixa efetiva, converte mais de 80% do EBITDA em caixa.

Em 2021, o portfólio de aplicações financeiras da Companhia migrou, em parte, do Ativo circulante para títulos públicos de vencimento no longo-prazo, com taxas de juros pós-fixadas (70%) e pré-fixadas (30%) superiores à remuneração de curto-prazo, com mesmo perfil de risco de crédito. A Companhia mantém patamar de aplicações financeiras suficiente para a gestão operacional. Ao final de 2025, o caixa líquido atingiu R\$713 milhões, apresentando redução em comparação a R\$913 milhões em 2024. A Companhia não faz uso de derivativos.

Abaixo, os Indicadores Econômicos Financeiros desde 2023:

INDICADORES			31 de dezembro de 2025		31 de junho de 2025		31 de dezembro de 2024		30 de junho de 2024		31 de dezembro de 2023		30 de junho de 2023	
Tipo			Fórmulas		Dados	Indicador	Dados	Indicador	Dados	Indicador	Dados	Indicador	Dados	Indicador
L I Q U I D E Z	Corrente	Ativo circulante Passivo circulante	536.501 621.099	0,9	607.601 734.998	0,8	578.805 765.321	0,76	902.307 1.028.441	0,88	605.743 669.792	0,90	612.780 750.742	0,82
	Geral	Ativo circulante + realizável a longo prazo Passivo circulante + exigível a longo prazo	1.051.395 747.845	1,4	1.242.388 884.199	1,4	1.202.524 894.531	1,34	1.506.943 1.164.359	1,29	1.296.287 805.378	1,61	1.355.385 873.521	1,55
S O L V E N C I A	Geral	Ativo total Passivo circulante + Passivo não circulante	2.583.658 747.845	3,5	2.827.510 884.199	3,2	2.759.451 894.531	3,08	1.506.943 1.164.359	1,29	1.296.287 805.378	1,61	1.355.385 873.521	1,55
P R A Z O M É D I O	Recebimento (PMR)	Contraprestações presumíveis - provisão para prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG)x360 Contraprestações líquidas	-65.428 2.425.502	-9,7	-45.868 2.386.713	-6,9	-46.530 2.295.246	-7,3	-46.865 1.667.112	-10,1	-50.311 2.171.058	-8,3	-52.833 2.112.775	-9,0
	Estoque (PME)	Estoques x 360 Custo de serviços	26 924.040	0,0	6 875.888	0,0	56 867.232	0,0	25 881.804	0,0	1.423 828.086	0,6	5.220 791.904	2,4
	Pagamento (PMP)	Provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL) x 360 Eventos indenizáveis	55.664 824.147	24,3	59.497 765.181	28,0	65.655 758.107	31,2	79.892 775.420	37,1	70.172 775.156	32,6	62.510 767.780	29,3
	Ciclo de caixa	(PMR + PME) - PMP		-34,0		-34,9		-38,5		-47,2		-40,3		-35,9
C C L	CCL (capital circulante líquido)	Ativo circulante (-) Passivo circulante	536.501 621.099	- 84.598	607.601 734.998	- 127.397	578.805 765.321	- 186.516	902.307 1.028.441	- 126.134	605.743 669.792	- 64.049	612.780 750.742	- 137.962
N I G	NIG (necessidade de investimento em giro) é inferior a 0, logo não há necessidade de dinheiro oneroso para financiar capital de giro, sem risco.	Ativo operacional: Créditos de operações com planos de assistência à saúde Títulos e créditos a receber Estoques Outros valores e bens (-) Passivo operacional: Provisões técnicas Obrigações sociais e trabalhistas Obrigações sociais Tributos e contribuições a recolher Fornecedores Outras obrigações	200.544 98.371 48.159 26 53.987 621.099 302.534 71.995 0 37.573 49.454 159.543	-420.555	193.874 106.480 35.607 6 51.781 734.998 286.881 55.640 0 47.646 51.355 293.476	-541.124	182.540 107.971 43.219 56 31.294 765.321 302.848 69.765 0 47.600 44.246 300.862	-582.781	186.627 117.770 28.914 25 39.918 1.037.643 323.938 62.826 9.202 33.789 33.013 574.875	-851.016	214.707 94.377 79.150 1.423 39.757 669.792 303.112 72.688 0 25.570 30.571 237.851	-455.085	283.090 199.740 37.878 5.220 40.252 750.742 397.440 57.469 0 44.870 42.388 208.575	-467.652
S D	SD (saldo disponível, quando negativo significa que a empresa precisa de capital de giro/alavancagem)	CCL (-) NIG (ou: Ativo financeiro - passivo financeiro)	-84.598 -420.555	335.957	-127.397 -541.124	413.727	-186.516 -582.781	396.265	-126.134 -851.016	724.882	-64.049 -455.085	391.036	-137.962 -467.652	329.690
N T F P	NTFP (necessidade total de financiamento)	NIG (+) Ativo permanente	-420.555 995.762	575.207	-541.124 977.521	436.397	-582.781 978.122	395.341	-851.016 947.841	96.825	-455.085 940.982	485.897	-467.652 925.088	457.436
F C O / E B I T D A	FCO (fluxo de caixa operacional)/EBITDA (taxa de conversão do resultado operacional em caixa)	FCO EBITDA ajustado	560.721 741.158	75,7%	574.401 761.010	75,5%	626.194 694.395	90,2%	586.232 662.402	88,5%	487.869 647.383	75,4%	500.538 615.685	81,3%

b) Estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada como relação entre capitais próprios e de terceiros é pouco alavancada, principalmente pelo fato de a Companhia não possuir empréstimos e/ou financiamentos, operando com recursos próprios e com passivos operacionais, em sua maioria de curto prazo.

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$1.286 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$1.299 milhões em 31 de dezembro de 2025.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia foi de R\$851 milhões em 2024 e 2025, dividido em 545.825.286 ações ordinárias, sem valor nominal.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do fluxo de caixa, acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Atualmente a Companhia utiliza como fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes somente recursos próprios e a geração de caixa operacional.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia possui recursos próprios e geração de caixa operacional suficientes para financiamento de capital de giro, sem necessidade de financiamento.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia nunca deteve empréstimos e/ou financiamentos desde sua fundação.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia nunca deteve empréstimos e/ou financiamentos desde sua fundação.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Análise comparativa dos resultados operacionais: exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	2025	AV¹ 2025	2024	AV¹ 2024
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
(+) Contraprestações líquidas	2.425.502	101,5	2.295.246	101,1
(+) Receita de vendas de bens e serviços	53.571	2,2	52.665	2,3
(+) Odontored (México)	32.501	1,4	40.185	1,8
Receita operacional bruta (ROB)	2.511.574	105,1	2.388.096	105,2
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	108.289	4,5	103.830	4,6
(-) Impostos sobre vendas de bens e serviços	13.393	0,6	14.479	0,6
Receita operacional líquida (ROL)	2.389.891	100,0	2.269.786	100,0
(-) Custo de serviços	924.040	38,7	867.232	38,2
Eventos indenizáveis líquidos	824.147	34,5	758.107	33,4
Odontored (México)	11.102	0,5	10.905	0,5
Materiais odontológicos	18.682	0,8	26.273	1,2
Demais custos operacionais e provisões/reversões	76.353	3,2	76.152	3,4
Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)	(5.810)	(0,2)	(4.701)	(0,2)
Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	(433)	-	498	-
Lucro bruto	1.465.850	61,3	1.402.553	61,8
(-) Despesas de comercialização	271.528	11,4	261.342	11,5
(+) Outras receitas operacionais	2.491	0,1	3.982	0,2
(-) Despesas administrativas	433.670	18,1	402.833	17,7
DA (base EBITDA ajustado)	370.506	15,5	346.682	15,3
Pessoal	202.771	8,5	187.579	8,3
Serviços de terceiros	86.019	3,6	79.946	3,5
Localização e funcionamento	45.289	1,9	43.590	1,9
Taxas e tributos	5.372	0,2	4.196	0,2
Publicidade e propaganda	25.811	1,1	25.516	1,1
Outras	5.244	0,2	5.855	0,3
DA (não base EBITDA ajustado)	63.164	2,6	56.152	2,5
Depreciação e amortização	57.003	2,4	49.793	2,2
Aquisições	0	0,0	0	0,0
Outros serviços de terceiros	0	0,0	0	0,0
Despesas de incorporação Mogidonto	0	0,0	0	0,0
Amortização de direito de uso	6.161	0,3	6.358	0,3
Reversão TSS / ANS	0	0,0	0	0,0
(-) Outras despesas operacionais	86.915	3,6	108.418	4,8
Provisão para perdas sobre créditos	35.603	1,5	52.040	2,3
Participações no resultado	29.306	1,2	34.248	1,5
Programa de Incentivo de longo prazo	22.004	0,9	22.130	1,0
(+) Resultado da equivalência patrimonial	5.707	0,2	5.997	0,3
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	681.936	28,5	639.938	28,2
(+/-) Resultado Financeiro líquido	99.214	4,2	109.808	4,8
Receitas financeiras	125.023	5,2	130.437	5,7
Despesas financeiras	25.809	1,1	20.629	0,9
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	781.149	32,7	749.746	33,0
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	230.726	9,7	220.850	9,7
Imposto de renda e contribuição social corrente	204.698	8,6	230.316	10,1
Imposto de renda e contribuição social diferido	26.028	1,1	(9.466)	(0,4)
Resultado líquido das operações continuadas	550.423	23,0	528.895	23,3
Participação minoritária em controlada	(34)	-	(111)	-
Lucro líquido	550.458	23,0	533.581	23,5

¹AV = Análise Vertical

Receita de vendas (ROL): em 2025, a receita líquida da Companhia atingiu R\$2.390 milhões, com aumento de 5,3% sobre o ano anterior. O tíquete médio, de R\$21,23 por beneficiário por mês, foi 1,9% maior em relação aos R\$21,81 observados em 2024, devido ao *mix* de vendas nos planos massificados

no período. O número de beneficiários Odontoprev atingiu 9.263.729 em 2025, com adição líquida de 339 mil novas vidas. A carteira foi composta por 70% de clientes corporativos, 20% de pequenas e médias empresas (PME) e 10% por clientes de planos individuais.

Custo de serviços (sinistralidade): O custo de serviços representou 38,9% da ROL em 2025, em comparação aos 38,4% registrados em 2024, com gestão por meio de ferramentas eletrônicas capazes de atestar a máxima qualidade dos procedimentos odontológicos realizados, em todo o Brasil, por cerca de 27.000 cirurgiões dentistas credenciados.

Despesas de comercialização: No ano de 2025, as despesas de comercialização representaram 11,4% da ROL, em comparação aos 11,5% da ROL observados em 2024, 0,1 p.p. menor. A Odontoprev conta com diversos canais de distribuição, entre corretores independentes, equipe própria de vendas, canais digitais e canais massificados visando clientes de varejo, notadamente PME e planos individuais.

Despesas administrativas (base de cálculo EBITDA ajustado): Basicamente representadas pela estrutura de pessoal, foram de 15,5% da receita líquida em 2025, ante 15,3% em 2024.

Provisão para perdas sobre créditos: Em 2025 foi de 1,5% da ROL, abaixo dos 2,3% observados em 2024, como resultado da contínua bancarização na receita dos planos individuais, mantendo o risco de crédito sob controle.

EBITDA e EBITDA ajustado: Em 2025, o EBITDA ajustado atingiu R\$741 milhões, maior 6,7% em comparação aos R\$694 milhões em 2024. Em relação à receita, a margem EBITDA ajustado foi de 31,0 %, superior aos 30,6% registrados no ano de 2024. Para fins de EBITDA ajustado, a PEONA (Provisão Para Eventos Ocorridos e Não Avisados) é excluída do Custo de Serviços, desde o IPO de 2006. A Diretoria aponta que os resultados observados na geração de caixa em 2025 são função direta da adequada estratégia comercial, qualidade diferenciada dos serviços prestados e foco exclusivo na cadeia de valor dental.

	2025		2024		Δ%	Δ% p.p. ROL
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		
Lucro líquido	550.459	23,0	533.581	23,5	3,2	(0,5)
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente	204.698	8,6	230.316	10,1	(11,1)	(1,5)
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	26.028	1,1	(9.466)	(0,4)	(375,0)	1,5
(-) Receitas financeiras	125.023	5,2	130.437	5,7	(4,2)	(0,5)
(+) Despesas financeiras	25.808	1,1	20.629	0,9	25,1	0,2
(-) Participação minoritária em controlada	34	0,0	111	0,0	(69,8)	-
(+) Depreciação e amortização	57.003	2,4	49.793	2,2	14,5	0,2

(+) Amortização de direito de uso (IFRS 16)	6.161	0,3	6.358	0,3	(3,1)	-
(-) Resultado de equivalência patrimonial	5.707	0,2	5.997	0,3	(4,8)	(0,1)
EBITDA	739.393	30,9	694.667	30,6	6,4	0,3
(+) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(5.810)	(0,2)	(4.701)	(0,2)	23,6	-
(+) Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	(433)	(0,0)	498	0,0	(186,9)	-
(+) EBITDA Pro Forma Brasildental	8.008	0,3	8.504	0,4	(5,8)	(0,1)
EBITDA ajustado	741.158	31,0	694.394	30,6	6,7	0,4

Resultado financeiro líquido: foi de R\$99 milhões, 4,9% da ROL, em 2025 e apresentou queda de 9,6% em comparação ao resultado financeiro líquido de 2024 de R\$109 milhões, 4,8% da ROL.

IRPJ e CSLL: Os valores correntes significaram despesa de R\$204,7 milhões em 2025, enquanto os diferidos representaram um débito de R\$26 milhões. A alíquota efetiva apurada no resultado de 2025 foi de 29,5%, em comparação a 29,4% em 2024.

R\$ mil, exceto onde especificado	2025	2024	Δ%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	781.152	755.206	3,4
<u>Despesa contabilizada</u>			
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	204.698	231.202	11,5
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	26.027	(9.466)	375,0
Total da despesa contabilizada	230.725	221.736	4,1
Alíquota efetiva total (%)	29,5%	29,4%	0,6

Lucro líquido: No ano, atingiu R\$550 milhões, 3,2% acima de 2024. A Diretoria acredita que os resultados atingidos no ano refletem o modelo de gestão, e tem demonstrado, no tempo, os diferenciais do modelo de negócio.

(em R\$ mil)	2025	2024	Δ	Δ %
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	550.425	533.470	16.955	3,2%
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	324.797	329.181	-4.384	-1,3%
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	875.222	862.651	12.571	1,5%
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(78.843)	(26.028)	(52.815)	202,9%
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(235.658)	(210.429)	(25.229)	12,0%
CAIXA GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	560.721	626.194	-65.473	-10,5%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de imobilizado	(6.248)	(10.552)	4.304	-40,8%
Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software	(78.719)	(81.997)	3.278	-4,0%
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	6.050	6.325	(275)	-4,3%
Alienação de imobilizado e intangível	86	169	(83)	-49,1%
Baixa de investimentos por incorporação	1.231	-	-	0,0%
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(77.600)	(86.055)	8.455	-9,8%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos pagos	(523.060)	(500.254)	(22.806)	4,6%
Juros sobre Capital próprio pagos	(139.072)	(42.504)	(96.568)	227,2%
Recompra de ações - em tesouraria	(12.888)	(69.153)	56.265	-81,4%
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(683.358)	(618.885)	(64.473)	10,4%
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(200.235)	(78.746)	(121.489)	154,3%
CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
Saldo inicial	913.403	992.149	(78.746)	-7,9%
Saldo final	713.168	913.403	-200.235	-21,9%
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(200.235)	(78.746)	(121.489)	154,3%

Fluxo de caixa: Em 2024, houve consumo de caixa de R\$200 milhões, principalmente pelo aumento no total de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos (aumento de R\$121 milhões).

Historicamente, os investimentos em ativo fixo (capex) não tem sido significativo em relação à geração interna de caixa, conforme demonstrado na tabela a seguir:

(em R\$ mil)	2025	2024	Δ%
Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software	78.719	81.506	(3,4)
Equipamentos de computação	3.552	6.360	(44,2)
Equipamentos odontológicos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos	521	1.200	(56,6)
Benfeitorias em instalações	1.135	2.227	(49,0)
Outros	1.036	1.256	(17,5)
Total dos investimentos (CAPEX)	84.963	92.549	(8,2)

A Diretoria mantém a Companhia sem nenhum endividamento bancário, também não havendo nenhuma obrigação contratual que implique em pagamento pecuniário relevante.

Operações não registradas no balanço patrimonial: não efetuamos nenhuma operação não registrada em balanços patrimoniais.

2.2 RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIRO

Os comentários de desempenho abaixo mantêm a comparabilidade de dados das séries históricas, e não se baseiam na norma IFRS17, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023, nas Demonstrações Financeiras.

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Receita Operacional Líquida ou Receita de Vendas da Companhia é composta de: (i) contraprestações líquidas, (ii) vendas de bens e serviços, (iii) tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde e (iv) impostos sobre vendas de bens e serviços.

As contraprestações líquidas são geradas a partir de mensalidades e pagamentos referentes aos planos odontológicos e, segundo o plano de contas da ANS, excluem as receitas com prestação de serviços, como as oriundas de consultórios próprios de atendimento.

As receitas de vendas de bens e serviços são provenientes das controladas da Companhia.

Os diretores da Companhia avaliam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, as principais fontes de receita foram decorrentes das contraprestações líquidas geradas das mensalidades e pagamentos referentes aos planos odontológicos.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Na opinião dos Diretores, as variações das receitas no exercício podem ser assim atribuídas aos seguintes fatores:

2025

A receita líquida cresceu 5,3% no período, passando de R\$2.270 milhões em 2024 para R\$2.390 milhões em 2025, conforme fatores descritos no item 2.1 (a)(i) acima.

Outros fatores que afetaram materialmente resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos:

- Mix de produtos, na qual os segmentos massificados representaram 29,6% das vidas e 40,8% da receita.
- Crescimento de 1,9% do tíquete médio em 2025 e crescimento de 3,8% no número de beneficiários no ano, sendo 339 mil novas vidas.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia não está exposta às variações das taxas de câmbio. As principais alterações das nossas receitas são afetadas principalmente pelo tíquete médio, pelo número de novos beneficiários e pela mudança de mix de produtos.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e poder aquisitivo da

população, gerando consequências negativas para os nossos negócios, nossa condição financeira, os nossos resultados operacionais ou afetar adversamente o preço das nossas ações ordinárias. Além disso, caso o Brasil venha registrar altas taxas de inflação, poderemos não ser capazes de ajustar os nossos preços de forma a compensar os efeitos da inflação sobre os nossos custos.

Nos últimos três anos, reajustamos os preços das mensalidades dos contratos corporativos a um ritmo marginalmente inferior ao da inflação (IPCA). Quanto aos contratos individuais, o reajuste tem por base os índices de inflação de mercado, à escolha do cliente.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No último exercício social, a Companhia foi impactada por maior custo de serviços em relação à receita líquida, ou seja, o montante dispendido junto aos cirurgiões dentistas credenciados, de forma não linear.

O custo de serviços é resultado de negociação individualizada de remuneração junto a cada profissional credenciado, levando em consideração sua especialização acadêmica, disponibilização de agenda para beneficiários Odontoprev e localização geográfica.

Em 2025, a parcela de custo de serviços representou 38,9% em relação à receita, acima dos 38,4% em 2024, mas abaixo dos níveis históricos, devido ao mix de produtos, em que o segmento corporativo apresentara sinistralidade em linha com a média histórica, enquanto os segmentos não corporativos (PME e Planos Individuais) apresentam novo perfil de clientes refletindo em novo comportamento de uso.

A política de preços da Companhia não está sujeita às alterações oriundas das variações da taxa de câmbio. Nossa atividade está totalmente voltada para o mercado interno. A Companhia não utiliza instrumentos derivativos de quaisquer ordens. Além disso, a maior parte dos custos relacionados à operação está atrelada ao uso da rede por parte de beneficiários, não sendo, portanto, impactada por variação de preços de insumos e produtos.

A Companhia também conta com a área de gestão de qualidade, responsável pelo controle de qualidade dos tratamentos realizados e autorização de pagamento, a qual auxilia na gestão de riscos e controle de sinistros, tornando a empresa menos sensível a efeitos da inflação em sua estrutura de custos.

A Companhia tem apresentado nos últimos anos uma posição de caixa adequada para conduzir suas operações, encerrando o ano de 2025 com disponibilidades líquidas de R\$713 milhões e dívida zero.

A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas, composta, em sua maioria, por títulos públicos federais de longo prazo, está exposta à juros reais em instrumentos pós-fixados à inflação medida pelo IPCA.

Acreditamos que, mantida a estrutura de capital conservadora atual, a Companhia continuará apresentando resultado financeiro positivo, pouco representativo na composição total do lucro líquido anual.

2.3 MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS/OPINIÕES MODIFICADAS E ÊNFASES

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As principais novas normas e interpretações que afetam a Companhia e suas Controladas estão sumariadas a seguir:

No exercício de 2025, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia e suas controladas.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No exercício de 2025, não existiram ressalvas ou ênfases nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

2.4 EFEITOS RELEVANTES NAS DFS

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreram efeitos relevantes de introdução ou alienação de segmento operacional no último exercício social.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram efeitos relevantes de constituição, aquisição ou alienação de participação societária no último exercício social.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.5 MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

a) Informar o valor das medições não contábeis

No último exercício social, a Companhia divulgou as seguintes medições não contábeis: EBITDA e EBITDA ajustado. O EBITDA foi de R\$739.393 mil e o EBITDA ajustado foi de R\$741.158 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	2025		2024		Δ%	Δ% p.p. ROL
	R\$mil	% ROL	R\$mil	% ROL		
Lucro líquido	550.459	23,0	533.581	23,5	3,2	(0,5)
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente	204.698	8,6	230.316	10,1	(11,1)	(1,5)
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	26.028	1,1	(9.466)	(0,4)	(375,0)	1,5
(-) Receitas financeiras	125.023	5,2	130.437	5,7	(4,2)	(0,5)
(+) Despesas financeiras	25.808	1,1	20.629	0,9	25,1	0,2
(-) Participação minoritária em controlada	34	0,0	111	0,0	(69,8)	-
(+) Depreciação e amortização	57.003	2,4	49.793	2,2	14,5	0,2
(+) Amortização de direito de uso (IFRS 16)	6.161	0,3	6.358	0,3	(3,1)	-
(-) Resultado de equivalência patrimonial	5.707	0,2	5.997	0,3	(4,8)	(0,1)
EBITDA	739.393	30,9	694.667	30,6	6,4	0,3
(+) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(5.810)	(0,2)	(4.701)	(0,2)	23,6	-

(+) Reservas técnicas de sinistro - Odontored (México)	(433)	(0,0)	498	0,0	(186,9)	-
(+) EBITDA Pro Forma Brasildental	8.008	0,3	8.504	0,4	(5,8)	(0,1)
EBITDA ajustado	741.158	31,0	694.394	30,6	6,7	0,4

c) Explicar o motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações de suas operações:

EBITDA é o lucro líquido adicionado do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) corrente e diferido, dos tributos incidentes sobre receitas financeiras (PIS/COFINS) contabilizados como despesas administrativas, da depreciação e amortização e da variação das provisões técnicas, deduzidas do resultado financeiro líquido, outorga de opções de ações e outras despesas. A Companhia divulgou o EBITDA com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamentos, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações, razão pela qual entende ser importante sua inclusão no Formulário de Referência. O EBITDA não é linha das demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados. O EBITDA não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável à utilizada por outras companhias.

EBITDA ajustado é o EBITDA adicionado das despesas não recorrentes relacionadas, principalmente, a: (i) serviços profissionais relativos a aquisições; (ii) custos relacionados a absorção de empresas adquiridas; (iii) empresa coligada no México; (iv) patrocínio por incentivo fiscal; (v) associações com Bradesco e Banco do Brasil e (vi) ajustes contábeis determinados pela ANS. O EBITDA ajustado não é linha de demonstrações financeiras pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados. O EBITDA ajustado não tem significado padronizado, e a nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável à utilizada por outras companhias.

Em razão de não serem consideradas para seus cálculos as despesas e receitas financeiras, o IRPJ, a CSLL, a depreciação, amortização e despesas não recorrentes, o EBITDA ajustado funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das alíquotas do IRPJ e da CSLL, ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA ajustado funcione como ferramenta significativa para comparar periodicamente nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA ajustado permita uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro.

2.6 EVENTOS SUBSEQUENTES AS DFS

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Eventos subsequentes

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 26 de fevereiro de 2026.

2.7 DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais

		2025
a) Regras sobre a retenção de lucros		Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva estatutária de capital regulatório e reserva de investimentos e expansão. Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária.
a.i. Valores de Retenções de Lucros (R\$ mil)	Lucro líquido do exercício	R\$ 550.459
	Reserva legal	R\$ 27.523
	Reservas Estatutárias	-
	Reserva de Investimento e Expansão	R\$ 79.412
	Juros sobre o Capital Próprio	R\$ 105.369
	Dividendos	R\$ 338.155
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal	5%
	Reservas Estatutárias	0%
	Reserva de Investimento e expansão	14%

b) Regras sobre a distribuição de dividendos	Os acionistas terão direito a receber a título de dividendos, em cada exercício, um percentual obrigatório de 50% sobre o lucro líquido¹ do exercício, com os seguintes ajustes: (i) dedução da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) o acréscimo da reversão, no exercício, de reservas para contingências anteriormente formadas.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	JCP: trimestral / Dividendos: mínimo anual
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não aplicável à Companhia.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui política de destinação de resultados.

¹ a base de cálculo para as destinações de lucros, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendo adicional proposto, segue as normas contábeis da ANS

2.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DFS

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off - balance sheet items*).

Item não aplicável, haja vista que não há ativos e passivos não evidenciados em nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Item não aplicável, haja vista que não há ativos e passivos não evidenciados em nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 PLANOS DE NEGÓCIOS

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

(em R\$ mil)	2025	2024	Δ%
Desenvolvimento de sistemas, aquisição e licença de uso de software	78.719	81.506	(3,4)
Equipamentos de computação	3.552	6.360	(44,2)
Equipamentos odontológicos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos	521	1.200	(56,6)
Benfeitorias em instalações	1.135	2.227	(49,0)
Outros	1.036	1.256	(17,5)
Total dos investimentos (CAPEX)	84.963	92.549	(8,2)

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No último exercício social, a Companhia realizou, principalmente, investimentos de expansão em desenvolvimento de sistemas e aquisição de softwares.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos feitos pela Companhia são realizados com seus recursos próprios, sendo certo que a Companhia possui dívida zero desde a sua fundação.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há nenhum desinvestimento relevante em andamento ou previsto para o exercício social corrente.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Item não aplicável, considerando que não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor já divulgada.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável, haja vista que não há pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, haja vista que não há pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços já divulgadas.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Item não aplicável, haja vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, haja vista que não há novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Odontoprev entende a sustentabilidade como um processo contínuo de criação de valor, que busca o equilíbrio entre as esferas econômica, social e ambiental, com investimentos em inovação, visando a impactar positivamente a sociedade e o setor. A busca pela sustentabilidade ocorre de forma colaborativa com clientes, beneficiários, rede de dentistas, corretores, fornecedores e colaboradores, sempre pautados pela inovação e melhoria contínua dos serviços. O principal compromisso, porém, continua o de ser um agente de propagação do acesso à Odontologia de qualidade, incentivando o cuidado com a boca e garantindo o sorriso dos brasileiros.

A Companhia possui iniciativas relacionadas à inovação tecnológica que também desempenham resultados em questões ASG.

- i. A Companhia tornou-se Carbono Neutro, em 2021, sendo a primeira operadora de saúde com 100% das suas emissões neutralizadas. Desde então assumimos o compromisso de se manter carbono neutro ano após ano. Os estudos para lançamento do projeto tiveram início em 2020, a partir de um estudo para estimar as emissões históricas das operações da Odontoprev desde 1987, ano de sua fundação;
- ii. A Companhia possui investimentos visando inovação, alterando fluxo de envio de fichas, prontuários e imagens para aplicativos, com objetivo de reduzir a produção de materiais descartáveis;
- iii. Além disso, a Companhia monitora os índices de satisfação de seus stakeholders, bem como o estabelecimento de metas corporativas visando melhoria desses índices.

A Odontoprev reconhece a importância do tema e estuda incorporar questões específicas sobre ASG em sua estratégia e planos de negócio.

2.11 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTES O DESEMPENHO OPERACIONAL

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações foram descritas nos itens anteriores.

ANEXO X

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, NOS TERMOS DO ANEXO A DA RCVM 81/22

ODONTOPREV S.A.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em **31 de março de 2026** ("AGO")

(art. 10º, § único, II, da Resolução CVM 81, 29 de março de 2022, alterada pela Resolução CVM 204, de 04 de junho de 2024)

Senhores Acionistas,

A Administração da Odontoprev S.A. ("Companhia" ou "Odontoprev") vem submeter, para exame e deliberação dos acionistas da Companhia, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e ratificação do montante de juros sobre o capital próprio e dividendos distribuídos conforme segue.

Considerando que a Companhia obteve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, lucro líquido de R\$550.458.455,32 (quinhentos e cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos), de acordo com as práticas contábeis aprovadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), propomos que o lucro líquido do exercício seja destinado da seguinte forma:

- i) R\$27.522.922,77 (vinte e sete milhões quinhentos e vinte e dois mil novecentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos) para a conta "reservas de lucros - reserva legal";
- ii) R\$24.749.241,16 (vinte e quatro milhões setecentos e quarenta e nove mil duzentos e quarenta e um reais e dezesseis centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 19 de março de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025;
- iii) R\$26.016.246,09 (vinte e seis milhões dezesseis mil duzentos e quarenta e seis reais e nove centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 18 de junho de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025;
- iv) R\$26.849.742,32 (vinte e seis milhões oitocentos e quarenta e nove mil setecentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 15 de setembro de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025;
- v) R\$27.753.709,83 (vinte e sete milhões setecentos e cinquenta e três mil setecentos e nove reais e oitenta e três centavos) referentes a juros sobre capital próprio, que foram declarados em 15 de dezembro de 2025 e serão pagos em 17 de dezembro de 2026;
- vi) R\$118.000.000,00 (cento e dezoito milhões) referentes a dividendos intercalares, que foram declarados em 06 de maio de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025;
- vii) R\$115.154.830,66 (cento e quinze milhões cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e trinta reais e sessenta e seis centavos) referentes a dividendos intercalares, que foram declarados em 05 de agosto de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025;
- viii) R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões) referentes a dividendos intercalares, que foram declarados em 15 de dezembro de 2025 e serão pagos em 17 de dezembro de 2026, e

- ix) R\$79.411.762,49 (setenta e nove milhões quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) será retido junto à reserva de investimentos e expansão, conforme artigo 28, parágrafos 3º (d) do Estatuto.

* * *

ANEXO I

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO RELATIVO AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

Senhores Acionistas,

Conforme capítulo IV, artigo 28, parágrafo 3º do Estatuto Social vigente, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) para formação da **reserva legal**, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;

(b) pagamento de **dividendo obrigatório**, observado o disposto no artigo 29 do Estatuto e a Lei nº 6.404/1976;

Artigo 29 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro do exercício, com os seguintes ajustes:

(i) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

(ii) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

(c) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, para a formação da “**reserva estatutária de capital regulatório**”, que tem por finalidade e objetivo atender a exigência de capital regulatório relacionado à margem de solvência à qual a Companhia está sujeita, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista no item “d” abaixo e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social;

(d) até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, para a formação da “**reserva de investimentos e expansão**”, que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, com vistas a permitir à Companhia a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de software e hardware, investimentos em instalações e equipamentos e aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista no item “c” acima e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social; e

(e) distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios ou retenção, com base em orçamento de capital devidamente aprovado pela Assembleia Geral, observadas as condições da lei nº 6.404/1976.

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, a Administração da Companhia propõe a V. S^{as}. a destinação do lucro líquido do exercício de 2025, no valor de R\$550.458.455,32 (quinhentos e cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

1 - RESERVA LEGAL

Conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/1976, torna-se necessária a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, limitado à 20% do capital, à constituição da reserva legal, no valor de R\$27.522.922,77 (vinte e sete milhões quinhentos e vinte e dois mil novecentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos).

2 – JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Juros sobre capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 19 de março de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 24 de março de 2025, no montante de R\$24.749.241,16 (vinte e quatro milhões setecentos e quarenta e nove mil duzentos e quarenta e um reais e dezesseis centavos), correspondentes a R\$ 0,045364399 por ação, os quais foram declarados em 19 de março de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025. O montante líquido de imposto de renda na fonte equivale a R\$21.036.854,99 (vinte e um milhões trinta e seis mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos), correspondentes a R\$ 0,038559739 por ação.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 18 de junho de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na TJLP aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 24 de junho de 2025, no montante de R\$26.016.246,09 (vinte e seis milhões dezesseis mil duzentos e quarenta e seis reais e nove centavos), correspondentes a R\$ 0,047728071 por ação, os quais foram declarados em 18 de junho de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025. O montante líquido equivale a R\$22.113.809,18 (vinte e dois milhões cento e treze mil oitocentos e nove reais e dezoito centavos), correspondentes a R\$ 0,04056886 por ação.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 15 de setembro de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na TJLP aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 18 de setembro de 2025, no montante de R\$26.849.742,32 (vinte e seis milhões oitocentos e quarenta e nove mil setecentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), correspondentes a R\$ 0,049257160 por ação, os quais foram declarados em 15 de setembro de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025. O montante líquido de imposto de renda na fonte equivale a R\$22.822.280,97 (vinte e dois milhões oitocentos e vinte e dois mil duzentos e oitenta reais e noventa e sete centavos), correspondentes a R\$ 0,041868586 por ação.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 15 de dezembro de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na TJLP aplicada mensalmente sobre o patrimônio líquido, aos detentores de ações de emissão da Companhia em 18 de dezembro de 2025, no montante de R\$27.753.709,83 (vinte e sete milhões setecentos e cinquenta e três mil setecentos e nove reais e oitenta e três centavos), correspondentes a R\$ 0,050915533 por ação, os quais foram declarados em 15 de

dezembro de 2025 e serão pagos em 17 de dezembro de 2026. O montante líquido de imposto de renda na fonte equivale a R\$23.590.653,36 (vinte e três milhões quinhentos e noventa mil seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos), correspondentes a R\$ 0,043278203 por ação.

Dividendos

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 06 de maio de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de dividendos intercalares aos detentores de ações de emissão da Companhia em 09 de maio de 2025, no montante de R\$118.000.000,00 (cento e dezoito milhões), correspondentes a R\$ 0,216476748 por ação, os quais foram declarados em 06 de maio de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 05 de agosto de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de dividendos intercalares aos detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de agosto de 2025, no montante de R\$115.154.830,66 (cento e quinze milhões cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e trinta reais e sessenta e seis centavos), correspondentes a R\$ 0,211257146 por ação, os quais foram declarados em 05 de agosto de 2025 e pagos em 10 de dezembro de 2025.

Em Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 15 de dezembro de 2025, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram o pagamento de dividendos intercalares aos detentores de ações de emissão da Companhia em 18 de dezembro de 2025, no montante de R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões), correspondentes a R\$ 0,192627614 por ação, os quais foram declarados em 15 de dezembro de 2025 e serão pagos em 17 de dezembro de 2026.

3 – RESERVA ESTATUTÁRIA

Propomos que o saldo remanescente do lucro líquido referente ao exercício social de 2025, após as destinações mencionadas acima, no montante de R\$79.411.762,49 (setenta e nove milhões quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) seja destinado à constituição da Reserva de Investimentos e Expansão, conforme artigo 28, parágrafo 3º, alínea “d”, do Estatuto Social.

4 – QUADRO RESUMO DOS ITENS 1 A 3

					Data		R\$			
	Aprovação por	% ou R\$ por ação bruto	Deliberação	Detentores	Constituição (C) /Pagamento (P)	Lucros acumulados	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Reserva estatutária de capital regulatório	Reserva de investimentos e expansão
31 de dezembro de 2024						-	127.427.823,23	81.000.000,00	100.000.000,00	231.605.169,99
Cancelamento de ações em tesouraria						-	-	-	-	(76.628.440,00)
Dividendo adicional proposto 2024						-	-	(81.000.000,00)	-	-
Lucro líquido do exercício (LI) 2025						550.458.455,32	-	-	-	-
Proposta de destinação do lucro:						(550.458.455,32)	27.522.922,77	-	-	79.411.762,49
Reserva legal	Estatuto Social	5% (limitado a 20% capital social)	31/12/2025	-	31/12/2025 (C)	(27.522.922,77)	27.522.922,77	-	-	-
Juros sobre capital próprio	RCA	0,045364399	19/03/2025	24/03/2025	10/12/2025 (P)	(24.749.241,16)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	RCA	0,047728071	18/06/2025	24/06/2025	10/12/2025 (P)	(26.016.246,09)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	RCA	0,049257160	15/09/2025	18/09/2025	10/12/2025 (P)	(26.849.742,32)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	RCA	0,050915533	15/12/2025	18/12/2025	17/12/2026 (P)	(27.753.709,83)	-	-	-	-
Dividendos intercalares	RCA	0,216476748	06/05/2025	09/05/2025	10/12/2025 (P)	(118.000.000,00)	-	-	-	-
Dividendos intercalares	RCA	0,211257146	05/08/2025	08/08/2025	10/12/2025 (P)	(115.154.830,66)	-	-	-	-
Dividendos intercalares	RCA	0,192627614	15/12/2025	18/12/2025	17/12/2026 (P)	(105.000.000,00)	-	-	-	-
Reserva de investimentos e expansão	AGO	50% (limitado a 80% capital social)	-	-	31/12/2025 (C)	(79.411.762,49)	-	-	-	79.411.762,49
31 de dezembro de 2025						-	154.950.746,00	-	100.000.000,00	234.388.492,48

CÁLCULO DO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	
Lucro líquido do exercício 2025	550.458.455,32
(-) Constituição de reserva legal (5%, limitada a 20% do capital social)	(27.522.922,77)
(=) Lucro do exercício 2025 passível de distribuição	522.935.532,55
(x) %conforme Estatuto Social	50
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	261.467.766,28
Juros sobre o capital próprio ¹	89.563.598,50
Dividendos intercalares	338.154.830,66
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	427.718.429,16
Excedente ao dividendo mínimo obrigatório	(166.250.662,89)
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	261.467.766,28

¹Líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%.

Em síntese a Administração propõe que o lucro do exercício de R\$550.458.455,32 (quinhentos e cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos), após a constituição da reserva legal de R\$27.522.922,77 (vinte e sete milhões quinhentos e vinte e dois mil novecentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos), seja parcialmente distribuído, no montante líquido de R\$427.718.429,16 (quatrocentos e vinte e sete milhões setecentos e dezoito mil quatrocentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos), já descontado o imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15% aplicado sobre os juros sobre o capital próprio, e que o saldo de R\$79.411.762,49 (setenta e nove milhões quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) seja destinado à Reserva de Investimentos e Expansão.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo remanescente das reserva de lucros da Companhia (Reserva Estatutária de Investimentos e Expansão e Reserva Estatutária de Capital Regulatório) era de R\$334.388.492,48 (trezentos e trinta e quatro milhões trezentos e oitenta e oito mil quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos), com as seguintes movimentações (i) R\$331.605.169,99 (trezentos e trinta e um milhões seiscentos e cinco mil cento e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos) referentes à retenções de lucros de exercícios anteriores; (ii) R\$76.628.440,00 (setenta e seis milhões seiscentos e vinte e oito mil quatrocentos e quarenta reais) referente ao cancelamento de 6.670.377 ações em tesouraria, aprovado na assembleia de 01 de abril de 2025, e (iii) R\$79.411.762,49 (setenta e nove milhões quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) referentes à retenção de lucros do exercício de 2025, os quais foram destinados para a constituição das reservas previstas no Estatuto Social da Companhia, capítulo IV, artigo 28, da seguinte forma: (i) R\$79.411.762,49 (setenta e nove milhões quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos), à reserva de investimento e expansão.

Barueri, 26 de fevereiro de 2026.

ODONTOPREV S.A.

Informações adicionais à Proposta da Administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2025 e ratificação da distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e a pagar

(Nos termos do Anexo A à Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, alterada pela Resolução CVM 204, de 04 de junho de 2024)

1. Informar o lucro líquido do exercício:

A Companhia obteve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, lucro líquido de R\$550.458.455,32 (quinhentos e cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025									
Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido					Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,045364399	0,038559739	19/03/2025	24/03/2025	25/03/2025	10/12/2025	24.749.241,16	21.036.854,99
Juros sobre capital próprio	RCA	0,047728071	0,040568860	18/06/2025	24/06/2025	25/06/2025	10/12/2025	26.016.246,09	22.113.809,18
Juros sobre capital próprio	RCA	0,049257160	0,041868586	15/09/2025	18/09/2025	19/09/2025	10/12/2025	26.849.742,32	22.822.280,97
Juros sobre capital próprio	RCA	0,050915533	0,043278203	15/12/2025	18/12/2025	19/12/2025	17/12/2026	27.753.709,83	23.590.653,36
Dividendos intercalares	RCA	0,216476748	0,216476748	06/05/2025	09/05/2025	12/05/2025	10/12/2025	118.000.000,00	118.000.000,00
Dividendos intercalares	RCA	0,211257146	0,211257146	05/08/2025	08/08/2025	11/08/2025	10/12/2025	115.154.830,66	115.154.830,66
Dividendos intercalares	RCA	0,192627614	0,192627614	15/12/2025	18/12/2025	19/12/2025	17/12/2026	105.000.000,00	105.000.000,00
							443.523.770,06	427.718.429,16	

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O lucro do exercício de R\$550.458.455,32 (quinhentos e cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos), foi distribuído, no montante líquido (vide item 2) de R\$427.718.429,16 (quatrocentos e vinte e sete milhões setecentos e dezoito mil quatrocentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos), já descontado o imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15% aplicado sobre os juros sobre o capital próprio, o que representa 77,70% do lucro líquido anual. Vale notar, a Companhia tem Programa de Recompra de Ações em aberto, tendo executado no exercício R\$12.888.296,00 (doze milhões oitocentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e seis reais), o que eleva a remuneração total aos acionistas a R\$440.606.725,16 (quatrocentos e quarenta milhões seiscentos e seis mil setecentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos), representando 80,04% do lucro líquido de 2025.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foi utilizado saldo de lucros de exercícios anteriores para a distribuição dos dividendos.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Vide tabela abaixo.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Vide tabela abaixo.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não haverá dividendo adicional proposto.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Vide tabela abaixo.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Vide tabela abaixo.

	Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Montante global (R\$)	
		Bruto	Líquido					Bruto	Líquido
Juros sobre capital próprio	RCA	0,045364399	0,038559739	19/03/2025	24/03/2025	25/03/2025	10/12/2025	24.749.241,16	21.036.854,99
Juros sobre capital próprio	RCA	0,047728071	0,040568860	18/06/2025	24/06/2025	25/06/2025	10/12/2025	26.016.246,09	22.113.809,18
Juros sobre capital próprio	RCA	0,049257160	0,041868586	15/09/2025	18/09/2025	19/09/2025	10/12/2025	26.849.742,32	22.822.280,97
Juros sobre capital próprio	RCA	0,050915533	0,043278203	15/12/2025	18/12/2025	19/12/2025	17/12/2026	27.753.709,83	23.590.653,36
Dividendos intercalares	RCA	0,216476748	0,216476748	06/05/2025	09/05/2025	12/05/2025	10/12/2025	118.000.000,00	118.000.000,00
Dividendos intercalares	RCA	0,211257146	0,211257146	05/08/2025	08/08/2025	11/08/2025	10/12/2025	115.154.830,66	115.154.830,66
Dividendos intercalares	RCA	0,192627614	0,192627614	15/12/2025	18/12/2025	19/12/2025	17/12/2026	105.000.000,00	105.000.000,00
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2025								443.523.770,06	427.718.429,16

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Descrição	Referência	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
		2025	2024	2023	2022
Lucro líquido do exercício (R\$)	A	550.458.455,32	533.580.609,90	536.554.266,83	452.171.494,48
Ações ordinárias total (unidade) ¹	B	545.825.286	552.495.663	552.495.663	568.465.803
Ações em tesouraria (unidade)	C	732.100	6.188.777	-	15.970.140
Ações ordinárias - média ponderada (unidade)	D	545.369.587	546.756.234	552.495.663	552.920.663
Opções de compras por ações (unidade)	E	-	-	-	-
Lucro básico por ação (R\$)	F = A / D	1,009331045	0,975902198	0,971146568	0,817787297
Lucro diluído por ação (R\$)	G = A / (D + E)	1,009331045	0,975902198	0,971146568	0,817787297

¹ O capital total da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024									
Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Data				Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido	Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,041368166	0,035162942	27/03/2024	01/04/2024	02/04/2024	21/08/2024	22.779.011,17	19.362.159,49
Juros sobre capital próprio	RCA	0,039533811	0,033603739	17/06/2024	24/06/2024	25/06/2024	29/01/2025	21.641.858,23	18.395.579,50
Juros sobre capital próprio	RCA	0,033597221	0,028557637	26/09/2024	01/10/2024	02/10/2024	03/04/2025	18.392.010,96	15.633.209,32
Juros sobre capital próprio	RCA	0,039185109	0,033307343	17/12/2024	20/12/2024	23/12/2024	10/12/2025	21.423.454,59	18.209.936,40
Dividendos intercalares	RCA	0,133326134	0,133326134	07/05/2024	15/05/2024	16/05/2024	18/12/2024	73.000.000,00	73.000.000,00
Dividendos intercalares	RCA	0,156145973	0,156145973	06/08/2024	23/08/2024	26/08/2024	03/04/2025	85.478.453,22	85.478.453,22
Dividendos intercalares	RCA	0,225672880	0,225672880	05/11/2024	08/11/2024	11/11/2024	03/04/2025	123.426.853,57	123.426.853,57
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2024								366.141.641,74	353.506.191,50

Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023									
Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Data				Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido	Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,038441575	0,027130620	14/03/2023	17/03/2023	20/03/2023	19/12/2023	21.238.803,43	18.052.982,92
Juros sobre capital próprio	RCA	0,038209912	0,026932988	26/06/2023	29/06/2023	30/06/2023	19/12/2023	21.110.810,50	17.944.188,93
Juros sobre capital próprio	RCA	0,037183621	0,026933866	19/09/2023	22/09/2023	25/09/2023	19/12/2023	20.543.789,49	17.462.221,07
Juros sobre capital próprio	RCA	0,035438547	0,027279708	13/12/2023	18/12/2023	19/12/2023	16/02/2024	19.579.643,52	16.642.696,99
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	AGO	0,334412013	0,334412013	28/02/2024	12/04/2024	15/04/2024	21/08/2024	184.761.186,84	184.761.186,84
								267.234.233,78	254.863.276,75

Distribuições relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022									
Aprovação	Ação ordinária - ON (R\$/ação)		Data				Montante global (R\$)		
	Bruto	Líquido	Declarados	Detentores	Ex-direito	Pagamento	Bruto	Líquido	
Juros sobre capital próprio	RCA	0,031918376	0,027130620	21/03/2022	24/03/2022	25/03/2022	06/07/2022	16.358.796,35	13.904.976,90
Juros sobre capital próprio	RCA	0,031685869	0,026932988	20/06/2022	23/06/2022	24/06/2022	21/12/2022	17.632.604,82	14.987.714,10
Juros sobre capital próprio	RCA	0,031686901	0,026933866	15/09/2022	20/09/2022	21/09/2022	27/12/2022	17.533.809,47	14.903.738,05
Juros sobre capital próprio	RCA	0,032093774	0,027279708	12/12/2022	15/12/2022	16/12/2022	27/12/2022	17.731.670,71	15.071.920,10
Dividendos intercalares	RCA	0,107203568	0,107203568	27/04/2022	06/05/2022	09/05/2022	05/10/2022	60.000.000,00	60.000.000,00
Dividendo complementar para o mínimo obrigatório	AGO	0,173599753	0,173599753	01/03/2023	20/04/2023	24/04/2023	12/07/2023	95.913.110,73	95.913.110,73
Total de juros sobre capital próprio e dividendos declarados em 2022								225.169.992,08	214.781.459,88

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal:

Conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/1976, torna-se necessária a aplicação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido à constituição da reserva legal, até que seu valor atinja 20% do capital social, o valor da constituição é de R\$27.522.922,77 (vinte e sete milhões quinhentos e vinte e dois mil novecentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

CÁLCULO RESERVA LEGAL	
Lucro líquido do exercício 2025	550.458.455,32
(%) Constituição	5,00
(=) Reserva legal	27.522.922,77

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
- A Odontoprev não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Nos termos do Artigo 29 do Estatuto Social, os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro do exercício, com os seguintes ajustes: (i) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

CÁLCULO DO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	
Lucro líquido do exercício 2025	550.458.455,32
(-) Constituição de reserva legal (5%, limitada a 20% do capital social)	(27.522.922,77)
(=) Lucro do exercício 2025 passível de distribuição	522.935.532,55
(x) %conforme Estatuto Social	50
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	261.467.766,28
Juros sobre o capital próprio ¹	89.563.598,50
Dividendos intercalares	338.154.830,66
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	427.718.429,16
Excedente ao dividendo mínimo obrigatório	(166.250.662,89)
(=) DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	261.467.766,28

¹Líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente:

Apurado conforme item 10.a. e será pago integralmente.

- c. Informar o montante eventualmente retido:

A Odontoprev não efetuou qualquer retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

A Odontoprev não efetuou qualquer retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

A Odontoprev não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

A Odontoprev não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

O artigo 28, parágrafo 3º, alínea “d”, do Estatuto Social estabelece que até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido poderá ser destinado para a formação da “Reserva de Investimentos e Expansão” que tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, com vistas a permitir à Companhia a realização de novos investimentos, incluindo aquisições de software e hardware, investimentos em instalações e equipamentos e aquisição de participações societárias, unidades de negócio e estabelecimentos comerciais, e que ficará limitada, em conjunto com a reserva prevista na alínea “c” do mesmo dispositivo e observado o disposto no art. 199 da Lei 6.404/76, a 80% (oitenta por cento) do capital social.

- b. Identificar o montante destinado à reserva:

Propomos a destinação de R\$79.411.762,49 (setenta e nove milhões quatrocentos e onze mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos) para a constituição da Reserva de Investimentos e Expansão, conforme artigo 28, parágrafo 3º, alínea “d”, do Estatuto Social.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A Odontoprev não efetuou retenção com base em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

A Odontoprev não efetuou nenhuma destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO XI

**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO ANUAL DOS ADMINISTRADORES
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM
31/03/2026 (ART. 13, I, DA RESOLUÇÃO CVM 81/22)**

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Odontoprev S.A. vem submeter, para exame e deliberação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 31/03/2026, a proposta de remuneração máxima global anual dos administradores e do Conselho Fiscal da Companhia no valor total de até R\$ 37.500.000 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), contemplando neste montante o pró-labore, benefícios, bônus para o atingimento das metas anuais, o programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, dentro dos critérios contábeis utilizados na seção 8 do formulário de referência.

APROVADO 2025	EFETIVO 2025	PROPOSTO 2026
R\$ 37.500.000	R\$ 26.593.125	R\$ 37.500.000

Desta forma propomos a deliberação da proposta de remuneração acima.

Barueri, 26 de fevereiro de 2026.

Odontoprev S.A.

ANEXO XII

INFORMAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

8.1 POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia aprovou, em Reunião do Comitê de Gestão de Pessoas, realizada em 25/11/2024, e em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 02/12/2024, a Política de Remuneração dos Administradores ("Política de Remuneração"), disponível no site de RI da Companhia (www.odontoprev.com.br/ri), bem como no site da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), com os seguintes objetivos:

- i. estabelecer estratégia de remuneração aos dos administradores, do Conselho Fiscal, e dos membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (Comitês de Auditoria e Gestão de Pessoas);
- ii. incentivar atingimento de resultados de cada profissional em suas funções, reter e atrair profissionais qualificados talentos, garantindo o alinhamento com os valores e estratégias organizacionais;
- iii. recompensar o desempenho profissional de acordo com suas atribuições e responsabilidades e em linha com as práticas de mercado, de modo a garantir a competitividade da Companhia no que diz respeito aos seus recursos humanos; e
- iv. assegurar o alinhamento entre os interesses da organização, dos administradores e demais pessoas englobadas pela Política de Remuneração, considerando a perenidade da Companhia.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

O Comitê de Gestão de Pessoas, como órgão independente, de caráter consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração, é responsável pela revisão e supervisão das políticas e práticas de remuneração dos administradores da Companhia, incluindo os componentes fixos (remuneração fixa mensal e benefícios) e variáveis (incentivos de curto e longo prazo).

Nesse sentido, o Comitê de Gestão de Pessoas é responsável por (i) aferir periodicamente a competitividade das políticas de remuneração dos administradores em relação às práticas do mercado; (ii) propor ao Conselho de Administração a remuneração anual dos administradores a ser submetida à Assembleia Geral dos acionistas; (iii) indicar, nos termos de programa de incentivo de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração, os Diretores que deverão receber o bônus relacionado a um determinado período de apuração; e (iv) propor e monitorar os indicadores corporativos utilizados para pagamento de bônus aos Diretores.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal é fixada em Assembleia Geral de Acionistas, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre os valores individuais, conforme previsto no estatuto social da Companhia.

Qualquer alteração em valores ou critérios do pacote de remuneração dos administradores deve ser analisado pelo Comitê de Gestão de Pessoas e submetido à aprovação do Conselho de Administração, observando-se o montante de remuneração global aprovado em Assembleia Geral de acionistas.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Anualmente, é aplicado percentual de reajuste sobre o pró-labore base dos administradores, conforme as melhores práticas de mercado, baseadas em pesquisas de remuneração (estudos de comparação com critérios de porte, faturamento e segmento). Ainda, compete ao Comitê de Gestão de Pessoas aferir periodicamente a competitividade das políticas de remuneração dos administradores em relação às práticas do mercado.

A remuneração dos Conselheiros Fiscais é fixa, e calculada de acordo com o artigo 162, parágrafo 3º da Lei das S/A, o qual prevê que a remuneração destes seja calculada com base em 10% da remuneração média da Diretoria, excluídos benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os Diretores são contemplados por plano de benefícios incluindo benefícios pós-emprego (previdência complementar), cujos valores são revisados anualmente conforme inflação, reajustes de fornecedores e a partir das práticas de mercado demonstradas em pesquisas externas.

Os membros dos Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas possuem remuneração fixa mensal, igual para todos os membros, e definido pelo Conselho de Administração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, o Comitê de Gestão de Pessoas envia a proposta da remuneração global dos administradores para o Conselho de Administração, que irá então avaliar sua adequação e submetê-la a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Durante esse processo, o Conselho de Administração também irá avaliar a adequação da Política de Remuneração frente aos padrões de mercado, de acordo com as pesquisas mencionadas no item acima, reservando-se, ainda, ao direito de, a qualquer momento, revisar, modificar, alterar ou revogar a Política de Remuneração, especialmente no caso de qualquer alteração essencial ou relevante às leis ou aos regulamentos aplicáveis à Companhia, respeitando as regras de governança corporativa.

c) composição da remuneração, indicando os requisitos de conteúdo dos itens i. a iii.:

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês ¹
1. Pró-labore: remuneração fixa mensal relacionada ao escopo da função A remuneração anual fixa atribuída ao Conselho de Administração é a mesma para todos os membros	1. Pró-labore: remuneração fixa mensal relacionada ao escopo da função 2. Incentivo de Curto prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas anuais pré- estabelecidas. 3. Incentivo de Longo prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas trianuais, com período de vesting pré- estabelecido. 4. Benefícios: de acordo com a prática de mercado e políticas da Companhia assistência médica e odontológica, seguro de vida, alimentação e veículo. 5. Benefícios pós emprego: de acordo com a prática de mercado e políticas da Companhia. Previdência privada.	1. Pró-labore: remuneração fixa mensal relacionada ao escopo da função	Os membros dos Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas possuem remuneração fixa mensal, igual para todos os membros e definida pelo Conselho de Administração.

¹Comitês: Comitê de Auditoria (estatutário) e Comitê de Gestão de Pessoas

(i) descrição dos diversos elementos da remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A composição da remuneração visa equilibrar os interesses de curto, médio e longo prazo, promovendo o alinhamento dos interesses dos administradores com os objetivos da Companhia e de seus acionistas. Nesse sentido, a remuneração variável pode ser dividida em duas parcelas: (i) um programa de bonificação anual, atrelado a metas pré-estabelecidas de atingimento de resultados, que visa atingir tal alinhamento no curto e médio prazo; e (ii) um programa de incentivo a longo prazo trianual, que

promove o alinhamento de interesses no longo prazo, inclusive mediante o estabelecimento de períodos aquisitivos de direito (*vesting*).

- sua proporção na remuneração total nos últimos 3 anos

	2023	2024	2025
Conselho de Administração	Em 2023, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%	Em 2024, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%	Em 2025, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%
Diretoria Estatutária	Em 2023, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) Pró-labore : 26,05% Bônus : 42,68% Benefícios : 3,21% ILP : 28,07%	Em 2024, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) Pró-labore: 25,24% Bônus: 41,86% Benefícios: 4,67% ILP: 28,23%	Em 2025, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) Pró-labore: 29,57% Bônus: 33,89% Benefícios: 4,92% ILP: 31,63%
Conselho Fiscal	Em 2023, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%	Em 2024, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%	Em 2025, os elementos da remuneração total representaram: (vide item 8.2) 1. Pró-labore: 100%

Comitês¹	Os comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas são remunerados por participação em reuniões.	Os membros dos Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas possuem remuneração fixa mensal.	Os membros dos Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas possuem remuneração fixa mensal.
----------------------------	--	---	---

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês¹
Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração	1. Pró-labore: recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.	1. Pró-labore: pesquisa de mercado, recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração. 2. Incentivo de Curto Prazo: tem como foco os resultados, sua base de avaliação inclui resultados da empresa, individuais e das células de atendimento ao cliente. A definição do valor será proporcional à indicadores de crescimento, eficiência e satisfação 3. Incentivo de Longo Prazo: deliberação do Conselho de Administração e Comitê de Gestão de Pessoas. (vide item 13.1 c).	1. Pró-labore: pesquisa de mercado, recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.	1. Remuneração fixa mensal: pesquisa de mercado, recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

		4. Benefícios: pesquisa de mercado.		
--	--	--	--	--

¹Comitês: Comitê de Auditoria (estatutário) e Comitê de Gestão de Pessoas

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A definição da remuneração fixa dos Diretores, membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, baseia-se em estudos das práticas de mercado, não estando atrelada diretamente a indicadores de desempenho.

No que se refere às parcelas variáveis atribuíveis aos Diretores, os critérios utilizados para avaliar seu desempenho baseiam-se em indicadores financeiros e não financeiros.

Entre os indicadores financeiros, destacam-se o crescimento do número de beneficiários, evolução da receita operacional líquida, margem EBITDA ajustado e lucro líquido.

Além disso, com relação à parcela de remuneração voltada aos indicadores não financeiros, foram considerados métricas de qualidade e atenção aos stakeholders da Odontoprev, na qual são conduzidas pesquisas de satisfação realizadas junto às empresas clientes, beneficiários e à rede credenciada de cirurgiões-dentistas, realizadas e apuradas por empresa terceira, gerando os Índices Gerais de Satisfação.

Além dos indicadores financeiros e de qualidade, os administradores possuem metas individuais atreladas aos objetivos estratégicos da companhia.

Abaixo, a descrição de cada um dos itens de remuneração:

Pró-labore: grau de responsabilidade da função, impacto no resultado.

Incentivo de curto prazo (bônus): indicadores financeiros e de qualidade para as metas anuais estabelecidas, trata-se de remuneração variável e tem como foco os resultados. Sua base de avaliação compreende:

- a. *Resultados da empresa:* crescimento do número de beneficiários, evolução da receita operacional líquida e da margem EBITDA ajustado (vide composição no formulário de referência – item 2), e pesquisas de satisfação de empresas clientes, beneficiários e rede credenciada de cirurgiões-dentistas.
- b. *Resultados da diretoria:* atrelados às metas de desempenho operacional junto às áreas, mensurados por ganhos de performance, otimização de processos, economia de escala.
- c. Resultados individuais e das equipes de atendimento. Não haverá pagamento do incentivo de curto prazo quando qualquer um dos resultados acima for inferior a 80% da meta anual. O ciclo de pagamento do incentivo de curto prazo é anual com adiantamento semestral.

Incentivos de longo prazo: A Companhia implementou em 2019 Programa de Incentivo de Longo Prazo (Programa ILP ou ILP), o qual estabelece critérios para pagamento em bônus em dinheiro para a Diretoria. O Programa de Incentivo de Longo Prazo compreende o alcance de metas corporativas relacionadas à métricas de resultado da empresa, com período de apuração de 3 anos.

Benefícios diretos e indiretos: O plano de benefícios que contempla os Diretores consiste em Assistência Médica, Assistência Dental, Vale Refeição, Seguro de Vida, Vale Combustível, veículo designado e estacionamento.

Benefícios pós-emprego: Previdência privada.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração e (iii) existência de membros não remunerados e a razão para esse fato

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês ¹
ii) Razões que justificam a composição da remuneração	A remuneração de membros do Conselho de Administração Odontoprev é 100% fixa.	Garantir o equilíbrio entre curto, médio e longo prazo, alinhando os interesses de executivos e acionistas.	A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Odontoprev é 100% fixa.	Os membros dos Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas possuem remuneração fixa mensal

iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
---	----------------	----------------	----------------	----------------

¹Comitês: Comitê de Auditoria (estatutário) e Comitê de Gestão de Pessoas

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica, uma vez que não há remuneração de administradores, membros do Conselho Fiscal ou de Comitês da Companhia suportada por suas subsidiárias, controladas ou por seus controladores diretos ou indiretos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de remuneração/benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	8,00	8,00	3,00	19,00
Esclarecimento				
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL				
Salário ou pró-labore	5.519.000,00	8.956.487,00	540.000,00	15.015.487,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.388.828,00	0,00	1.388.828,00
Participações em comitês	312.000,00	156.000,00	0,00	468.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Bônus	0,00	11.564.994,00	0,00	11.564.994,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	8.690.519,00	0,00	8.690.519,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Incentivo de Longo prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas trianuais, com período de vesting pré-estabelecido.	N/A	
OUTROS				
Pós-emprego	0,00	372.172,00	0,00	372.172,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	N/A	Previdência Privada	N/A	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO	5.831.000,00	31.129.000,00	540.000,00	37.500.000,00

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,92	6,00	3,00	16,92
Nº de membros remunerados	7,92	6,00	3,00	16,92
Esclarecimento				
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL				

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Salário ou pró-labore	3.927.000,00	5.929.132,00	522.000,00	10.378.132,00
Benefícios direto e indireto	0,00	715.727,23	0,00	715.727,23
Participações em comitês	246.000,00	73.000,00	0,00	319.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Bônus	0,00	6.878.665,14	0,00	6.878.665,14
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.600.000,00	6.419.447,48	0,00	8.019.447,48
Descrição de outras remunerações variáveis	Remuneração adicional extraordinária por participação destacada em comitês de assessoramento ao Conselho de Administração	Incentivo de longo prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas trianuais, com período de vesting pré-estabelecido.	N/A	
OUTROS				
Pós-emprego	0,00	282.153,54	0,00	282.153,54
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		Previdência Privada		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO	5.773.000,00	20.298.125,39	522.000,00	26.593.125,39

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	6,67	3,00	17,67
Nº de membros remunerados	8,00	6,67	3,00	17,67
Esclarecimento				
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL				
Salário ou pró-labore	3.504.000,00	6.105.512,00	522.000,00	10.131.512,00
Benefícios direto e indireto	0,00	798.029,00	0,00	798.029,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Bônus	0,00	10.126.530,00	0,00	10.126.530,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	210.000,00	0,00	0,00	210.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	6.829.027,00	0,00	6.829.027,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Incentivo de Longo prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas trianuais, com período de vesting pré-estabelecido.	N/A	
OUTROS				
Pós-emprego	0,00	330.824,00	0,00	330.824,00
Cessaçã do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO	3.714.000,00	24.189.922,00	522.000,00	28.425.922,00

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,00	7,00	3,00	18,00
Esclarecimento				
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL				
Salário ou pró-labore	3.360.000,00	6.829.420,00	522.000,00	10.711.420,00
Benefícios direto e indireto	0,00	730.209,00	0,00	730.209,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Bônus	0,00	11.189.514,00	0,00	11.189.514,00

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	7.359.627,00	0,00	7.359.627,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Incentivo de Longo prazo: parcela variável atrelada ao atingimento de metas trianuais, com período de vesting pré-estabelecido.	N/A	
OUTROS				
Pós-emprego	0,00	110.311,00	0,00	110.311,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO	3.580.000,00	26.219.081,00	522.000,00	30.321.081,00

8.3 Remuneração variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável atribuída ao Conselho de Administração		Não há remuneração variável atribuída ao Conselho Fiscal	
Em Relação Ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	6.953.000,00	0,00	6.953.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	13.036.000,00	0,00	13.036.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	8.691.000,00	0,00	8.691.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	11.189.154,00	0,00	11.189.154,00
Em Relação À Participação No Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	6,67	3,00	17,67
Nº de membros remunerados	0,00	6,67	0,00	6,67
Esclarecimento	Não há remuneração variável atribuída ao Conselho de Administração		Não há remuneração variável atribuída ao Conselho Fiscal	
Em Relação Ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	6.676.817,00	0,00	6.676.817,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	12.387.380,00	0,00	12.387.380,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	8.308.407,00	0,00	8.308.407,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	10.126.530,00	0,00	10.126.530,00

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Em Relação À Participação No Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,92	6,00	3,00	16,92
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável atribuída ao Conselho de Administração		Não há remuneração variável atribuída ao Conselho Fiscal	
Em Relação Ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	6.137.619,00	0,00	6.137.619,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	11.016.417,00	0,00	11.016.417,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	7.531.561,00	0,00	7.531.561,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	6.878.665,14	0,00	6.878.665,14
Em Relação À Participação No Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável atribuída		Não há remuneração variável atribuída	

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	ao Conselho de Administração		ao Conselho Fiscal	
Em Relação Ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	5.803.597,00	0,00	5.803.597,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10.563.018,00	0,00	10.563.018,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	7.267.892,00	0,00	7.267.892,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Relação À Participação No Resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2015, foi aprovado plano de outorga de opção de compra de ações de emissão da Companhia. Tendo em vista que, no âmbito do plano referido, (a) a última outorga de opções ocorreu em 2016; e (b) a totalidade das opções em aberto foi exercida, expirou e/ou foi cancelada em 2022, consideramos que, no último exercício social, não estava vigente nenhum plano de remuneração baseado em ações, bem como não está vigente no exercício social corrente. Ainda, não há previsão de estabelecer novo plano e/ou programa neste exercício

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho de Administração.	Não há remuneração baseada em ações atribuída à Diretoria.	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho Fiscal.	
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,92	6,00	3,00	16,92
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho de Administração.	Não há remuneração baseada em ações atribuída à Diretoria.	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho Fiscal.	
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	6,67	3,00	17,67

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho de Administração.	Não há remuneração baseada em ações atribuída à Diretoria	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho Fiscal	
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho de Administração	Não há remuneração baseada em ações atribuída à Diretoria	Não há remuneração baseada em ações atribuída ao Conselho Fiscal	
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela atendendo aos requisitos de conteúdo dos itens a. a j.

Não aplicável. Não houve novas outorgas de opção de compra de ações de emissão da Companhia concedidas nos três últimos exercícios sociais e não há previsão de outorgas para o exercício social corrente.

8.7 OPÇÃO EM ABERTO

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável. Não havia opções de compra de ações de emissão da Companhia em aberto ao final do último exercício social.

8.8 OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES

Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo [...]

Não aplicável. Não houve exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.9 DILUIÇÃO POTENCIAL POR OUTORGA DE AÇÕES

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo [...]

Não aplicável. Nos três últimos exercícios sociais, não houve entrega de ações de emissão da Companhia diretamente aos membros da Diretoria e do Conselho de Administração a título de remuneração. De mesmo modo, não há previsão deste tipo de remuneração para o exercício social corrente.

8.10 OUTORGA DE AÇÕES

Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável. Nos três últimos exercícios sociais, não houve entrega de ações de emissão da Companhia diretamente aos membros da Diretoria e do Conselho de Administração a título de remuneração. De mesmo modo, não há previsão deste tipo de remuneração para o exercício social corrente.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável. Nos três últimos exercícios sociais, não houve entrega de ações de emissão da Companhia diretamente aos membros da Diretoria e do Conselho de Administração a título de remuneração.

8.12 PRECIFICAÇÃO DAS AÇÕES/OPÇÕES

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Informamos que as informações dispostas abaixo referem-se apenas ao item 8.5, tendo em vista que os itens 8.6 a 8.11 não são aplicáveis, conforme justificativas informadas nos respectivos itens. Ressalta-se, ainda, que (i) não houve outorgas concedidas no âmbito do plano de outorga de opções no item 8.4 desde 2016; (ii) a totalidade das opções em aberto foi exercida, expirada e/ou cancelada em 2022; e (iii) não há, para este exercício, previsão para novas outorgas no âmbito do plano.

a) modelo de precificação:

As opções outorgadas foram precificadas utilizando-se o modelo Black & Scholes.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

As definições do plano mencionado assim como suas premissas de cálculo do modelo de precificação das opções, encontram-se nas tabelas abaixo.

Outorgas concedidas		
Definições do Plano	1 ^a a 8 ^a (2007 a 2014)	9 ^a a 12 ^a (2015 em diante)
Preço de exercício	Correção por IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, deduzidas as remunerações aos acionistas Sua liquidação será efetuada com recursos próprios do beneficiário	Correções e deduções deixam de ser aplicadas Sua liquidação será efetuada com recursos próprios do beneficiário
Periodo de vesting (permanência do beneficiário na Companhia)	3 anos da data de celebração do Instrumento de Outorga	3 anos da data de celebração do Instrumento de Outorga

Prazo máximo para exercício	6 anos, com exercício total ou parcial com comunicação por escrito 1 mês de antecedência de cada RCA ou prazo comunicado	5 anos, com exercício total ou parcial com comunicação por escrito 1 mês de antecedência de cada RCA ou prazo comunicado
Lock-up (período de vedação de negociação)	3 anos a partir da data do exercício da opção	2 anos a partir da data do exercício da opção

										Outorgas		Volatilidade anualizada esperada (%)	Valor justo unitário do benefício na outorga (R\$)²	
Nº	Ano	Data da aprovação	Recomendação¹	Aprovação	Quantidade	Preço de exercício	Original		Após desdobramentos (split)²		Taxa livre de risco (%)			
							Preço de mercado	Quantidade	Preço de exercício	Preço de mercado				
1ª	2007	02/08/2007	DP	CA	221.859	44,85	53,79	2.662.308	3,74	4,48	11,30	33,90	20,18	1,68
2ª	2008	28/02/2008	DP	CA	353.494	32,42	45,85	4.241.928	2,70	3,82	11,40	24,30	19,72	1,64
3ª	2009	25/03/2009	DP	CA	255.002	17,60	24,30	3.060.024	1,47	2,03	9,30	40,60	14,17	1,18
4ª	2010	11/08/2010	CGP	CA	698.707	12,93	16,88	2.096.121	4,31	5,63	4,00	26,60	7,00	2,33
5ª	2011	20/09/2011	CGP	CA	583.815	20,87	28,20	1.751.445	6,96	9,40	5,30	30,10	13,23	4,41
6ª	2012	20/09/2012	CGP	CA	1.609.097	8,22	11,60	1.609.097	8,22	11,60	0,40	36,10	5,01	5,01
7ª	2013	20/08/2013	CGP	CA	3.000.000	7,44	9,25	3.000.000	7,44	9,25	5,10	36,20	3,66	3,66
8ª	2014	25/02/2014	DP	CA	228.497	7,30	8,70	228.497	7,30	8,70	5,70	33,40	3,25	3,25
9ª	2015	26/05/2015	CGP	CA	2.679.397	10,79	11,31	2.679.397	10,79	11,31	12,90	28,20	4,43	4,43
10ª	2015	19/11/2015	CGP	CA	2.572.186	9,81	10,18	2.572.186	9,81	10,18	15,40	27,30	4,29	4,29
11ª	2016	01/07/2016	CGP	CA	392.680	11,41	13,55	392.680	11,41	13,55	12,20	29,50	6,03	6,03
12ª	2016	26/10/2016	DP/CGP	CA	2.889.498	13,03	12,35	2.889.498	13,03	12,35	11,40	29,20	4,04	4,04
								27.183.181						

DP = Diretor Presidente / CGP = Comitê de Gestão de Pessoas / CA = Conselho de Administração. ¹Nas sete primeiras outorgas Randal Luiz Zanetti (ex DP desde 01 de abril de 2014 e Presidente CA até 02 de abril de 2019) foi voluntariamente não beneficiário. ²Desdobramentos (splits) de 01 de julho de 2010 e 02 de abril de 2012. ³Estimativa com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

O prazo de carência para exercício das opções é de 3 anos, sendo que as opções outorgadas terão vigência de 6 anos após a data da outorga, para as outorgas realizadas em 2015, e vigência de 5 anos para outorgas a partir de 2016. Tal característica foi incorporada no modelo de precificação de forma que utilizamos, para ambas as outorgas, o prazo de 4,5 anos como o tempo no qual a opção seria exercida.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada:

Usada a volatilidade histórica referente a pregões anteriores à data de cada uma das outorgas.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

A totalidade das características da opção tomadas em conta para a precificação foram mencionadas anteriormente.

8.13 PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR ÓRGÃO

Informação, por órgão, sobre as participações detidas por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

POSIÇÃO ACIONÁRIA DA ODONTOPREV EM 31/12/2025	Quantidade de ações ordinárias	(%)
Total	545.825.286	100,000%
Administradores	1.143.979	0,210%
Conselho de Administração	22.026	0,004%
Diretoria Estatutária	1.121.953	0,206%
Conselho Fiscal	-	-

8.14 PLANOS DE PREVIDÊNCIA

Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,92	6,00
Nº de membros remunerados	-	6,00
Nome do plano	n/a	Previdência Privada Bradesco
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	n/a	0
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	- Ter, no mínimo, 60 anos de idade; - Ter, no mínimo, 5 anos de inscrição no plano; - Destituição do cargo
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos	n/a	614.717,52

administradores		
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	282.153,54
Possibilidade de resgate antecipado e condições	n/a	Vide texto abaixo

i) Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Enquanto **ativo**, o administrador poderá resgatar, de forma total ou parcial, o valor investido por ele na conta da previdência - observados os seguintes critérios:

- Após 60 (sessenta dias) da adesão, conforme resolução CNSP nº 349/17;
- Obedecer à carência de 60 (sessenta) dias entre os resgates, conforme resolução CNSP nº 349/17;
- Haverá tributação conforme Regime Tributário escolhido;
- Uma vez que o resgate da conta básica seja feito antes do término do mandato, implicará na transferência do mesmo valor resgatado do saldo da conta da empresa e ele não será retornado para a conta do administrador;
- O resgate ou a portabilidade do saldo total da conta do administrador, implicará o imediato cancelamento da inscrição na previdência privada;
- O resgate da conta voluntária poderá ocorrer a qualquer momento, obedecendo o prazo de 60 dias, e não implicará em nenhuma ação por parte da empresa.

Em caso de **destituição do cargo**, ficará disponível para resgate ao administrador em sua conta de previdência o percentual da provisão do participante conforme critérios abaixo:

- Resgate de 100% do saldo da parte do administrador;
- Resgate parcial ou total do saldo da parte empresa, desde que atenda os critérios pré-estabelecidos, conforme tabelas internas de *vesting*.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	6,00	6,67	7,00	7,92	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,67	7,00	7,92	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração	6.487.018,	07.355.604,	010.291.494,	010.419.000,	0528.000,00	540.000,00	174.000,00	174.000,00	174.000,00
Valor da menor remuneração	1.865.100,	02.446.155,	02.463.093,	0496.000,00	438.000,00	420.000,00	174.000,00	174.000,00	174.000,00
Valor médio da remuneração	3.107.219,	03.628.488,	03.745.583,	0759.714,00	464.250,00	447.500,00	174.000,00	174.000,00	174.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025		
31/12/2024		
31/12/2023		

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025		
31/12/2024		
31/12/2023		

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025		
31/12/2024		
31/12/2023		

8.16 MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO/INDENIZAÇÃO

Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Sem prejuízo da cobertura do seguro D&O descrito no item 7.7 deste Formulário de Referência, pelo período e nas hipóteses aplicáveis, a Odontoprev não mantém arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

8.17 PERCENTUAL PARTES RELACIONADAS NA REMUNERAÇÃO

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

ÓRGÃO (%)	2022	2023	2024	2025
Conselho de Administração	75,0	75,0	75,0	75,0
Diretoria Estatutária	0,0	0,0	0,0	0,0
Conselho Fiscal	0,0	0,0	0,0	0,0

8.18 REMUNERAÇÃO - OUTRAS FUNÇÕES

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Item não aplicável, haja vista que nos três últimos exercícios sociais nenhum membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia recebeu remuneração por qualquer razão que não a função ocupada. Do mesmo modo, não há previsão para este tipo de prática no exercício corrente.

8.19 REMUNERAÇÃO RECONHECIDA DO CONTROLADOR/CONTROLADA

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável. Nos três últimos exercícios sociais, não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia. Do mesmo modo, não há previsão para este tipo de prática no exercício corrente.

8.20 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações foram descritas nos itens anteriores.

ANEXO XIII

ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (artigo 11, inciso I da Resolução CVM 81/2022)

7.3 (a) a (k) Candidatos indicados para o Conselho de Administração

Efetivos:

Nome	Luiz Carlos Trabuco Cappi	Ivan Luiz Gontijo Junior	Samuel Monteiro dos Santos Junior	Thais Jorge de Oliveira e Silva	Carlos Alberto Iwata Marinelli	Maurício Machado de Minas	César Suaki dos Santos	Murilo César Lemos dos Santos Passos
Nascimento	06/10/1951	08/10/1958	05/02/1946	11/02/1977	25/02/1977	01/07/1959	11/09/1962	06/07/1947
Profissão	Bancário	Advogado	Advogado	Médica	Administrador de empresas	Bancário	Engenheiro de Produção	Engenheiro
CPF	250.319.028-68	770.025.397-87	032.621.977-34	074.060.777-42	250.792.408-06	044.470.098-62	076.350.928-04	269.050.007-87
Cargo Eletivo a ser ocupado	Presidente do Conselho de Administração	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Conselho de Administração (Efetivo)	Conselho de Administração (Efetivo)	Conselho de Administração (Efetivo)	Conselho de Administração (Efetivo)	Conselho de Administração (Efetivo) – Membro Independente	Conselho de Administração (Efetivo) – Membro Independente
Data de Eleição	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026
Data da Posse	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026
Prazo do Mandato	AGO de 2028	AGO de 2028	AGO de 2028	AGO de 2028	AGO de 2028	AGO de 2028	AGO de 2028	AGO de 2028
Data de início do primeiro mandato	23/12/2009	23/12/2009	23/12/2009	04/04/2022	26/02/2026	04/04/2022	31/05/2006	29/04/2008
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Membro do Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Gestão de Pessoas
Eleito pelo controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Membro independente / critério de independência	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim / Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3	Sim / Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3
Mandatos consecutivos	4	5	7	2	1	2	10	9

Suplente:

Nome	José Mauro Depes Lorga
Nascimento	05/11/1960
Profissão	Economista
CPF	711.509.277-04
Cargo Eletivo a ser Ocupado	Conselho de Administração (Suplente) – Membro Independente
Data de Eleição	31/03/2026
Data da Posse	31/03/2026
Prazo do Mandato	AGO de 2028
Data de início do primeiro mandato	09/08/2023
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	N/A
Eleito pelo controlador	Sim
Membro independente/ critério de independência	Sim/ Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3
Mandatos consecutivos	1

(l) e (m) Principais experiências profissionais dos candidatos indicados para o Conselho de Administração durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

A) Membros Efetivos**Luiz Carlos Trabuco Cappi**

Presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. Iniciou sua carreira no Bradesco aos 17 anos como escriturário. Ao longo de mais de quatro décadas, ocupou diversas posições de liderança, incluindo Diretor de Marketing, Diretor-Presidente da Bradesco Vida e Previdência, e Presidente da Bradesco Seguros. Em 2009, ele foi nomeado *Chief Executive Officer* (CEO) do Banco Bradesco, posição que ocupou até 2018, quando passou a ser Presidente do Conselho de Administração. Além do Banco Bradesco S.A., atualmente possui ainda participações em empresas do Conglomerado, integrando Conselhos de Administração e Diretorias.

Sua gestão no Bradesco foi marcada por importantes aquisições, como a do HSBC Brasil em 2015. Foi reconhecido como um dos 100 brasileiros mais influentes e listado entre os melhores CEOs do Brasil pela revista Forbes.

Além de sua atuação no Bradesco, tem uma presença significativa em diversas frentes do setor financeiro. Foi premiado como Empreendedor do Ano, na categoria finanças, pela revista Isto É Dinheiro e continua a influenciar o mercado financeiro brasileiro com sua visão estratégica e liderança sólida. Foi Presidente da Comissão Nacional de Captação e Marketing da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FENASAÚDE), Presidente do Conselho de Representantes e da Diretoria Executiva da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Membro do Conselho Superior e Diretor Vice-Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg), Membro dos Conselhos Diretor e Consultivo da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, Membro do Conselho Diretor

da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), Membro da Comissão de Assuntos Internacionais da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

Graduado em Filosofia e pós-graduação em Sócio-Psicologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

As sociedades Bradespar S.A., Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A., Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon) e Fleury S.A., integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

O Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Ivan Luiz Gontijo Junior

Nascido no Rio de Janeiro, em 08.10.1958, é graduado em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis, foi professor de Direito Comercial da Universidade Católica de Petrópolis e de Direito do Seguro da Faculdade de Direito Cândido Mendes. Ingressou no Grupo Bradesco Seguros em 1985, em 1998 foi eleito Diretor Jurídico do Grupo Segurador e atualmente ocupa o cargo de Diretor-Presidente da Bradseg Participações S.A., Bradesco Seguros S.A., Bradseg Promotora de Vendas S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., BSP Affinity Ltda. e da Bradesco Gestão de Saúde S.A.

É Vice-Presidente do Conselho de Administração da Odontoprev S.A., assim como membro efetivo na Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Capitalização S.A., Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., Fleury S.A, Pacífico Imobiliária Hospitalar S.A., Pacífico Operações Hospitalares S.A. e Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon). Atua como 1º Vice-Presidente do Conselho Diretor e membro do Conselho de Gestão da Confederação Nacional das Seguradoras – CNSEG, do Comitê CEO da AMCHAM Brasil/SP e como membro do Conselho Diretor da Federação Nacional das Empresas de Seguros – FENASEG.

As sociedades Bradseg Participações S.A., Bradesco Seguros S.A., BSP Affinity Ltda., Bradseg Promotora de Vendas S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., BSP Empreendimentos Imobiliários S.A, Bradesco Saúde S.A., Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon) e Fleury S.A., integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

O Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável

Samuel Monteiro dos Santos Junior

Graduado em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Direito pela Universidade Candido Mendes – UCAM. Com vasta experiência no mercado segurador, iniciou sua carreira em 1969 na SulAmérica Seguros. Em dezembro de 1999, ingressou como Diretor Vice-Presidente na Bradesco Seguros S.A., onde permaneceu até março de 2011. De novembro de 2011 a abril de 2014, passou a atuar como Diretor Presidente na BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. Paralelamente, foi eleito, em 2007, Diretor na Bradesco Dental S.A., hoje Odontoprev S.A., na qual foi eleito, em 2014, Membro do Conselho de Administração.

Anteriormente foi Membro do Conselho de Administração da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., Banco Bradesco S.A. da Bradesco Saúde S.A., Bradseg Participações S.A., BSP Park Estacionamentos e Participações S.A., Fleury S.A., Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, Bradesco Capitalização S.A., Bradesco Vida e Previdência S.A., da Swiss RE Solutions Brasil Seguros S.A, EABS Serviços de Assistência e Participações S.A., Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A., Integritas Participações S.A., IRB Brasil Resseguros S.A. e Brasildental Operadora de Planos Odontológicos, e Diretor Vice-Presidente do Bradesco Argentina de Seguros S.A., Bradesco Capitalização S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Bradesco Seguros S.A., Bradseg Participações Ltda., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e Atlântica Companhia de Seguros.

As sociedades Bradesco Seguros S.A, BSP Empreendimentos Imobiliários S.A, Bradesco Saúde S.A., Bradseg Participações S.A., Fleury S.A, Bradesco Argentina de Seguros S.A., Bradesco Capitalização S.A., Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., Bradesco Seguros S.A., Bradseg Participações Ltda., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e Atlântica Companhia de Seguros, integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

O Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável

Thais Jorge de Oliveira e Silva

Graduada em Medicina pela Faculdade de Medicina de Campos e MBA Executivo em Gestão de Negócios com Ênfase em Saúde pelo IBMEC. Atualmente ocupa o cargo de Diretora na Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A., Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A., Atlântica Hospitais e Participações S.A. e Novamed Gestão de Clínicas Ltda. Atua como membro do Conselho de Administração da Beep Cayman Limited, além de ser Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Assistenciais e 2ª Suplente da Comissão de Avaliação de Tecnologia em Saúde da Fenasaúde e Membro do Comitê de Saúde da AMCHAM/RJ.

As sociedades Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A., Bradesco Gestão de Saúde S.A., Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A., Atlântica Hospitais e Participações S.A. e Novamed Gestão de Clínicas Ltda, integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

A Sra. Thais Jorge de Oliveira e Silva informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Thais Jorge de Oliveira e Silva declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Carlos Alberto Iwata Marinelli

Graduado em Marketing e Supply Chain, além de mestrado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP) e curso de Educação Executiva, Marketing, Estratégia e Liderança na Harvard Business School. Atuou como CEO do Grupo Fleury S.A. por 6 anos, em 2021 entrou no Grupo Bradesco Seguros, onde atualmente é Diretor-Presidente da Bradesco Saúde S.A., Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., Bradesco Saúde – Operadora de Planos S.A., Bradesco Diagnóstico em Saúde S.A. e Diretor Geral da Bradesco Gestão de Saúde S.A., Diretor Gerente da BSP Affinity Ltda. e da Bradseg Promotora de Vendas S.A., é ainda membro titular do Conselho de Administração da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A., da Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Orizon), da ABPF Oncologia S.A. (Croma Oncologia), Hospital Santa Lúcia S.A., além de membro suplente do Fleury S.A.

O Sr. Carlos Alberto Iwata Marinelli informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Carlos Alberto Iwata Marinelli declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Maurício Machado de Minas

Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., tendo ingressado na Diretoria Executiva em 2009. Em 2014, foi eleito Diretor Vice-Presidente, sendo que, em 2018, acumulou o cargo de membro do Conselho de Administração. Em 2019, passou a ocupar somente o cargo de Membro do Conselho de Administração. Além disso, exerce diversos cargos de administração nas empresas controladoras do Bradesco. Também é membro do Conselho de Administração da B3 S.A., da Bradespar S.A. e da Odontoprev S.A.

Profissional de Tecnologia da Informação, acumulou experiência em Riscos. De 2014 a 2020, foi membro do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, sendo, desde 2020, Coordenador do Comitê de

Riscos do Bradesco e Membro do Comitê de Riscos e Financeiro (CRIF) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. Foi reconhecido por suas contribuições ao setor, recebendo prêmios e distinções ao longo de sua trajetória. Sua expertise em tecnologia e finanças o torna uma figura influente e respeitada no mercado brasileiro. Ele continua a impactar positivamente as empresas e o setor financeiro com sua visão estratégica e habilidades de liderança.

Graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli/USP), possui especialização em Comunicação de Dados e Desenvolvimento de Software pela NCR Comten, Inc. EUA, curso de extensão universitária em Finanças pela Wharton Business School – Pensilvânia, EUA, participou dos programas de Desenvolvimento Executivo pela Columbia University – Nova Iorque, EUA e para Diretores Corporativos de Conselhos de Administração, pela Harvard Business School, Boston, USA.

As sociedades Fundação Bradesco, Bradespar, Bradseg Participações S.A., Bradesco Saúde S.A., Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A., integram o grupo econômico do qual o Banco Bradesco S.A. faz parte.

O Sr. Maurício Machado de Minas informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Maurício Machado de Minas declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

César Suaki dos Santos

Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com Pós-Graduação no Mestrado em Administração de Empresas pela FEA da Universidade de São Paulo. Conselheiro Certificado pelo IBGC, participou do Programa de Desenvolvimento de Conselheiros – PDC da Fundação Dom Cabral.

Foi responsável pelas Diretorias de Compras e de Planejamento do Grupo Martins, Diretor de Mercado & Marketing da Ultragaz (Grupo Ultra) e Diretor Geral de Logística da Holding ALL (América Latina Logística). Exerceu o cargo de Diretor Executivo Comercial & de Supply Chain da Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar) e atuou como Diretor Presidente - CEO do Martins Atacado - Comércio e Serviços de Distribuição, da Rede SMART de Supermercados e da UMV (Universidade Martins do Varejo). Participou dos Conselhos Consultivos de Administração da DPaschoal, do Lopes Supermercados, da Wickbold Alimentos, do Mundo Verde Franquias, da HubFintech, do Grupo Hindiana e da Scanntech Retail. Foi membro dos Conselhos de Administração da BR Petrobras Distribuidora S/A (atual Vibra) e da Elekeiroz S/A.

Sócio-fundador da Maestà Gestão Patrimonial, atualmente participa do Conselho de Administração e coordena o Comitê de Auditoria Estatutário da Odontoprev S/A. Membro dos Conselhos Consultivos de Administração da Ocrim Alimentos (onde exerce o papel de Presidente do Conselho e Coordenador do Comitê de Pessoas), da Holding Argenta (setor da Distribuição de Combustíveis) e do Grupo Khronos (Sistemas de Segurança).

O Sr. César Suaki dos Santos informa que nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. César Suaki dos Santos informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Membro independente conforme o Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.

O Sr. César Suaki dos Santos declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Murilo César Lemos dos Santos Passos

Graduado em Engenharia Química pela UFRJ/RJ em 1971. Entre 1970 e 1977, atuou no Ministério da Indústria e Comércio – Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Entre 1977 e 1992, atuou como empregado e posteriormente Diretor da Área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia da Companhia Vale do Rio Doce e como Diretor Presidente da Celulose Nipo-Brasileira S.A. (Cenibra) e Florestas Rio Doce S.A. Entre 1993 e 2006, foi Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. e da Suzano Papel e Celulose S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Brasil Agro Cia. Brasileira de Propriedades Agrícolas entre 2007 e 2010.

Atualmente ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da CCR – Grupo Camargo Correa, membro do Comitê de Gestão do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., do Conselho de Notáveis da Fundação Nacional da Qualidade (FNPQ), do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo e do Conselho Consultivo da Associação dos Produtores de Papel e Celulose – BRACELPA, do Conselho de Administração e do Comitê Financeiro da São Martinho S.A., membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e Presidente do Conselho da Tegma Gestão Logística S.A.

O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos informa que nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

O Sr. Murilo César Lemos dos Santos Passos é considerado membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria, bem como com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

B) Membro Suplente

José Mauro Depes Lorga

Formado em Economia pelo Instituto Brenett, Rio de Janeiro, e MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC-RJ. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria do Grupo Vamos S.A., e membro do Comitê de Auditoria da Marfrig S.A., Movida S.A., e professor convidado da Fundação Dom Cabral – FDC.

O Sr. José Mauro Depes Lorga informa que nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. José Mauro Depes Lorga informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. José Mauro Depes Lorga é considerado membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria, bem como com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

O Sr. José Mauro Depes Lorga declarou não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos candidatos ao Conselho de Administração que sejam membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Nome	César Suaki dos Santos	Murilo César Lemos dos Santos Passos
Nascimento	11/09/1962	06/07/1947
Profissão	Engenheiro de Produção	Engenheiro
CPF	076.350.928-04	269.050.007-87
Cargo Eletivo a ser Ocupado	Coordenador do Comitê	Membro do Comitê (Efetivo)
Data de Eleição	26/05/2025	26/05/2025
Data da Posse	26/05/2025	26/05/2025
Prazo do Mandato	26/05/2026	26/05/2026
Tipo do Comitê	Comitê de Auditoria	Comitê de Gestão de Pessoas
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Conselho de Administração (Efetivo) – Membro Independente	Conselho de Administração (Efetivo) – Membro Independente
Eleito pelo controlador	Sim	Sim

Membro independente/ critério de independência	Sim/ Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3	Sim/ Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3
Mandatos consecutivos	14	6

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos ao Conselho de Administração (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até segundo grau entre os membros indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia e:

- a) administradores da Companhia;
- b) administradores da Companhia e de controladas diretas ou indiretas da Companhia;
- c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; e
- d) administradores da Companhia e das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

São apresentadas abaixo as relações existentes com os membros indicados para o novo mandato do Conselho de Administração. Todas tais relações são relações de **subordinação**.

(i) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	Presidente do Conselho de Administração	Controlador indireto	2023, 2024, 2025
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Presidente do Conselho de Administração	Sociedade sob controle comum	, 2023, 2024, 2025
Bradseg Participações S.A.	02.863.655/0001-19	Presidente do Conselho de Administração	Controlador direto	2023, 2024, 2025
Bradesco Gestão de Saúde S.A.	41.774.199/0001-92	Presidente do Conselho de Administração	Sociedade sob controle comum	2025 (dezembro)

(ii) Ivan Luiz Gontijo Junior, Vice-Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Bradseg Participações S.A.	02.863.655/0001-19	Diretor Presidente	Controlador direto	2023, 2024, 2025
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Membro do Conselho de Administração	Sociedade sob controle comum	2023, 2024, 2025
Bradesco Gestão de Saúde S.A.	41.774.199/0001-92	Diretor Presidente	Sociedade sob controle comum	2025 (dezembro)

(iii) Samuel Monteiro dos Santos Junior, Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	Membro do Conselho de Administração	Controlador indireto	2023, 2024, 2025
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Sociedade sob controle comum	2022, 2023, 2024, 2025

(iv) Thais Jorge de Oliveira e Silva, Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Diretora	Sociedade sob controle comum	2023, 2024, 2025

(v) Maurício Machado de Minas, Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	Membro do Conselho de Administração	Controlador indireto	2023, 2024, 2025
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Membro do Conselho de Administração	Sociedade sob controle comum	2023, 2024, 2025
Bradesco Gestão de Saúde S.A.	41.774.199/0001-92	Membro do Conselho de Administração	Sociedade sob controle comum	2025 (dezembro)
Bradseg Participações S.A.	02.863.655/0001-19	Membro do Conselho de Administração	Controlador direto	2023, 2024, 2025

(vi) Carlos Alberto Iwata Marinelli, Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa relacionada	CNPJ	Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Diretor Geral	Sociedade sob controle comum	2023
Bradesco Saúde S.A.	92.693.118/0001-60	Diretor Presidente	Sociedade sob controle comum	2024, 2025
Bradesco Gestão de Saúde S.A.	41.774.199/0001-92	Diretor Geral	Sociedade sob controle comum	2023

ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL
INFORMAÇÕES INDICADAS NOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
 (artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81/2022)

7.3. (a) a (k) - Candidatos indicados para o Conselho Fiscal

Membros Efetivos:

Nome	Ivan Maluf Junior	Vanderlei Dominguez da Rosa	Sergio Moreno
Nascimento	29/09/1964	09/09/1963	15/03/1952
Profissão	Engenheiro Civil	Contador	Economista
CPF	022.154.758-46	422.881.180-91	639.382.788-20
Cargo Eletivo a ser Ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
Data de Eleição	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026
Data da Posse	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026
Prazo do Mandato	AGO de 2027	AGO de 2027	AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	N/A	N/A	N/A
Eleito pelo controlador	Sim	Sim	Sim
Data de início do primeiro mandato	19/04/2007	19/04/2007	28/04/2020

Membros Suplentes:

Nome	Eduardo da Gama Godoy	Paulo Roberto Franceshi	Marcos Aparecido Galende
Nascimento	15/06/1963	12/06/1951	09/05/1967
Profissão	Contador	Contador e Economista	Contador
CPF	395.416.650-04	171.891.289-72	089.419.738-05
Cargo Eletivo a ser Ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de Eleição	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026
Data da Posse	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026
Prazo do Mandato	AGO de 2027	AGO de 2027	AGO de 2027
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	N/A	N/A	N/A
Eleito pelo controlador	Sim	Sim	Sim
Data de início do primeiro mandato	29/04/2008	06/04/2015	01/04/2025

(l) e (m) – Principais experiências profissionais dos candidatos indicados para o Conselho Fiscal durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor e descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

A) Membros Efetivos

Ivan Maluf Junior

Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP, com pós-graduação pela FGV - CEAG e MBA Executivo Internacional pela FEA - USP. Atuou na Sobral Invicta, Philips Consumer Electronics, GE Capital IT Solutions em funções relacionadas a Controladoria, Tesouraria, Planejamento Financeiro e Fiscal e participação em negociações de fusões, aquisições e vendas de empresas. De junho de 2001 a março de 2007, atuou como Diretor Financeiro do Grupo Semco, holding de investimentos cujo portfólio é formado por joint ventures com empresas internacionais (Cushman & Wakefield, RGIS, Pitney Bowes, ERM) e sua principal função era a gestão financeira das empresas do grupo, incluídas a tesouraria e controladoria das joint ventures. De maio de 2007 até a presente data, atuou e atua como Diretor Administrativo Financeiro da Day Brasil S.A., empresa industrial fabricante de produtos para indústria gráfica e distribuidora de plásticos e fitas industriais e para construção civil, e sua principal função é a gestão das áreas de tesouraria, controladoria (incluindo contabilidade e fiscal), recursos humanos, tecnologia da informação, jurídico, suprimentos e logística.

Nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. Ivan Maluf Junior informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Ivan Maluf Junior declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Vanderlei Dominguez da Rosa

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com Pós-Graduação em Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contabilidade de Custos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atua como membro de Conselhos Fiscais desde 2000, e atualmente é membro titular do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A, Weg S.A., Equatorial Energia S.A., Companhia Energética do Maranhão, Centrais Elétricas do Pará S.A. e Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A., e membro Suplente do Conselho Fiscal da Marcopolo S.A., Ideiasnet S.A., e Padtec S.A. Membro do ACI – Audit Committee Institute desde 2015.

Nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. Vanderlei Dominguez da Rosa informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo

administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Vanderlei Dominguez da Rosa declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Sergio Moreno

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie e pós-graduado em Administração com ênfase em Finanças e Contabilidade – CEAG, pela FGV/SP. Ex-Sócio Diretor Líder da área de Management Consulting da KPMG Brasil, onde atuou por 39 anos, responsável pelos segmentos de Seguros, Resseguros, Previdência e Saúde. Atualmente é Presidente do Conselho Fiscal da Bradesco Saúde S.A., controladora da Companhia, membro do Comitê de Auditoria da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., Tóquio Marine Seguradora S.A. e Marisa Lojas S.A e Membro do Conselho Fiscal da Academia Nacional de Seguros e Previdência. É professor no IBGC, membro da Comissão de Governança em saúde do IBGC, professor do MBA da FIA para cursos de Seguros e Previdência.

O Sr. Sergio Moreno informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Sergio Moreno declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

B) Membros Suplentes

Eduardo da Gama Godoy

Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Faculdade Porto Alegre e extensão universitária em Legislação Societária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É sócio executivo da empresa HB Audit - Auditores Independentes S/S. É sócio fundador da Godoy Empresarial Serviços Contábeis. Atua como membro titular do Conselho Fiscal da empresa Padtec S.A., cujo objeto social é a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de materiais, componentes e produtos eletrônicos de comunicações e de informática e a prestação de serviços de consultoria e Membro Suplente do Conselho Fiscal da Odontoprev S.A. Atuou como titular do Conselho Fiscal de Ideiasnet S.A., cujo objeto social é a participação em outras sociedades, negócios e empreendimentos do setor de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações. Atuou como titular do Conselho Fiscal e membro do Comitê de Auditoria da Officer Distribuidora S.A., cujo objeto social é distribuição de softwares e hardwares no mercado nacional, além de prestação de serviços de consultoria em Tecnologia da Informação. Também atuou como membro titular do Conselho Fiscal das empresas Tupy S.A., Marisol S.A. e Trafo Componentes Elétrico S.A.

Nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação,

direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. Eduardo da Gama Godoy informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Eduardo da Gama Godoy declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Paulo Roberto Franceshi

Formado em ciências contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná e em Ciências Econômicas pela FAE Business School. Sócio da AUDICONTROL Auditoria e Controle, tendo como responsabilidade a condução estratégica do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios e a administração geral da empresa. Com passagem anterior pelo Citibank, onde trabalhou por quatro anos. Atuou em empresa de Auditoria Internacional, PriceWaterhouseCoopers, onde permaneceu por 18 anos. Atua no como membro titular no Conselho Fiscal de companhias como a Equatorial Energia S.A., Triunfo Participações e Investimentos S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. CELPA, CEMAR Companhia Elétrica do Maranhão, bem como como membro Suplente de companhias como Odontoprev S.A., Banco do Brasil S.A., BB Seguridade Participações S.A., Cia. Energética de Pernambuco - CELPE, TECNISA S.A. WEG S.A., e SCHULZ S.A.

Nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. Paulo Roberto Franceshi informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Paulo Roberto Franceshi declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

Marcos Aparecido Galende

Formado em Ciências Econômicas (1990) e em Ciências Contábeis (1993), pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco (FACFITO); MBA Executivo em Finanças, pelo Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa (1994); MBA *Controller* pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP (1999); Programa de Gestão Avançada (PGA), ministrado pela FDC -

Fundação Dom Cabral (2012); e *Advanced Management Program (AMP)*, ministrado pelo *IESE Business School - University of Navarra*, São Paulo (2014).

Iniciou a carreira no Banco Bradesco S.A. em abril de 1983. Em fevereiro de 2008, foi promovido ao cargo de Superintendente Executivo, sendo, em agosto de 2010, eleito Diretor E, EM JUNHO DE 2011, Diretor Departamental, ao qual renunciou em novembro de 2023. Em março de 2025, foi eleito Membro Suplente do Conselho Fiscal do Banco Bradesco S.A.

Atualmente é Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Bradespar S.A., Bradseg Participações S.A., da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento e Membro Suplente da ELO Participações Ltda e da Elo Serviços S.A.

Foi membro da Mesa Regedora da Fundação Bradesco. Atuou como presidente do Conselho Fiscal do Instituto Kirton Solidariedade; Membro Efetivo do Conselho Fiscal da BBC Processadora S.A., da Aquarius Participações S.A e do Top Clube Bradesco Segurança, Educação e Assistência Social. e 1º membro suplente do Conselho Fiscal da Boa Vista Prev – Fundo de Pensão Multipatrocinado

Nenhuma das empresas mencionadas acima integra o mesmo grupo econômico da Companhia. Ainda, nenhuma das empresas mencionadas são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia.

O Sr. Marcos Aparecido Galende informa que, durante os últimos 5 (cinco) anos, não sofreu (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgada; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) outra condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Marcos Aparecido Galende declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos candidatos ao Conselho Fiscal que sejam membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, uma vez que nenhum dos candidatos ao Conselho Fiscal é atualmente membro de qualquer comitê da Companhia.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos ao Conselho Fiscal e: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; ou (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; ou (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não aplicável, uma vez que não há nenhuma relação desse tipo.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos ao Conselho Fiscal e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável, uma vez que não há nenhuma relação desse tipo.